

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**PALMELA: CHÃO QUE DÁ UVAS**  
A TERRA E O TRABALHO DAS GENTES (1945 a 1958)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

Cristina Susana dos Reis Prata

SETEMBRO 2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**PALMELA: CHÃO QUE DÁ UVAS**  
A TERRA E O TRABALHO DAS GENTES (1945 a 1958)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

Orientação de Prof. Doutor António Ventura

Co-orientação de Prof.<sup>a</sup> Doutora Dulce Freire

Cristina Susana dos Reis Prata

SETEMBRO 2010



## **RESUMO**

Este estudo trata a História da agricultura no concelho de Palmela, durante o Estado Novo. Está balizado cronologicamente nas décadas de 40 e 50, altura em que em Portugal são postas em marcha medidas reguladoras com vista à auto-suficiência nacional, nomeadamente do sector agrícola, e é anunciada, no I Plano de Fomento (1952-58), a ambição da industrialização, à qual a lavoura deve submeter-se. Procedemos à análise dos factores de produção (terra e trabalho) e à sua contextualização nacional e local, na envolvente geográfica e histórica, para perceber como a preponderância da cultura da vinha e do vinho se expressa neste território, tanto no solo, como na vida das gentes.

## **ABSTRACT:**

This study deals with the history of agriculture in the municipality of Palmela, during the “Estado Novo”. Is marked out chronologically in the 40s and 50s, when in Portugal are put in place regulatory measures to self-sufficiency, particularly in the agricultural sector, and is announced, at the “I Plano de Fomento” (1952-58), the ambition of industrialization, to which the agriculture must subordinate. We try to survey the factors of production (land and labour) and its national and local context, in the geographical and historical environment, to see how the preponderance of the vineyards and wine expresses itself in this territory, both on the soil as in people life.

**PALAVRAS - CHAVE:** Terra, Trabalho, Estado Novo, Agricultura, Vinha, Vinho,

**KEY – WORDS:** Land, Labour, Estado Novo, Agriculture, Vineyard, Wine

*“O historiador é um manipulador do tempo. Prende-o num campo ou castelo de palavras. (...). Mas verdadeiramente não é o tempo que prendemos mas tão só os acontecimentos sinais gravados noutros sinais (...).*

*O artesão manipulador do tempo marca o produto com a sua mente e a sua mão mas é extremamente dependente; dependente das informações, dependente do trabalho dos homens e mulheres que organizam a informação conservada nos arquivos, bibliotecas e museus, dependente das ideias e da carpintaria dos autores que o antecederam, dependente de toda a sociedade no pensar, no milagre diário de existir.”*

António Borges Coelho, 1998:13-17

## AGRADECIMENTOS

A escolha de estudar a agricultura terá origem nas minhas próprias “raízes”. Nascida em Cabanas, na freguesia de Quinta do Anjo, filha e neta de gente que trabalhou a terra, guardo nos cinco sentidos das minhas memórias de menina, os sinais do movimento de cada uma das estações do ano. A Primavera, com o azul das caldas que pintava os “pios”, durante o tratamento das vinhas, e a chegada das flores e dos bandos de pássaros aos pomares. O Verão, na abundância da cor e do sabor dos pêssegos, das ameixas e dos figos e também do intenso calor, amenizado pela frescura da água das regas, cujos tanques tantas vezes substituíram a praia. O Outono com a acidez das laranças, a chuva e o cheiro da terra molhada, pronúncias de mais um ciclo de trabalhos na terra, mas também na escola. E finalmente o Inverno, sempre demasiado longo, da escuridão dos dias, da nudez das árvores e da lama da terra lavrada. Tudo isto, que é o principal, agradeço à minha família.

A orientação desta dissertação cabe ao Prof. Doutor António Ventura, sempre generoso e atento. A co-orientação, à Prof. Doutora Dulce Freire, cujo profundo conhecimento do tema constituiu uma mão segura na busca do meu próprio caminho e o optimismo e a inabalável confiança, motivação acrescida para o seu cumprimento. A ambos, muito obrigada.

A consulta de documentos do Ministério da Agricultura, tantas vezes dispersos e pouco acessíveis, foi-nos facilitada pelo conhecimento, a generosidade e a confiança da Ana Simões, do Centro de Documentação da Tapada da Ajuda, e da Eng.<sup>a</sup> Maria João Fernão-Pires, do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), a quem muito agradeço. Semelhante gesto merecem os técnicos do Arquivo Distrital de Setúbal, da Biblioteca da Escola Superior Agrária de Évora e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, na Divisão de Património Cultural, da Câmara Municipal de Palmela, com quem cresço no exemplo da responsabilidade e da perseverança. Pelo afecto e o apoio a este projecto, sempre grata aos meus pais (Genoveva e Arsénio Prata), tios (Maria Claudina e José Fernando Matos) e sogros (Lucinda e João Henriques).

A orientação deve também ao Horácio, à Carolina e ao Simão, faróis permanentemente acessos, guiando-me rumo às coisas verdadeiramente importantes da vida!

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 - O TEMPO: HERANÇAS DO ESTADO NOVO (1945 – 1958) .....</b>	<b>13</b>
1.1 - HERANÇAS DO SÉCULO XIX .....	15
1.2 - GRANDES ARROTEAMENTOS.....	19
1.2.1 - CULTURAS EM EXPANSÃO .....	21
1.3 - ESTADO NOVO – A QUESTÃO AGRÍCOLA.....	25
1.3.1 - 1945 – 1958: COMPASSO DE ESPERA .....	30
<b>Capítulo 2 - O ESPAÇO: TERRA - NATUREZA EM MARCHA.....</b>	<b>33</b>
2.1 - A TERRA .....	33
2.2 - A ÁGUA.....	36
2.3 - O CLIMA .....	37
2.4 - AS GENTES E OS LUGARES.....	39
2.4.1 - MAIS GENTE .....	39
2.4.2 - NOVOS LUGARES .....	41
2.5 - DISTRIBUIÇÃO DA TERRA: AS NORMAS E AS FORMAS .....	45
2.5.1 - FORMAS: PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRÉDIOS .....	45
2.5.2 - NORMAS: PROPRIEDADE, RENDA E PARCERIA .....	47
<b>Capítulo 3 - A HEGEMONIA DO VINHO .....</b>	<b>54</b>
3.1 - FLORESTA.....	54
3.2 - AGRICULTURA .....	57
3.3 - VITICULTURA.....	62
3.3.1 - FORMAS DE EXPLORAÇÃO .....	64
3.3.2 - CASTAS.....	66
3.3.3 - DESTINO DAS UVAS: VENDA E VINIFICAÇÃO.....	67
3.4 - VINICULTURA.....	70
3.4.1 - VINICULTORES E ARMAZENISTAS .....	70
3.4.2 - QUANTIDADE E PREÇOS.....	71
3.4.3 - QUALIDADE: APRENDER E COOPERAR .....	74
<b>Capítulo 4 - A TERRA E OS QUE A TRABALHAM .....</b>	<b>82</b>
4.1 - TRABALHO AGRÍCOLA E MÃO-DE-OBRA.....	82
4.2 - CONDIÇÕES DO TRABALHO .....	85
4.2.1 - TECNOLOGIA.....	85

4.2.2 - SAZONALIDADE .....	88
<b>4.3 - CAPRICHOS DA VINHA .....</b>	<b>93</b>
<b>4.4 - TAREFAS E SALÁRIOS.....</b>	<b>97</b>
<b>ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>108</b>
<b>FONTES e BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>143</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Concelho de Palmela – Fertilidade da terra (1948).....	39
Gráfico 2: Evolução da população 1864 a 1960 .....	39
Gráfico 3: Concelho de Palmela - Distribuição Predial - 1948 .....	45
Gráfico 4: Concelho de Palmela - Formas de Exploração segundo a dimensão dos Prédios - 1948.....	47
Gráfico 5: Aproveitamento total do solo, 1948.....	54
Gráfico 6: Cultura florestal, 1948 .....	55
Gráfico 7: Concelho de Palmela - Aproveitamento do solo – Cultura agrícola, 1948 .....	59
Gráfico 8: Produção Agrícola por espécie no Concelho de Palmela – 1945 – 1958.....	61
Gráfico 9: Classificação dos viticultores por localização e formas de exploração – 1952.....	65
Gráfico 10: Número de cepas por freguesia e tipo de castas - 1952 .....	66
Gráfico 11: Classificação dos viticultores por destino imediato das uvas - 1952 .....	67
Gráfico 12: Viticultores por freguesia e recurso a adega -1952 .....	68
Gráfico 13: Viticultores, por freguesia e classes de produção, 1944 .....	71
Gráfico 14: Concelho de Palmela: Produção de Vinho - 1945 a 1958.....	72
Gráfico 15: Distrito de Setúbal - Preços do Vinho.....	73
Gráfico 16: Palmela - População activa agrícola, segundo a situação na profissão, 1953 .....	83
Gráfico 17: Península de setúbal – necessidades de mão-de-obra, 1940 .....	88
Gráfico 18: Distrito de Setúbal - Variação dos Salários Rurais Médios – 1945 – 1958.....	98
Gráfico 19: Distrito de Setúbal - Variação salarial anual 1951 .....	98
Gráfico 20: Concelho de Palmela - Variação salarial por tarefa e género 1945 – 1958.....	99
Gráfico 21: Distrito de Setúbal, Número de População Desempregada por Concelhos, 1950.....	100

## INTRODUÇÃO

### OBJECTO, ESTUDO E PROBLEMÁTICA

Em Outubro de 1944, representantes do Grémio da Lavoura de Palmela, deslocam-se a Setúbal para uma reunião com o subsecretário de Estado da Agricultura que, no seguimento de uma ronda pelo país, também aqui quer ouvir opiniões e reclamações dos agricultores. Neste dia, Palmela faz saber que reclama, entre outras coisas, a revisão do preço dos produtos agrícolas, esclarecimentos relativos aos subsídios para a cultura do trigo, redução das taxas de transporte dos produtos agrícolas, maior assistência técnica à lavoura e protecção ao trabalhador. Consideram indispensável a criação de uma adega cooperativa, afirmando ser “perigoso” (*Diário de Notícias*, 28.11.1944:2) alargar a área vitícola enquanto essa adega não existir. Este encontro, cujo diálogo fica “gravado em pedra branca na vida da lavoura portuguesa” (Rosas, 1990:702), expressa os males de que enferma, neste período, a agricultura regional: preços baixos dos produtos agrícolas, excesso de produção de vinho aliado à dificuldade de escoamento e deficiente condição de vida dos trabalhadores rurais. Assim vive Palmela, espelhando a realidade da nação inteira.

Este estudo, balizado cronologicamente nas décadas de 40 e 50, altura em que em Portugal são postas em marcha medidas reguladoras com vista à auto-suficiência nacional, nomeadamente do sector agrícola, e é anunciada, no I Plano de Fomento (1952-58), a ambição da industrialização, à qual a lavoura deve submeter-se, procede à análise dos factores de produção (terra e trabalho) neste concelho e à sua contextualização nacional e local, na envolvente geográfica e histórica. Mas não só. Em 1955 a imprensa local, face aos problemas nacionais do sector vitivinícola, sublinha a importância primordial que a uva e o vinho detêm neste território, questionando: “o que seria de Palmela, pois, e como se viveria aqui se não fora os seus extensos vinhedos, onde quase permanentemente todos empregam a sua actividade?” (*A Voz de Palmela*, 27.01.1955:1, 2). Queremos perceber a dimensão desta interrogação, mediante a resposta à seguinte questão: entre 1945-1958, em que medida a preponderância da cultura da vinha e do vinho se expressa neste território, tanto no solo, como na vida das gentes?

Este período de 14 anos constitui-se historicamente como um momento de chegada, mas igualmente de partida. Chegada de um percurso longo, iniciado na segunda metade do século XIX, altura em que se assiste neste território a um intenso movimento de arroteamento dos solos, por força de uma política nacional de fomento da exploração da terra, que agora se acha

cumprida. Partida, já que com a década de 60, e mediante execução do II Plano de Fomento (1959-1964), chega ao distrito de Setúbal a assertiva expansão e consolidação da indústria permitindo que muitos, antes ocupados com a lavoura, sigam agora o caminho das fábricas<sup>1</sup>. E o agricultor que “*vivia numa relação temerosa com a natureza vai-se transformando num agricultor profissional que a manuseia com menos cautela mas mais autonomia e sucesso produtivo.*” (Baptista, 1996:44).

Estudar este período de “espera”, habitado por uma mão-de-obra agrícola, com fome de terra, mas sobretudo de trabalho, dos proprietários, por essa mesmas causas, ainda resistentes à mudança e do poder político sempre tentado a “apaziguar”, para fazer “durar”, permite-nos não só entender as reacções locais às medidas agrárias do Estado Novo, mais conhecidas num plano nacional, mas também, dada a mudança irreversível operada nas décadas seguintes, não contempladas neste estudo, encontrar em Palmela o “*país que perdemos*” (Baptista, 1996:44). De resto, tendo em conta que muitas análises sobre a situação da agricultura e do agricultor neste período, recorreram, sobretudo, a fontes de carácter normativo, discursos políticos ou de intelectuais, “*continuando a reproduzir visões genéricas de um rural estagnado, isolado, passivo e atrasado*”<sup>2</sup> (Freire, 2006:248), é importante dar a conhecer com pormenor as realidades regionais e locais. Para esta tarefa e segundo a mesma investigadora, importa “*que se multipliquem os estudos, mas também que estes assentem em fontes com diversas origens e objectivos*”. Assim tentámos fazer.

Com o título que entendemos atribuir a esta dissertação, “Palmela, Chão que dá Uvas: A Terra e o Trabalho das Gentes” é nossa intenção salientar que, neste período, contrariamente à expressão popular “chão que já deu uvas”, em Palmela, **a Terra**, mais do que qualquer outra cultura, “dá” uvas. Realidade da qual o viticultor terá de colher todos os “frutos”, mesmo os menos desejados. Sobre a palavra “dá”, não se entenda que falamos aqui de uma dádiva, como se de geração espontânea se tratasse. Em solos pobres (a larga maioria), a vinha é planta caprichosa que a gente “rega de suor” (Ribeiro, 1998:88), no cumprindo de um ano inteiro de muito e minucioso **Trabalho**. Mas neste estudo, são as **Gentes** o objecto primordial da análise. Temos presente que “*por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos (...) são exactamente os Homens que a História pretende apreender*” (Bloch, 1993:28)

---

<sup>1</sup> As mais importantes são: Siderurgia Nacional (1961), no Seixal; Lisnave (1963), em Almada; Sécil (grande expansão entre 1930-70), Setenave (1972) e Eurominas (1973), em Setúbal.

<sup>2</sup> Para um estudo sobre a questão do “atraso” da agricultura portuguesa e espanhola, ver Baptista, 2004.

## **ARRUMAÇÃO DAS MATÉRIAS**

Os passos da exposição desta dissertação são dados no sentido de primeiramente explicitar os contextos, para depois reflectir sobre as formas de gestão da terra neste território, bem como sobre o trabalho das gentes.

No Primeiro Capítulo, tratamos de localizar este estudo no devido tempo, do qual todos os homens são filhos visto ditar-lhes um contexto, impondo pensamentos, ordens e condições. Aqui trato as medidas agrária do Estado Novo, recuando brevemente ao século XIX, na busca do entendimento de muito do que agora ainda permanece.

No Segundo Capítulo abordamos a terra como constituição geológica, na sua relação com o relevo, as temperaturas, os ventos predominantes e a rede hidrográfica. Falamos também sobre as gentes, como recurso e condição, passando depois para as formas e as normas de exploração e ocupação do solo.

No Terceiro Capítulo, tratamos as formas de exploração da terra, analisando a floresta e a agricultura, para nos determos com especial pormenor nas culturas que, numa perspectiva económica e social, desempenham maior importância: a vinha e o vinho.

No Quarto Capítulo, ocupamo-nos das condições de trabalho, analisando a tecnologia disponível, a sazonalidade das tarefas impostas pelas diferentes culturas, aprofundando as especificidades da cultura da vinha. Terminamos com uma breve reflexão sobre os salários e as condições de vida.

## **ESTUDOS E FONTES**

O texto aqui apresentado beneficia do contributo de muitos autores. Para a contextualização do tempo posterior, foram bastante importantes as obras de investigadores como Miriam Halpern Pereira (1979), José Vicente Serrão (2000), Hélder Adegar da Fonseca (1985, 1996), Jaime Reis (1979, 1984, 1987), Conceição Andrade Martins (1990, 1992, 1998, 2002, 2007) e António Ventura (1984, 2004).

Relativamente às Políticas Agrárias do Estado Novo, determinantes os estudos de Manuel Villaverde Cabral (1974), Fernando Oliveira Baptista (1993, 1996, 2004), Fernando Rosas (1990, 1994), Pedro Lains (1994, 2003, 2004) e Luciano Amaral (1993). Já sobre a Vitivinicultura, excepção feita para a região do Douro, o panorama historiográfico nacional revela escassez de estudos específicos sobre esta temática. Cenário onde são excepções autores como Orlando Simões (2003, 2006), que trata as política vitivinícolas no Estado Novo em Portugal, Dulce Freire (1997, 1999, 2006), cuja obra trata este mesmo período,



nomeadamente a crise dos anos 30 na região do Oeste, e Conceição Pereira (2007), dedicada à acção da Junta Nacional do Vinho/Instituto da Vinha e do Vinho. Para esta escassez de estudos concorrem factores como a dispersão da documentação dos diferentes institutos e ministérios que ao longo do tempo tutelaram a agricultura e a ausência de tratamento dos fundos documentais existentes, munindo-os com recursos que permitam a sua consulta ou sequer o seu conhecimento.<sup>3</sup> São também raras as empresas que dispõem de arquivo histórico e mesmo quando este existe, poucas vezes se encontra organizado. O Arquivo Histórico do Instituto da Vinha e do Vinho, essencial à escrita da História do vinho em Portugal no período contemporâneo, não se encontra tratado, nem acondicionado em espaço que permita a sua consulta, ou sequer a devida conservação do seu insubstituível espólio. Exemplos felizes são projectos como o tratamento do arquivo da Empresa José Maria da Fonseca (Azeitão), em desenvolvimento pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), coordenado por Conceição Andrade Martins<sup>4</sup> e o acondicionamento e gestão do arquivo da “Casa do Douro” e de algumas “Quintas”, pela Fundação Museu do Douro.

Estudos locais, cujo contributo foi essencial a esta reflexão, são da autoria de António Cabrita (1998, 2006), António Fortuna (1997, 2001, 2005) e Maria Leonor Campos (2005).

Sobre as fontes para o tratamento das diferentes temáticas, importa dizer que para a análise geográfica foram essenciais as cartas militares existentes no Arquivo Histórico do Instituto Cartográfico do Exército, bem como os mapas concebidas pela Junta de Colonização Interna, disponíveis no Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura e das Pescas. Analisados e adaptados para uma mais fácil leitura, permitiram a melhor compreensão do uso do solo neste território.

Relativamente à cultura da vinha e do vinho, foram instrumento relevante os “*Relatórios de Ttirocínio*”, dos estudantes dos “Cursos de Engenharia Agronómica”, da Escola Superior Agrária de Évora e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, disponíveis nas bibliotecas destas instituições, que descrevem com pormenor as diferentes práticas, bem como os Relatórios da União Vitivinícola do Moscatel de Setúbal, em depósito no Instituto da Vinha e do Vinho, que informam a Junta Nacional do Vinho, sobre os condicionalismos do sector

---

<sup>3</sup> Ainda assim, segundo Auroa Gámez Amian (2004: 291-317), que procura identificar a bibliografia sobre a história económica do vinho, produzida entre 1998 – 2002, Portugal encontra-se entre os 5 países do mundo com maior número de estudos. A saber - Espanha: 124; Portugal: 57; França: 40; Alemanha/Áustria: 5. Dos estudos portugueses, 43 tratam a região do Douro, 3 Portugal e os restantes 11, outras regiões do país. Segundo a mesma autora as matérias tratadas são: História dos Vinhos – 16; Comércio Exterior: 14; História da Vitivinicultura: 9; Companhias: 8; Empresas: 3; Cooperativas: 3.

<sup>4</sup> Sobre este projecto consultar Martins, 2007.

nesta região. As fotografias que os documentam, e das quais fazemos uso, são um precioso testemunho da vida e das gentes, que as palavras nunca poderão descrever de forma tão exemplar.

Os diferentes inquéritos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas disponibilizaram informação certa para os 14 anos em estudos, permitindo a observação de movimentos como a produção das principais culturas e preços, bem como os censos da população e da utilização da terra.

Na Torre do Tombo a documentação da Casa Palmela, deu-nos a conhecer a localização dos bens fundiários desta família e a sua gestão; e o fundo da União Nacional mostrou-nos, através da correspondência trocada entre os representantes locais deste organismo e o Governo Civil do Distrito, algumas “apreensões” vividas neste período.

A imprensa local, seja no que afirma, como no que omite, dá-nos notícia das preocupações, exigências e necessidades locais, essenciais ao melhor entendimento dos contextos. Consultámos, sobretudo, os jornais “*A Voz de Palmela*” e “*O Setubalense*”, disponíveis na Biblioteca Municipal de Setúbal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Apesar da riqueza de todas as fontes aqui descritas, sobretudo os *Inquéritos* e os *Estudos de Caso*, produzidos no âmbito do Plano de Fomento Agrícola pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, disponíveis nas diferentes bibliotecas e arquivos do Ministério da Agricultura, foram as memórias de quem estes documentos falam, que melhor nos deram a conhecer e sentir a vida aqui em análise. As fontes orais, recolhidas através da realização de entrevistas estruturadas, permitiram-nos, muitas vezes, perguntar: *Como foi?* E com as respostas, aplicar o verbo na primeira pessoa e aliar aos factos, números e gráficos, maior alma e humanidade. Todas as entrevistas foram integradas no Arquivo de Fontes Orais dos Museus Municipais de Palmela.

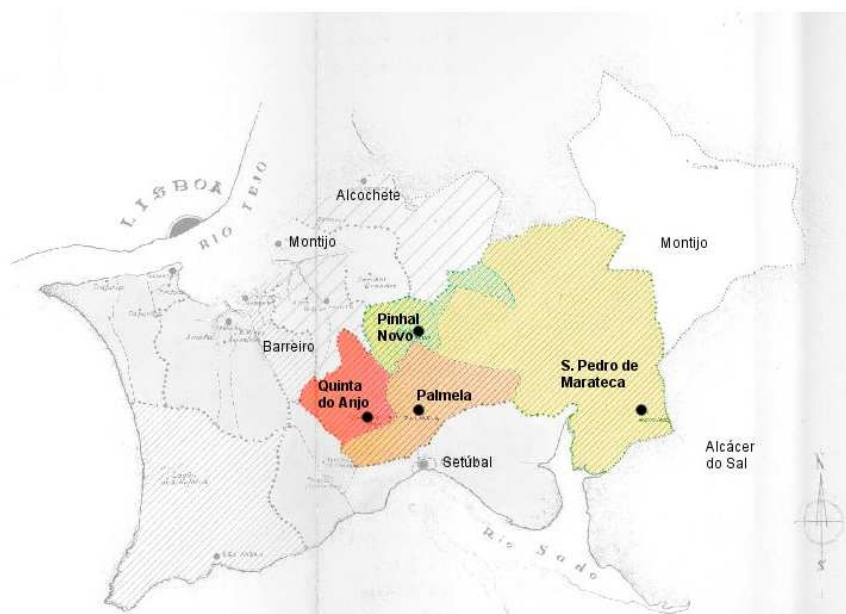
Por último, importa referir que o facto de conhecer bem este território e desde há muito o observar, para lhe reconhecer as formas e os conteúdos, mostrou-se essencial à compreensão das características naturais e ao melhor entendimento dos condicionalismos que este, ainda hoje, impõe a quem o habita.

## CAPÍTULO 1 - O TEMPO: HERANÇAS DO ESTADO NOVO (1945 – 1958)

A História é o estudo do Homem, mas não do homem isolado e descontextualizado, trata-se sim do estudo do Homem integrado no seu Tempo e no seu Espaço, “*premissas das quais, depois, tudo necessariamente deriva, como as consequência de uma causa (...) materiais ainda informes que, ao mesmo tempo, envolvem e limitam o homem, e lhe fornecem os elementos que depois não só consome, mas também transforma, compõe e recria.*” (Mattoso, 1997:179)

As gentes que aqui vamos tratar, vivem e trabalham em Palmela, concelho localizado a Sul do Tejo, no Distrito de Setúbal. Dispõe de um território com 459 km<sup>2</sup> de superfície que, nos finais da década de 40, como pode ser observado no mapa n.º 1, se encontra dividido pelas freguesias de Palmela, S. Pedro de Marateca, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

**Mapa 1 - Concelho de Palmela: 1948 <sup>5</sup>**



<sup>5</sup> Adaptado da carta “Perímetro de Colonização 1” (*Plano de Colonização do Perímetro – I, Península de Setúba*, 1948:103). A actual Freguesia de Poceirão só será criada em 23 de Maio de 1988, integrando lugares da freguesia de S. Pedro de Marateca: Poceirão, Agualva de Cima, Asseiceira, Forninho e Lagoa do Calvo; Palmela: Lagameças; Pinhal Novo: Brejo do Poço; Montijo: Aldeia Nova da Aroeira e uma parte de Foros do Trapo.

Ao seu redor, a Norte os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Benavente; a Sul, Setúbal; a Nascente Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Montijo e a Poente Seixal e Setúbal. Concelhos vizinhos que, sendo alguns igualmente rurais e outros já urbanos, mantêm entre si relações de dependência, movimentos de idas e vindas, fluxos e refluxos de gentes e bens, cuja influência, não estando aqui em análise, será naturalmente determinante para o desenvolvimento deste lugar.<sup>6</sup> Aliás, a proximidade com Setúbal, Almada, Montijo, Moita, Barreiro e Almada que, em 1930, se encontram entre os lugares do país com índices de densidade populacional mais elevada (mais de 224 habitantes por km<sup>2</sup>) não pode ser indiferente (Girão, 1941).

Mas como o conhecimento do território “*não se alcança como quem desmonta uma máquina ou disseca um cadáver. É preciso observar o ser vivo que é o “corpo” da nação*” (Mattoso, Daveux, Belo, 1997: 13), sigamos então para a observação do seu Tempo.

No período aqui em estudo, 1945 – 1958, Portugal apresenta, segundo diferentes investigadores, uma agricultura pouco desenvolvida e sem sinais de dinamismo, que não se modifica substancialmente até meados da década de 60, período em que cai numa fase de quase completa estagnação. Para Fernando Brito Soares (2005), tal facto é explicado por factores como os estrangulamentos estruturais de carácter fundiário e empresarial, uma inadequada utilização dos recursos e do progresso tecnológico, bem como a prática de políticas agrícolas e económicas que não permitiram um crescimento sustentado do sector. Ainda assim, como observa Fernando Oliveira Baptista (1996:52), “*de 1875 a 1956, a superfície agrícola (em 1.000 ha) passou de 1.886 a 4.762, a superfície florestal de 640 a 3.234, a superfície inculta de 6.077 a 562, e o conjunto das superfícies social e incultivável de 291 a 820*” e entre 1940-50, em termos nacionais, a população activa agrícola sofreu um aumento de, pelo menos, 32.000 trabalhadores. Neste contexto Brandão Lucas (1996:546) afirma: “*apesar de na década de 50 ainda continuar a ser o mais importante sector da actividade económica representando cerca de 30% do produto interno e absorvendo mais de 40% de população activa, revelou durante todo período baixo índices de crescimento e produtividade e, sobretudo, uma grande capacidade de resistência à modernização e à inovação*”,. Pedro Lains (2004:64), não concorda afirmando que, apesar de não terem acontecido transformações institucionais importantes ao longo do século terminado em 1950, não terá impedido o crescimento do produto e da produtividade agrária sobretudo em dois

---

<sup>6</sup> Sobre as características de cada um dos concelhos durante o Estado Novo consultar: O *Distrito de Setúbal, Breve resenha Histórica*, 1966.

períodos: “o primeiro foi durante as três últimas décadas do século XIX, altura em que o produto agrícola cresceu à taxa de 1,4% ao ano, em termos reais, e o segundo durante os anos de 1930 e 1950, quando o produto agrícola cresceu ao ritmo de 2,4%, também em termos reais.”. Reitera, ainda assim, a opinião de outros autores, afirmando que “por comparação com a generalidade dos restantes países da Europa ocidental, a agricultura portuguesa permaneceu significativamente atrasada no que diz respeito à perpetuação de utilização de métodos e culturas tradicionais, à fraca utilização de animais de tiro, de utensílios modernos e, em períodos mais recentes, de maquinaria agrícola.” (ibidem).

A realidade vivida nas décadas 40 e 50 tem raízes profundas. O que se quer manter resulta de uma herança antiga, forjada, pelo menos, desde o séc. XIX, “Vinho novo, em garrafas velhas” como defende Pedro Lains (2004). Percurso longo, cheio de vicissitudes, no qual a seguir e de forma muito breve, detemos o nosso olhar.

## **1.1 - HERANÇAS DO SÉCULO XIX**

Os finais do século XIX trazem ao país o desenvolvimento de políticas de investimento, nomeadamente no sector agrícola. A posse da terra é facilitada, sendo nesta altura que cessam os vínculos, permitindo a “partilha” da terra e a Regeneração adopta um conjunto de políticas de fomento que vão estimular o seu desenvolvimento económico e social, embora, no que à tecnologia diga respeito, nos campos, as técnicas e as ferramentas remontem muitas aos tempos medievais. Assim, ainda que o séc. XIX tenha sido fértil na produção de discursos, textos, guias e compêndios sobre a agricultura, a agronomia oitocentista vive, segundo Maria Carlos Radich (1996:137), “uma discreta desordem”, onde “os obreiros agrícolas estavam longe de estimar os progressos da mecânica, temendo pelas suas jornas”, não sendo com agrado que “os construtores locais de alfaia agrícola viram desembarcar a concorrência”. Sobre as ideias de modernização e progresso a “luva de pelica” iria pesar como a sombra de uma “maldição social”

### **1.1.1 - ACESSO À TERRA**

Ter terra, ser proprietário nunca foi coisa menor. Terra é trabalho, subsistência e prestígio. Esta mesma terra, “bens de raiz”, esteve sempre, ao longo da História, nas mãos dos detentores do poder: coroa, igreja e grandes senhores. Desde o fim da Idade Média, vão estruturar a divisão da terra, moldando-a consoantes as diferentes condições geográficas, económicas e sociais, imprimindo-lhes formas que ainda hoje podem ser observadas.

Os proprietários da terra, muitos absentistas, presos a uma estrutura legal que não permite a sua divisão ou venda, deixando que permaneçam ermas e desabitadas, encontram, a partir do século XII, uma forma mais produtiva de gestão dos seus bens, com a possibilidade do “enforamento” e do “arrendamento”, tornando-as acessíveis a quem as queira e possa trabalhar, originando múltiplas pequenas ou médias explorações agrárias.<sup>7</sup> Esta possibilidade caracterizada por “propriedade imperfeita”, distinguem-se, nas palavras de Lima Basto (1936:114), porque no “enforamento” ou “enfiteuse”:

*“dá-se quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe certa pensão determinada que se chama foro ou Canon. Este contrato é perpétuo e a qualidade e quantidade do foro é regulada pelas partes devendo ser certa e determinada. Os prazos são hereditários não podendo dividir-se sem consentimento do senhorio. O foreiro pode dispor do prédio como coisa sua, hipotecá-lo, pode também vendê-lo ou dá-lo pagamento mas o senhorio tem o direito de preferência que deve exercer dentro de 30 dias, igual direito tem o foreiro em relação ao senhorio.”*

Já o Arrendamento:

*“é a forma de exploração em que o proprietário trespasa a outrem (rendeiro), por certo tempo e mediante certa retribuição, o uso e fruição da propriedade (...). Não há por lei prazo limitado ao arrendamento de prédios rústicos (...). Os contratos (...) são escritos e verbais” (idem:97-100).*

Desta forma, os grandes proprietários fundiários portugueses, reais, soberanos, laicos ou eclesiásticos, mesmo não promovendo o desenvolvimento de grandes explorações agrárias, possuem complexas administrações destinadas a gerir os foros e as rendas das suas terras. O desenvolvimento da agricultura, feita sobretudo com a expansão da vinha, cultura exigente no plantio e tratamento anual, não teria acontecido sem que fosse dada a garantia ao trabalhador rural do esforço dispendido.

O território de Palmela encontra-se desde o século XII entregue à gestão da Ordem de Santiago, proprietários absentistas, que não exploram o solo, mas fazem-no render justamente através do recurso à enfiteuse. Segundo Cristina Vinagre Alves (2004), a Ordem de Santiago dispõe de muitos bens de raiz, como hortas, casais, vinhas e campos de trigo, essencialmente localizadas na área envolvente ao castelo (arrabalde) permitindo-nos inferir que Palmela

---

<sup>7</sup> Para o desenvolvimento deste tema ver: Rau,1965.

povoada e cultivada corresponderia apenas à vila. Esta situação perpetuar-se-á até meados do século séc. XIX.

Vejamos como em 1844 um príncipe Austríaco recorda a sua passagem por Palmela:

*“Um solo coberto de areia fina, dum amarelo claro, prolonga-se desde a praia até à montanha de Palmela e à serra da Arrábida. Pinheirais e matos de alecrim e de zimbro, cobrem esta superfície arenosa, por onde o trânsito é sumamente penoso. Ao longo dos caminhos gigantescas piteiras estendem em todas as direcções os seus braços pontiagudos, muitas dessas folhas em meia putrefacção caem por terra; e contribuem para aumentar o aspecto do abandono agrícola.”* (Lichnowsky, 1844: 112 - 114)

A impossibilidade da venda da terra, enleada numa complexa teia de poderes e privilégios, assenta numa arquitectura legal que, a partir da primeira metade do século XIX, vai paulatinamente desmoronando. Contribuem para esse facto, as lutas entre absolutistas e liberais (1824 – 1834), cuja vitória dos últimos faz desaparecer os morgados (4 de Abril de 1832 e 19 de Maio de 1863) e extinguir as Ordens Religiosas (28 de Maio de 1834), com a consequente desamortização e queda dos vínculos, que facilita o parcelamento da propriedade e o dinamismo do mercado fundiário.

Na segunda metade do século XIX, marcada pela *Regeneração*, enceta-se no país um conjunto de acções tendentes a libertar o território de obstáculos à sua melhor gestão, estabelecendo definitivamente o liberalismo, para o fomento do desenvolvimento económico. As principais medidas encontram-se na melhoria das vias de comunicação, através da ampliação da rede de estradas e da implementação acelerada de uma rede de transportes ferroviários que desempenharam papel fundamental “*na ruptura do isolamento do mundo rural, na destruição dos pequenos monopólios comerciais e financeiros locais, em suma, na realização de um autêntico mercado interno em torno do qual se vai organizando a especialização regional e a divisão do trabalho baseada nas trocas respectivas*”. (Cabral, 1974:50). Um lento processo de mudança, com desenvolvimento e impacto desigual no território nacional.

Na segunda metade do século XIX, muitas são as vozes que se erguem em defesa de uma mais justa partilha e fruição da terra, sendo agora que homens como Mouzinho da Silveira e Alexandre Herculano se batem pela necessidade urgente da “Colonização interna” e pela utilização dos Baldios.

Extintas as Ordens Religiosas e os vínculos, em Palmela as terras anteriormente pertencentes à Ordem de Santiago, encontram-se disponíveis para “novos proprietários” não lavradores,

como comerciantes ou aristocratas que não detêm apenas terra, nela investem elevadíssimos capitais trazendo o chamado “Capitalismo Agrário”.

Alguns apenas as continuam a “dar “ em arrendamento. Neste território:

A Casa Palmela que, no contexto da venda de Bens Nacionais, e como é notado por Oliveira Martins, fica “*com a Serra da Arrábida confiscada ao Infantado, que a confiscara aos Duques de Aveiro no tempo de Pombal.*” (1925: 12), sendo que, como acrescenta José Silva Martins, parte significativa “*vieram a esta, no tempo do 1º Duque (desde 1832), então membro de sucessivos ministérios por procederam à venda dos ‘Bens Nacionais’*” (1973:485). A Casa Palmela<sup>8</sup> e a Casa Póvoa, não exploram directamente as suas terras, localizadas sobretudo em lugares como Palmela e Quinta do Anjo. Mais uma vez as vão conceder em arrendamento ou foro. Em 1854 dispõe de 23 foros: terras, casais e vinhas (IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol.905), onde os respectivos rendeiros, pagam rendas e congruas, esforçando-se por manter “*olivais bem tratados*”, “*casas bem tratadas e com muito asseo*”; “*vinhedos achacadas pela moléstia, mas pomares muito bonitos* (IANTT, ACP, Microfilme 5672, Caixa 115, fol., 276, 277).

Visconde do Tojal<sup>9</sup>, adquire a “Quinta da Torre”, um vasto território com cerca de 1.900 ha, entre as actuais freguesias de Quinta do Anjo e Azeitão (concelho de Setúbal), que havia sido pertença do Marquês das Minas. Estende-se entre as povoações de Cabanas e Vendas de Azeitão. Ainda no século XIX, parte desta vasta propriedade, 363 ha, é dividida em pequenas courelas e estas entregues a umas três centenas de rendeiros, que plantam sobretudo vinhas (Martins, 1973:492).

Em 1889, Paulo Morais apresenta Palmela como um território escassamente povoado onde a maior parte da região está dividida em grandes herdades, cujo limite se aproxima dos fixados em plena Idade Média, mas que dada a pratica da enfiteuse, “*a área agricultada aumentou extraordinariamente, e muito mais se teria desenvolvido se os donos dos terrenos inculto, e*

---

<sup>8</sup> Os bens de raiz da Casa Palmela são constituídos por propriedades rústicas e urbanas, sendo nos concelhos de Lisboa, Setúbal, Palmela e Azeitão que se encontram o maior número de propriedades, nomeadamente o Morgado da Fonte do Anjo, em Quinta do Anjo, do Concelho de Palmela. Instituído por Francisco Coelho Cardoso e a sua Mulher Ana Mendes em 1558. Sobre este tema consultar: *Relação de Bens de que se compõem o morgado da Fonte do Anjo, instituído por Francisco Coelho Cardoso e sua Mulher Ana Mendes, do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela. D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol.905; *Mapa Geral dos rendimentos de todos os bens e propriedades em Portugal Casas de Palmela e Póvoa, organizado em 31 de Agosto de 1854*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5672, Caixa 115, fol.242. É importante também o conhecimento da seguinte obra: Machuqueiro, 2005.

<sup>9</sup> Visconde de Tojal foi um financeiro destacado no século XIX, ocupando diversas vezes funções na Câmara de Deputados e no Ministério do Reino. Aquando da extinção dos conventos, arrematou diversos dos seus bens, entre os quais a Quinta da Torre.



*sem aproveitamento de qualquer natureza, como a Casa Palmela e outras, se não recusassem obstinadamente a ceder aos rogos dos que solicitam novas courelas” (1889:334).*

Outros proprietários não parcelam apenas as suas terras, nelas investem elevados capitais, permitindo o desenvolvimento de grande parte do território. Referimo-nos à obra de José Maria dos Santos, na Herdade de Rio Frio<sup>10</sup>, com 16.431 ha, exemplo maior e melhor conhecido, mas também a João Francisco d’Araujo, Visconde dos Olivais, que na Herdade de Algeruz<sup>11</sup>, com perto de 4.000 ha, lhe segue o exemplo (Campos, 2005).

## **1.2 - GRANDES ARROTEAMENTOS**

Na segunda metade do século XIX operam-se neste território grandes transformações, das quais o maior responsável é, provavelmente, José Maria dos Santos<sup>12</sup> que, na Herdade de Rio Frio, localizada entre Palmela, Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo<sup>13</sup>, enceta bastantes trabalhos de arroteamento, drenagem e fertilização de terras e introdução de novas culturas, constituindo-se, nas palavras de Conceição Andrade Martins (1998:10) *“num dos maiores proprietários/lavradores e, seguramente, no mais empreendedor, moderno e racional empresário agrícola do seu tempo.”*. Procede à cissão da sua propriedade – por venda, aforamento ou arrendamento, colonos de todas as idades transformando *“cerca de 2400 ha de “solo areento e árido onde magra charneca apascenta mal ordinário armentio, numa extensa vinha (a maior do mundo, segundo então se dizia, com o que lucrou, tanto ele quanto a economia da nação.”* (Martins, 1992:72).

Para isso fixa cerca de 400 casais de *“caramelos beirões semi-nómadas numa área de 200 hectares de paul, que arroteou, dividiu em glebas de 4 ha a 6 ha e cedeu aos colonos mediante contratos de arrendamento a longo prazo (em vida) no valor de 1\$000 por hectare. Para que os colonos se pudessem estabelecer, empresta-lhes com juro (5%) o Capital necessário para construírem a casa de habitação e adquirirem alfaias e sementes”* (Cabral, 1974: 386, 387).

---

<sup>10</sup> Proprietários da Herdade de Rio Frio - José Maria dos Santos (1857 /1913); António Santos Jorge (1913/1923); José Lupi (1923/1970); José Samuel Lupi (1970/1982). Em 1982 é desmembrada e José Lupi fica com Barroca d’Alva e em 1988 a Herdade de Rio Frio é alienada por Francisco Garcia.

<sup>11</sup> Segundo Maria Leonor Campos, em 1869 esta herdade é propriedade do Visconde dos Olivais. Em 1911 é comprada por António Briz Garcia e Maria Vicenta Gonzalez De La Calle; em 1924, comprada por Maria Briz Garcia, e em 1925 é constituída uma Sociedade Agrícola entre Maria Briz Garcia e Gregório Gonzalez Briz. É pertença dos descendentes até 1988, ano em que se procede ao seu desmembramento e venda.

<sup>12</sup> Sobre este tema podem ler-se: Cabrita, 2006 e Martins, 1998.

<sup>13</sup> Topónimo alterada para Montijo em 1930, pelo Decreto – Lei n.º 18.434.

Este empenho de José Maria dos Santos é frequentemente motivo de notícia. Por exemplo, em 1863 é feito o seguinte esclarecimento:

*“ (...) Facultou-lhes por adiantamento instrumentos de lavoura, gados, sementes, estrumes e até comestíveis, formando assim de cada proletário um cultivador proprietário. Deste modo tem conseguido povoar aquelas paragens (...). Aproximadamente contam 1.000 pessoas, sendo 600 adultos e 400 menores. O dito lavrador Santos aproveita estes colonos para cultivar em grande escala as suas vastas propriedades naqueles sítios, onde já plantou 400 milhares de bacelos e 10.000 pés de oliveira em terrenos ainda há pouco tempo incultos”(Arquivo Pitoresco,1863:113, 114).*

Deste modo, sem grande investimento, conseguiu assegurar mão-de-obra certa, barata e em número suficiente para os grandes trabalhos agrícolas de certas épocas do ano. Em 1873 a imprensa testemunha o movimento:

*“o Sr. José Maria dos Santos continua a dar o maior desenvolvimento à indústria agrícola, com vantagem das classes pobres, que tem naquele prestantíssimo cavalheiro a protecção que é pouco usual. Mais de 400 homens vindos das províncias do norte se dirigiram a semana passada para as várias propriedades do Sr. Santos, onde acham emprego devidamente remunerado, sem correrem os perigos da emigração para o estrangeiro” (Gazeta Setubalense, 9.11.1873:2).*

Segundo Conceição Andrade Martins (1992:389), em 1870 trabalham para a herdade entre 500 a 1200 jornaleiros, fora os ranchos de beirões que contrata anualmente para os trabalhos nas vinhas e nos arrozais. É de notar também que a estratégia de José Maria dos Santos assenta em 3 herdades separadas geograficamente, mas interdependentes e complementares entre si, Rio Frio” (Palmela, Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo), “Palma” (Alcácer do Sal) e “Machados” (Moura). (Martins, 1994:388).<sup>14</sup>

Também na Herdade de Algeruz, situada nas freguesias de S. Sebastião (Setúbal) e de S. Pedro de Palmela, se procede tanto à divisão da terra como à sua transformação. Segundo Maria Leonor Campos (2010), em 1859 encontramo-la na posse de João Francisco d’Araújo, Visconde dos Olivais que em “1869, arrenda 1.863,7128 hectares, que divide em 300 courelas de seis hectares cada uma, distribuídos por 300 rendeiros.”

---

<sup>14</sup> As três Herdades dispõem de “Livros de Contas” que permitem o estudo da actividade isolada de cada uma delas, bem como da relação que estabelecem. Herdade de Rio Frio: acondicionada na Sociedade de Cultura e Recreio de Rio Frio, em Rio Frio; Herdade de Palma: depositada no Centro de Documentação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), em Lisboa; Herdade dos Machados, acondicionada nos escritórios desta mesma herdade, em Moura.

Tal realidade não só reparte a terra e a põe a produzir, como também a habita, conferindo vida e desenvolvimento a este território.

E Palmela, pese embora a sua extinção como concelho em 1855<sup>15</sup>, o que a integra como freguesia no concelho de Setúbal retirando-lhe importância política e administrativa, poucos anos mais tarde vê as suas terras, anteriormente devolutas, serem atravessados pelo comboio e colocadas a produzir. Em 1861 é inaugurada a Linha do Sul entre o Barreiro e Vendas Novas e Setúbal e Pinhal Novo, surgindo estes lugares como novos entrepostos para “*mercadorias, pessoas e bens*”. E a terra, o que produz? Sobretudo vinha, arroz e floresta.

### 1.2.1 - CULTURAS EM EXPANSÃO

Num momento de fomento da exploração da totalidade do solo, as terras arenosas são generosas com a videira e os pauis entregam-se em pleno aos arrozais. As restantes, destinam-se a floresta, a crescente necessidade de madeira e cortiça assim o exige.

Em Portugal, o incremento da exportação molda a especialização da agricultura, e a “febre vitícola” aparece por força da filoxera<sup>16</sup> que, devastando amplas regiões na Europa, abre caminho para a exportação do vinho nacional, nomeadamente para o mercado francês. Em defesa da videira, aparece o “cavalo americano” e os solos de areia, que tornam a planta mais resistente e a salvam da filoxera (Martins, 1991).

Segundo Orlando Simões (2006), neste período, a produção vitivinícola nacional há muito que está dividida em dois grandes sectores: o vinho do Porto e os vinhos do Douro por um lado, protegidos desde a época do Marquês de Pombal, fundamentais para a economia regional e nacional, e o vinho comum, ou “de pasto”, por outro, cuja produção aumenta bastante, sobretudo durante a segunda metade do século XIX, sendo, apesar disso, “*o mercado interno que mais importava a estes vinhos. Constituindo, com o pão, a base da alimentação de vastas camadas da população*” (*idem*:4).

As primeiras décadas do século XX e a I Guerra Mundial favorecem o comércio nacional de vinho, bem como a exportação e nos anos 20 “*do abastado ao mais pequeno, todos viviam na azáfama de romper charnecas e (re)plantar cepas*” (Freire, 1997:12). Situação que conduz João Franco, em 1907, a legislar no sentido de condicionar o plantio de videiras e criar regiões demarcadas, onde deveria ser fomentada a produção de vinho de qualidade. Neste

---

<sup>15</sup> Recupera o estatuto de concelho em 1926. Sobre este assunto podem ler-se: Leal; Leal; Pena; Mouro, 1998; Fortuna, 1995 e Ribeiro, 2002.

<sup>16</sup> Sobre este tema ver: Martins, 1991.

sentido, para além da região do Douro, são criadas Madeira, Carcavelos, Moscatel de Setúbal, Colares, Bucelas, Dão, Vinhos Verdes. Palmela integra a Região Demarcada do Moscatel de Setúbal<sup>17</sup>, embora tal facto nada acrescente às habituais actividades relacionadas com esta cultura.

Apesar das dificuldades do sector e das limitações impostas ao plantio, a mancha de vinha nacional não cessa de crescer. Se em 1870 tem 204.000 ha, em 1908 apresenta já 313.000 ha.

Palmela dá, por certo, um importante contributo. Aliás, é em Rio Frio que se encontra, segundo Cincinato Costa (1900) a maior vinha do mundo, com 2.400 hectares de superfície, cobertos com 6.000.000 cepas, que produzem regularmente 20.000 pipas de vinho,

Nos primeiros anos do século XX a economia vitivinícola nacional enferma já de alguns males que a hão-de acompanhar durante as décadas seguintes: excesso de produção de mau vinho e dificuldade de escoamento. Muitos afirmam ser necessário promover vinhos de qualidade e criar condições para que estes possam ter lugar no mercado, medidas que têm de esperar várias décadas até serem implementadas.

Mas se os terrenos arenosos acolhem o plantio das videiras, nas zonas alagadas e paus incultos o arroz<sup>18</sup> é eleito como a única cultura capaz de os rentabilizar. Presente na Península de Setúbal desde o séc. XVII, é a venda, entre 1834 e 1836, de propriedades agrícolas alienadas pelo Património do Estado pelos liberais vitoriosos, que permite o seu cultivo nos extensos paus incultos. Em 1857 afirma-se o seguinte: “*Em alguma localidade do concelho de Palmela, como águas de Moura e Marateca, a cultura do arroz tem mais de um século (...) em Rio Frio apenas há 4.*” (*Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1857:35).

Em Algeruz são plantados 21 hectares de arroz, no processo assim descrito:

*“Todo aquele vasto terreno era dantes um vasto pântano, com grandes pegos, de tal modo que se tornava impossível meter-lhe a charrua, porque o gado se atascava (...). Hoje acham-se todos aqueles pântanos pela maior parte enxugados, por meio de um sistema de valas (...) que contornam todo o terreno.”* (*Cultura do Arroz em Portugal....*, 1860:47).

Mas o arroz não chega só, com ele vem também a doença da malária que, como em 1860 é descrito pelo médico local (*idem*: 27), aparece “*desde a fluorescência até à ceifa dos arrozais*.”

---

<sup>17</sup> Decreto de 10 de Maio de 1907. Compreendendo neste período o seguinte território: Concelho de Palmela, e no Concelho de Setúbal: Freguesia de S. Julião, S. Maria da Graça, S. Sebastião, S. Lourenço de Azeitão, S. Simão e N.ª Sra. da Anunciada. Em 1º de Maio foi oficialmente reconhecida a marca regional “Moscatel de Setúbal”.

<sup>18</sup> Sobre este tema ver: Faustino, 2006.

*Nesta época as febres se manifestam epidemicamente e poucos são os trabalhadores que deixam de sofrer as intermitentes (...)*” E malograda toda a acção desenvolvida contra o cultivo do arroz, dada a virulência da malária, ambas vão expandir-se sobretudo na região de Águas de Moura, caminhando de mãos dadas ao longo do tempo, sendo ignoradas as devastadoras consequências da doença, face ao lucro que a sua cultura vai permitindo.<sup>19</sup>

Nos inícios do século XIX, segundo ditam as fontes, esta região apresenta uma *escassíssima cobertura florestal* em todo o seu território, excepção feita para Palmela e Pinhal Novo onde são encontrados alguns pinhais. As próprias serranias que ligam Palmela ao Cabo Espichel encontram-se “*quase nuas de arvoredo e sem nenhuma cultura*” (*Relatório ácerca da Arborisação Geral do Paiz*, 1868:180).

Chegada ao Estado Novo, como mais à frente vamos desenvolver, esta região mostra um cenário completamente distinto, onde a floresta ocupa 47% do solo. O que terá justificado tal crescimento? Acreditamos terem sido os empreendimentos da Regeneração, nomeadamente o fomento da crescente necessidade de matérias-primas como a madeira e a cortiça. E justificamos:

- O fortalecimento do comércio impõe a necessidade de dispor de vasilhame em quantidade e qualidade, como caixas para frutas e uma diversidade imensa de tonéis para conservação e transporte do vinho.
- O desenvolvimento de obras públicas, como as linhas de caminho de ferro, exige o recurso a abundante quantidade de madeira.
- É também neste período que Portugal se impõe como principal exportador de cortiça, para vedantes. A pujança da economia do vinho assim o solicita.

O consumo crescente destas matérias-primas estimula o lucro e por isso mesmo, também a preservação e a expansão das manchas de pinhal e montado.

A instituição estatal do Regime Florestal com os decretos de 1901, 1903 e 1905, não é estranha a esta realidade. Segundo Adelaide Germano (2000), tal medida procurou fomentar a arborização de amplos territórios incultos, para contrariar a acção de degradação, erosão e uso indisciplinado das florestas, bem como para responder às necessidades da indústria, muito dependente dos produtos florestais.

---

<sup>19</sup> Para desenvolvimento deste tema consultar também: Rosendo; Cruz; Lucas, 2001.

Em Palmela, em 1909, a Quinta da Torre, na Freguesia de Quinta do Anjo, integra em Regime Florestal, 1.836 ha dos seus 3.400 ha (*Diário do Governo*, 9.07.1909), não sabemos, porém, quando e como se processa a florestação, nem tão pouco se aconteceram outras experiências no território concelhio, anteriores a esta data. Sabemos sim, como iremos desenvolver mais adiante, que nas décadas de 40 e 50, este território se encontra densamente florestado, sobretudo com expressivas manchas de pinheiros bravos e sobreiros.

Durante este período a terra encontra-se a produzir, mas que consequência teve o debate nacional sobre o problema do acesso à terra e a necessidade de melhorar a condição de vida do trabalhador, nomeadamente através do fomento da “colonização” e do uso das terras baldias? No declínio da Regeneração, o “Capitalismo Agrário”, como nota E. Castro Caldas (1991:351) “*perante o pasmo e o desencanto dos camponeses ficaria robustecido o latifúndio, como nunca aconteceu em Portugal dos reis absolutos.*” No caminho do desenvolvimento económico a terra é posta a produzir sem que sejam satisfeitas as exigências do desenvolvimento social. Ainda que a propriedade das terras tenha mudado, para o trabalhador o servilismo, tão característico da Idade Média, não desaparece.

Existe a possibilidade de arrendar sim, como já observámos, mas em que condições?

Em Palmela, segundos nos ditam as fontes, muitos contratos de arrendamento são verbais, perpetuando-se no tempo apenas devido ao consentimento, tolerância ou mesmo inércia dos seus reais proprietários. A possibilidade da expulsão da terra, na qual tanta força e esperança foi investida, constitui um medo sempre presente e bastante justificado, como analisamos mais adiante.

Além disso, como nota Castro Caldas (1991:352), quando o trabalhador rural, para ter mais uma “segurança”, arrenda e cultiva terras que não o sustentam, tendo de continuar oferecer-se nas praças de trabalho, ou migra sazonalmente para outras regiões, procurando o alimento que a sua terra lhe nega, “*procurando a libertação (...) acaba, muitas vezes, por cair noutras formas e servidão*”. Fala, por certo, dos magríssimos ganhos das jornas e das miseráveis condições de vida e de trabalho a que se encontram sujeitos todos quantos se ocupam da terra, a mais importante fonte de salários. Esta situação é alterada durante o Estado Novo? Não. Disso dá testemunho a vasta documentação produzida pela Junta de Colonização Interna, ou mesmo as obras de literatura neo-realista, sobretudo as escritas por Alves Redol, Miguel Torga, Soeiro Pereira Gomes e Fernando Namora.

Numa entrevista a Álvaro Cardoso, um dos mais importantes vitivinicultores da região, quando perguntámos: - *Como viviam os trabalhadores rurais, sobretudo os que integravam*

os ranchos? Respondeu: - “*Já Leu a Fanga*<sup>20</sup>, de Alves Redol? Era assim. As pessoas viviam, de facto, assim como ele descreve.”<sup>21</sup>

### 1.3 - ESTADO NOVO – A QUESTÃO AGRÍCOLA

O Estado Novo chega trazendo como principais preocupações a consolidação financeira e a normalização da vida económica. Como afirma Álvaro Garrido (2005:459), “*se entre 1923 e 1926, a estabilização da economia e das finanças não bastou para garantir a estabilidade política da Republica, de 1928 a 1932 a “ditadura financeira” abre caminho à unidade política da ditadura militar e à emergência do Estado Novo como ‘árbitro supremo’ da vida económica*”.

Nos campos, segundo Luciano Amaral (1993:7) “*o conjunto somava uma agricultura pobre, pouco produtiva, em larga parte vivendo num regime de auto-consumo, que mal bastava para alimentar aqueles que dela dependiam.*” Principais males: continuidade da terra mal distribuída e escassez de rendimentos. Pesando sobre tudo isso, o violento crescimento demográfico. Na década de 30, a sociedade portuguesa conhece um dos períodos de maior pujança demográfica do século XX. Entre 1920 e 1940 a população portuguesa aumenta cerca de 1,7 milhões de pessoas. Também segundo Amaral (*ibidem*), “*cerca de 1,5 milhão de pessoas a mais, maior densidade populacional e famílias mais numerosas: porque se morria um pouco menos à nascença, a vida durava um pouco mais, havia mais gente a casar mais cedo e era quase impossível emigrar.*”

Num país pobre esta realidade tem um preço.

No dealbar da década de 30 é importante “*opor a ordem (...), à desordem imputada aos responsáveis políticos, dos últimos anos da República*” (Brito,1996:524). Para esta decisão têm papel primordial a crise de 1929 e a depressão mundial, fazendo despertar uma ideologia industrializante e nacionalista, defensora dos valores “Deus, Pátria e Família.”

Palmela, como filha legítima do seu tempo trilha os caminhos definidos pela Nação, quer sejam os económicos ou os sociais. Resgatada a sua importância política e administrativa em

---

<sup>20</sup> “Fanga”, obra de Alves Redol publicada em 1938, fala da vida do trabalhador agrícola nos campos da Golegã. Como o próprio autor escreve: “*Fanga – sombra da Idade Média projectada nos nossos dias. Senhores vivendo da terra sem nada lhe darem. Servos fecundando a terra sem nada receberem*” (1995:43) . No editorial desta obra afirma: “*este livro é um acto de acusação. Jurei pela minha honra dizer a verdade e só a verdade. Tenho-o feito lealmente, sem baixar os olhos.*” (Redol, 1995:33).

<sup>21</sup> Entrevista a Álvaro de Carvalho Cardoso, 82 anos, Vitivinicultor, proprietário da Casa Humberto Cardoso; Palmela, Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela, 2007.

1926, altura em que lhe é devolvido o estatuto de concelho, muito devido ao crescimento económico iniciado desde o século XIX, os seus presidentes da câmara, chamam a este território os benefícios dos planos de fomento económicos e sociais, postos em marcha no país.<sup>22</sup> Assim, desde 1926 no território concelhio, são construídas redes de saneamento nas principais artérias da vila e chega a electricidade a Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo, ainda que a maior parte da população não disponha de capacidade para a adquirir. Pelo “Plano dos Melhoramentos Locais” são construídas ou recuperadas fontes em Quinta do Anjo; e mediante o “*Plano do Centenários*” são construídas nove escolas em todo o concelho. A vila de Palmela passa a dispor também de electricidade, telégrafo e telefone.

O dinamismo do concelho fica patente em 1930 na I Exposição Regional do Distrito de Setúbal. Aqui marcam presença os produtores do concelho, sobretudo de vinho e frutas.<sup>23</sup>

Segundo a direcção que promove o evento este é:

*“o coroamento do esforço triplice dispendido pelo Estado, pela cidade e pelos concelhos a favor do Distrito. Nos pavilhões que se levantam (...) todas as possibilidades de Setúbal e dos treze concelhos estão patentes, assegurando a naturais e estranhos qual a força produtiva, de hoje e de amanhã, da laboriosa, fértil e bela região compreendida entre o Tejo e o Sorraia.”* (Catálogo da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, 1930:5).

Em 1935 é posta em marcha a Lei de Reconstituição Económica, com a aplicação prevista para o prazo de 15 anos, cujas principais linhas de rumo para a agricultura são: a Colonização Interna, a Hidráulica Agrícola e a Reconstituição Florestal.

Considera-se que a população em crescimento exige uma reestruturação fundiária, cujas desigualdades dos séculos anteriores, ainda não haviam sido alteradas, pese embora todas as discussões sobre a necessidade de dar utilidade aos baldios e proceder à colonização interna.

Neste contexto duas preocupações estão presentes na política agrária: a desigualdade da distribuição terra (a Norte muito gente sem terra, a Sul muita terra sem gente) e o não

---

<sup>22</sup> Entre 1926 e 1955 comandam os destinos da Câmara Municipal de Palmela os seguintes Presidentes: Joaquim José de Carvalho (de 1926 a 29 e de 1946 a 48); Bernardino José Borges (1929 - 1933); Francisco Carvalho de Oliveira e Silva, popularmente conhecido por “Chitas”, (1934 - 1936); Venâncio da Costa Lima (1936 - 1946), Humberto da Silva Cardoso (1948 - 1956) Álvaro de Carvalho Cardoso (1956 - 1964). (*O Distrito de Setúba*, 6.08.1966:60).

<sup>23</sup> Tendo conta a temática desta dissertação, enumeramos os nomes dos produtores de Vinho e Frutas: Vinho Azeite e Frutas: Manuel dos Santos Palmela; Venâncio da Costa Lima, António Cardoso Massarico & Irmão, João Evangelista de Deus Athas, Emídio de Oliveira e Silva. Vinhos e Frutas: António Gomes Cassarino e Filhos; Francisco Carvalho de Oliveira e Silva, José Nunes Chafardão. Vinhos, Mel e Frutas: Joaquim José de Carvalho. Frutas: são enumerados 56 produtores cujos nomes podem ser consultados no mesmo documento. (*Catálogo da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal*, 1930:15,16).



aproveitamento das terras baldios. Consideradas, mais uma vez, os principais entraves ao desenvolvimento dos pais, trazem defensores à causa da urgência da colonização interna.<sup>24</sup> Novamente se insiste na importância de transformar os assalariados em pequenos agricultores, fornecendo-lhes terras com dimensão que permita o seu sustento e beneficiadas com o acesso à água, que permita a ampliação do leque de culturas. Assalariados, ou rendeiros sem capacidade financeira de aquisição das suas terras, aliam-se à crescente voz de descontentamento e mesmo de oposição ao regime que neste período se vê reforçada, sobretudo no Sul do país.

Em Palmela, sabendo já, *grosso modo*, como se processou, no século XIX, o arrendamento de terras, ouçamos o apelo que em 1933, Venâncio da Costa Lima, Presidente da Comissão da União Nacional, lança ao Governador Civil de Setúbal:

*“ valha (...) aquela pobre população de Cabanas que como rendeira do Exmo. Sr. Visconde do Tojal, estão escravizados ao não tirarem dos terrenos arrendados o suficiente para pagar as rendas, com o agravante de não lhes passarem qualquer documento com que possam chamar suas as benfeitorias, que na sua maioria foram feitas em terrenos incultos, e que tanto suor, sacrifício e cansaço lhe têm custado a eles rendeiros e aos seus antepassados de há 50 anos a esta parte (...).”*(IAN/TT, AUN, MC - 127 A, 44, fols 175, 176, 1933)

Mas a resolução de tal problema não é conveniente apenas aos rendeiros. Num momento em que as vozes da oposição ao regime ganham expressão, Venâncio da Costa Lima sublinha:

*“sobre o ponto de vista político podemos afirmar afoitamente a V. Ex.<sup>a</sup> que é de grande interesse auxiliarmos o mais possível a população de Cabanas por intermédio dos ditos rendeiros (...).”* (*ibidem*)

É também à Península de Setúbal que chegam os técnicos da Junta de Colonização Interna. Percorrem o território de Palmela e do Montijo para conhecerem as características da colonização “espontânea”<sup>25</sup> ocorrida no século anterior, nomeadamente pela iniciativa de José

---

<sup>24</sup> Sobre este assunto podem ler-se os seguintes estudos: Rodrigues, 1987; Lopes, 2003 e Neto, 1982.

<sup>25</sup> A Junta de Colonização Interna designa esta colonização de “espontânea” que estuda nas décadas de 30 e 40 no âmbito do “Plano de Colonização do Perímetro – I – Península de Setúbal. Segundo Henrique Barros estes foros “não tinham área suficiente para constituírem sede de explorações familiares perfeitas, visto que representam simples apoio subsidiário daqueles que prestavam seus serviços nas grandes empresas”, mas “todas revelam o sucesso geral das iniciativas espontâneas de povoamento da região. A mancha de maior interesse que atesta a grandiosa obra de José Maria dos Santos é a dos Foros de Pinhal Novo, Fonte Barreira e Fonte”. Dirigido pelo Eng. Henrique de Barros, foram inquiridos os Foros da Lagameças, do Lau e do Poceirão, (cont.)

Maria dos Santos. Encontram-se a redigir os *Estudos, Planos e Inquéritos à Região de Pegões*, no Montijo local onde na década de 1940 é instalada a “Colónia Agrícola de Pegões”. Constituída por cerca de 200 casais, para aqui seguem também famílias do concelho de Palmela, sobretudo da freguesia de S. Pedro de Marateca.<sup>26</sup>

A florestação do país, sob pretextos ambientais e culturais, dota o país de madeira, para a indústria que havia de chegar, pelo que, à semelhança da Quinta da Torre, as Herdades de Zambujal e Rio Frio integram o Regime Florestal, em 1938 (*Diário do Governo*, 9.08.1938; 12.08.1938) e 1956, respectivamente (*Diário do Governo*, 12.06.1956).

Estas medidas desenvolvidas no âmbito da Lei da Reconstituição Económica, que opõem industrialistas e ruralistas, cujas consequências analisámos, vê-se eclipsada pela conjuntura decorrente da II Guerra Mundial que vem impor uma política económica centrada em duas finalidades: regularidade do abastecimento interno e defesa da manutenção de alguns mercados externos essenciais. Incentiva-se a produção agrícola, nas palavras de Salazar, com as seguintes condições:

*“não trabalha para o lucro, produz para viver pobremente e alegremente gastar o excesso de outras rendas (...) produzir mais e mesmo mais caro, sem sensível repercussão nos preços (...). Mas que paixão, o vício português da terra fez prodígios: aproveitou-se a terra quase até ao centímetro, o jardim, a clareira, a mata, o valado (...).”* (Salazar, 1959: 326,327)

Em 1941, para estímulo da auto-suficiência, o Ministério da Economia lança a campanha “Produzir e Poupar”, altura em que são criados diferentes slogans, exibidos em cartazes espalhados por todo o país: *“Português aproveita todo o teu terreno!”*, *“Produzir e poupar, hoje mais do que nunca”*, *“Beber vinho: dá de comer a 1 milhão de portugueses”*, *“Capoeira povoada, riqueza amealhada”*, *“Cultiva batata na vinha, encherás a adega e a cozinha”*.

Sob pretexto da auto-suficiência, bem como da necessidade de acalmar as reivindicações sociais tomam-se medidas drásticas: apoiam-se algumas culturas (como o trigo e a batata), congelam-se os preços e os salários e controla-se a produção agrícola, para a qual são instituídos os manifestos obrigatórios. Para cumprir essa tarefa, evitando fugas e aplacar o

---

Agualva de Cima, Pinheiro Ramudo, Fonte Barreira, Asseiceira e Lagoa do Calvo. (Inquérito Económico-Agrícola à Região de Pegões, 1939).

<sup>26</sup> Sobre este tema ver: Pereira, 2004.

mercado negro, são criados os Grémios da Lavoura que, localmente, garantem a distribuição da produção.<sup>27</sup>

A vida do trabalhador rural é marcada pela carestia. O pouco que precisam ou podem comprar encontra-se dramaticamente mais caro, ou não existe, como os adubos e as sementes, e o raro que precisam e podem vender, seja azeite, leite ou milho, está limitado por um tabelamento cego ao movimento da oferta e da procura. Os manifestos e as requisições levadas a cabo pelos “*odiados Grémios*”, impedindo a venda nos mercados paralelos, impossibilitam qualquer poupança para reinvestir ou sequer para subsistir. Para Fernando Rosas (1990) o trabalhador rural, afastado das negociatas às quais apenas têm acesso os lavradores mais ricos, viverá neste período apenas a fome, a última grande fome.

O vinho, a principal cultura tanto numa perspectiva económica como social, oscila entre o excesso e a escassez, fazendo ressentir, sobretudo, os pequenos vitivinicultores, pese embora a protecção que a Junta Nacional da Vinha e do Vinho lhe dedica, nomeadamente através da chamada “Política da Qualidade”, descrita mais adiante.

Em Palmela, onde grande parte da população vive da terra e do que ela dá, os jornais fazem eco dos seguintes problemas: alarme dos proprietários vitivinícolas, causado pelo excesso de produção, que há muito se vem aliando à dificuldade de escoamento; exigências ou irregularidades do Grémio da Lavoura, fundado em 1943; lamento dos jornaleiros, pela escassez ou inexistência de trabalho e apelo generalizado à melhoria das estradas e condições gerais de acesso, tanto à vila como aos campos, cuja inexistência ou avançado estado de degradação muitos danos provoca tanto à produção, como ao comércio.

As principais culturas neste território continuam a ser o vinho, seguido do arroz, sobre o qual continua a pesar drasticamente a endemia da malária. Na década de 30 a região de Águas de Moura é mesmo classificada como uma das regiões do país com maior intensidade e gravidade desta doença, sendo inaugurada em 1934, no lugar de Águas de Moura, a *Estação para o Estudo do Sezonismo*<sup>28</sup>, onde se procede ao estudo das terras e à protecção e tratamento das pessoas. Pela sua acção a malária é erradicada do país em 1958.

---

<sup>27</sup> Os Grémios da Lavoura abrangiam a agricultura, mas também a silvicultura e a pecuária. A organização corporativa do sector primário começa por consistir em grémios, federações e uniões obrigatórias, criadas pelo Governo e especializadas por produtos. Genericamente instituídos em 1937, começaram a ser efectivamente criados em 39. Sobre este tema ver: Pereira, 1937.

<sup>28</sup> Em 1938 é inaugurado o instituto de Malariologia e no ano seguinte a estação passa a denominar-se *Instituto de Malariologia*, altura em que começa a dispor de dispensários para consultas em Águas de Moura, Landeira, Pinheiro e Zambujal.

### 1.3.1 - 1945 – 1958: COMPASSO DE ESPERA

No pós-guerra, período que inicia a contextualização da nossa investigação, segundo Eugénio Castro Caldas (1991:557), *“não era sustentável a defesa de um Portugal essencialmente agrícola (...). O seu território não contemplava ruínas materiais, mantendo arrecadados valiosos recursos financeiros. Era o tempo de romper com a velha tradição rural”*. Para além disso, nas palavras de Fernando Oliveira Baptista (1996:52), *“o cultivo e a florestação do território tinha progredido, e já não era possível assentar soluções na utilização do espaço abandonado”*, chegando ao fim a tão longa discussão sobre a utilização dos incultos. Segundo Pedro Lains (2003:170), existe até *“um certo optimismo sobre as perspectivas de recuperação da economia e o papel que o Estado poderia desempenhar para alcançar uma maior prosperidade do país.”*, motivado pelo estímulo da produção nacional e a acumulação de divisas fruto da exportação e do fraco investimento interno. A acção rumo à indústria instala-se, à qual a agricultura deve submeter-se, nomeadamente através da manutenção da baixa de preços e salários e da necessidade de dar prioridade ao abastecimento.

Neste contexto, e pese embora a “neutralidade” portuguesa, o país ver-se-á a braços com uma grave recessão, a qual vários autores chamarão *“a primeira grande crise do Estado Novo”*, na qual o pequeno agricultor muito se irá ressentir.

Em Palmela, o conflito mundial, omissos nas páginas dos diversos jornais locais, faz-se sentir. Venâncio da Costa Lima, presidente da Câmara Municipal de Palmela, caracteriza estas décadas como *“anos irregulares”* que não permitem a realização das obras prometidas. Situação que resulta não só da subida excessiva dos preços, mas também da inexistência de matérias-primas. Face às frequentes crises de trabalho, o município lança mão a obras para a abertura de estradas e integra-se no programa do “Centenário dos Castelos”, através do qual recebe verbas para restaurar o Castelo de Palmela, cujas obras ocupam e sustentam dezenas de trabalhadores. (*Relatório da Câmara Municipal do Concelho de Palmela*, 1941:14,15).

A situação do país exige medidas que o Governo traduz em planos. O 1.º realiza-se entre 1953 a 1958. Trata-se aqui da primeira tentativa de sistematizar a agricultura. Como diz António de Oliveira Salazar (1962:110,111), *“ponto morto em que nalguns sectores parece ter caído a economia (...). O papel do Governo será (...) fomentar a criação das empresas, apoiar-las técnica e financeiramente, ditar-lhes regimes adequados de exploração.”*. É o estado corporativo e intervencionista a alargar posições. No preâmbulo do Plano o seguinte discurso:

*“a melhoria do nosso nível de vida está dependente não só da modernização da técnica e do equipamento na agricultura e nas indústrias actuais, como da absorção de braços, em*

*condições suficientemente remuneradas, através da colonização interna, da colonização ultramarina e das instalações de novas indústrias. Não tem sido outra, aliás, a política executada pelo Governo ao abrigo da Lei da Reconstituição Económica.”* (Secretariado Nacional de Informação, 1953:14).

Mas, mais uma vez, na tentativa de gerar unanimidade, agradar a interesses distintos, António Salazar (1959b:103), esclarece: se não se pode afirmar *“que estejamos em face de um plano de industrialização; também não se pode dizer que se esteja em face de um plano integral de fomento agrícola.”*

É, afinal, um compasso de espera, de certa maneira ponte entre o Portugal “essencialmente agrícola” e o Portugal “industrializado”. Assim o exige a pressão dos “ruralistas”, dos “industrialistas”, o elevado número de braços ainda dependentes do trabalho da terra e a força dos opositores do regime.

Durante este período de 14 anos, aqui em estudo, a Colonização Interna avança menos que a Hidráulica Agrícola, situação que, não só não faz alterar a antiga estrutura fundiária, como acaba ainda por a deixar reforçada. Já o apoia à florestação segue o seu caminho tanto em propriedade privada, como em baldios e terras comunais, agravando as já miseráveis condições de vida do campesinato (Freire, 2004).

Também na indústria se aposta na maior quantidade de mão-de-obra barata, ao invés da produtividade. A própria indústria, cada vez mais dependente dos baixos salários nacionais e da tecnologia e equipamento estrangeiro, torna-se frágil e pouco competitiva, onde, na opinião de Fernando Rosas (1994:463), *“o industrial médio dos anos 50 continuava demasiado ocupado em ganhar dinheiro a qualquer preço para se preocupar com o preço da sua maneira de ganhar dinheiro.”*

Em 1958, enquanto a União Nacional celebra 30 anos de Oliveira Salazar como membro do governo da nação, Humberto Delgado surge como candidato adversário às eleições. “Terramoto Delgadista” como lhe chama Fernando Rosas (1994:523), *“o princípio do fim do salazarismo e do próprio regime.”*

Desde 1945 que as consequências do pós-guerra, nomeadamente a falta de trabalho, fazem reacender a oposição ao regime e em 1952 as estruturas clandestinas do PCP, apoiam em diferentes lugares do país, movimentos grevistas de assalariados agrícolas, que exigem aumento de salários e medidas de combate ao desemprego sazonal e à fome. Nos campos, sobretudo a Sul onde os grandes latifúndios alentejanos permaneceram inalterados, os conflitos são particularmente agudos e persistentes.

O que acontece em Palmela? De forma a melhor entender a vida e o trabalho das gentes neste território, importa avaliar em que medida os factores naturais ainda as sujeitam, identificando tanto o que dão, como o que retiram. Isto, porque no trabalho da terra não basta a força, nem tão pouco a vontade. Como nos ensina Fernando Matos, trabalhador rural, “*tudo depende da natureza. Para quem a souber estudar (...) a natureza é excepcional*”<sup>29</sup>. Vejamos então.

---

<sup>29</sup> Fernando Matos, 79 anos, Trabalhado Rural, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

## CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO: TERRA - NATUREZA EM MARCHA

A produção agrícola, no seu significado mais vasto, é resultado de múltiplos factores sempre sujeitos ao condicionalismo imposto pelo meio, sendo “*difícil agrupar esses factores de acordo com a simples divisão – naturais e humanos – talvez porque o Homem, ele próprio, é Natureza em marcha, ou porque a natureza humana desvenda cada vez maior número de mistérios, alargando a fronteiras da sua acção.*” (Plano de Colonização do Perímetro I, 1948:5,6). Vejamos então.

### 2.1 - A TERRA

É inegável que a terra molda a vida de quem a habita e Palmela integrada na Península de Setúbal conta com as suas condições especiais de localização.

As características do solo, ditando a fertilidade ou a falta dela, nunca são indiferentes ao agricultor.

Começemos pela forma que apresenta. Como podemos observar no mapa 1<sup>30</sup>, exceptuando-se a mancha acidentada a Sul do concelho, onde se encontram as serras de S. Luís, Gaiteiros, Louro e S. Francisco e parte dos lugares de Palmela, Quinta do Anjo e Cabanas, este território é, na sua maior extensão, plano e ondulado, não constituindo a sua morfologia dificuldades à ocupação humana.

Os territórios mais acidentados, integrados na Arrábida, têm a sua máxima expressão no “morro de Palmela” que, segundo Orlando Ribeiro (1996:36,37), “*sobressai como elemento de grande importância orográfica no conjunto das elevações da Arrábida (...), atinge 260 metros de altura. Pelos lados de Norte, Leste e Sul, o Pliocénico da planície entra na composição das vertentes até à cota de 100 metros, sendo a altitude das terras baixas adjacentes inferior em duas ou três dezenas de metros, exceptuando os vales, ainda mas baixos.*”

Nas terras mais acidentadas, o trabalho é mais duro e toda a lavoura tem de ser feita a braço, sendo mais difícil, lenta e dispendiosa e onde também as enxurradas danificam com

---

<sup>30</sup> Ver Anexos I, Mapa 1 – Palmela: Zonas Orográficas, 1951.

frequência as plantações. Nas terras planas, os trabalhos agrícolas são menos difíceis e as chuvas fortes trazem apenas o perigo do encharcamento.

No que diz respeito à geologia, características discretas, muitas vezes escondidas do nosso olhar, mas decisivas para as características da fertilidade da terra, como pode ser observado no mapa 2<sup>31</sup>, são as areias que predominam ou seja o solo pliocénico.

A Sul, onde o relevo é mais acidentado, encontramos os solos de constituição geológica mais variável. Assim, no cume da serra da Arrábida, existem afloramentos de calcário, margas, dolonites e conglomerados jurássicos. Para o Norte segue-se ao jurássico que também ocupa grande parte da serra de S. Luís, uma estreita faixa de cretácico inferior, constituída por calcários margosos e grés. Vêm depois terrenos terciários: uma faixa de rochas avermelhadas formadas pelos conglomerados de oligoceno e um extenso afloramento de mioceno marinho, constituído por areias, argilas, calcários, margas e grés, que, na parte que interessa a esta região, se estende de Coina a Velha até Palmela, surgindo ainda um outro afloramento na encosta meridional do monte de S. Luís.

Para o Norte e Nascente estende-se a vasta planície do pliocénico, que ocupa não só o resto da região mas quase toda a Península de Setúbal, chegando até à margem esquerda do Tejo.

Duas espécies de solo a predominarem: fortes (presença forte das argilas), nas zonas mais acidentadas a Sul, e os leves (abundância de areias), na vasta planura a Norte.

Fernando Matos, trabalhador rural em Quinta Anjo, confirma:

*“havia terra mais cheia, mais grossa e outra (...) mais areia (...). Havia sempre uma tendência de cultivar umas certas coisas que se davam mais numa terra que noutra (...). Na terra forte, dava mais searas. Batata não, que ficava feia (...), esmagada (...). Nos terrenos mais delgados, punha-se lá milho (...) e vinha.”*<sup>32</sup>

Os solos fortes são excessivamente compactos e tenazes o que os torna impermeáveis ao ar e à água. Têm uma cor amarelada, acastanhada ou avermelhada, devido ao óxido de ferro. Nos meses de muito calor ficam secos, duros e impenetráveis, dilacerando ou comprimindo as raízes das plantas. Nestas condições, para Filipe Figueiredo (1908:604):

---

<sup>31</sup> Ver Anexos I, Mapa 2 – Palmela: Zonas Geológicas, 1951.

<sup>32</sup> Fernando Matos, Trabalhador Rural, 79 anos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.



*“A fava, os trevos, os trigos de inverno são as culturas que melhor prosperam nestes terrenos (...). A vinha também se dá bem e produz abundantemente, mas o vinho mais aquoso, não tem forças para se conservar.”*

Jaime Caldeira, trabalhador rural em Cabanas, recorda:

*“Lá em cima era mais vinhas (...). Uma vinha lá em cima tinha uma grande dificuldade (...) eu plantei uma vinha. O terreno era mato (...), andei três anos a fazer aquela vinha, cada ano fazia um bocado. Quando era Verão levava para lá homens a romper a terra, mantear. Era tudo encosta (...) tudo feito à enxada (...), quando possui um tractor, ali não podia andar.”<sup>33</sup>*

As “terras leves” são desprovidas de consistência, têm uma cor branca, muito solta, excessivamente permeável ao ar e à água. A grande permeabilidade e a facilidade de absorverem o calor solar, torna-as extraordinariamente quentes e secas. Mas, apesar da relativa constância destas características na camada superficial, estes terrenos apresentam uma variedade agrológica bastante acentuada causada, sobretudo, pela profundidade a que se encontram os horizontes e camadas sub-superficiais do perfil do solo. Estando os estratos impermeáveis a grande profundidade, faz como que o solo seja seco, mas permeável à água, o que lhe concede significativa fertilidade. Mais de 95% dos solos do concelho apresentam textura arenosa numa infinidade de gamas, entre a areia solta da praia, até aos solos areno-humíferos, preparados pela acção constante do homem. Pelos franco-arenosos, argilosos, franco-argilosos e turfosos distribuem-se os restantes 5%.

A Norte, escassamente férteis, as areias de Pinhal Novo, mais finas e argilosas, têm chegado nalguns pontos, segundo Filipe Figueiredo (1908:609), *“a transformar-se em bom terreno, à força de regas e estrumações.”* Para o mesmo autor, podem melhorar estas terras poucas lavouras, fertilizações com estrume e regas amiudadas. Mas não seria necessária, a riqueza aquífera do subsolo, nomeadamente na região de Pinhal Novo, fará essa tarefa.

Em suma, trabalhar em terrenos irregulares e argilosos, sendo mais férteis, obriga a uma maior persistência e esforço braçal. Quem se ocupa de terrenos arenosos, pode contar com um mais fácil trato, mas também com uma fertilidade mais escassa.

---

<sup>33</sup> Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

## 2.2 - A ÁGUA

A água é condição essencial à existência de qualquer forma de vida, pelo que tendo em conta os recursos existentes na terra, cabe ao Homem, com a rara tecnologia existente, que desenvolvemos no Capítulo 4, controlar a escassez ou a abundância.

Mediante a observação do mapa 3<sup>34</sup> percebemos que o concelho é rico em linhas de água que percorrem o seu território, em regime permanente, ou temporário. Em regime torrencial, as ribeiras de Alcube, Corvo e Livramento. Outros ribeiros parciais, cuja abundância, fluxo e percurso depende das chuvas, a ribeira da Asseiceira, em Águas de Moura, de Algeruz e de Agualva de Baixo.<sup>35</sup> Tal recurso alimenta, como atrás já analisamos, a zona mais acidentada do concelho, que as gentes complementam com a construção de charcos e minas, bem como as regiões planas de Águas de Moura, alagando os campos.

De carácter unicamente temporário os rios da Moita, do Montijo ou a ribeira de Malpique, da Salgueirinha, Vale de Palmela e de Lagos.

Permanentes, as ribeiras de Marateca, Vale do Cão e o Rio de Coina. Em S. Pedro de Marateca, é o rio Sado<sup>36</sup> que correndo por uma extensa lezíria, penetra o território, para chegar até ao Alentejo. É o vale do Sado, constituído por sapais, zonas de aluvião, em muitos casos alagados, constituídos por materiais mais diversos, como lodos, nateiros, areias e detritos de toda a ordem. Regiões insalubres, mas férteis para a cultura do arroz, a cultura mais lucrativa, o que, no mercado de compra e de arrendamento, lhe confere o estatuto de terra mais valiosa.

É a presença da água que confere maior valor à terra e o valor médio das rendas praticado na década de 50, testemunha essa realidade. Senão vejamos:

---

<sup>34</sup> Ver Anexo I, Mapa 3: Cursos de Água, 1951.

<sup>35</sup> Os próprios topónimos revelam a importância da água neste território. Senão vejamos: Freguesia de S. Pedro de Marateca - Agualva, Agualva de Cima, Águas de Moura, Fonte Barreira, Lagoa do Calvo, Marateca, Marinho, Poceirão; Freguesia de Palmela – Lagameças, Lagoinha; Freguesia de Pinhal Novo – Lagoa da Palha, Olhos de Água e Rio Frio. Ver Anexo II, Quadro 5: Palmela, Número de fogos por lugar, 1911, 1940, 1960.

<sup>36</sup> O rio Sado encontra-se localizado entre 37.º25' e 38.º40' de latitude N e 07.º40' e 08.º50' de longitude W, com uma bacia hidrográfica que cobre uma área de 7.640 Km<sup>2</sup>. Limitado a Norte pela bacia do Tejo, a Este pela bacia do Guadiana, a Sul pela bacia do Mira e a Oeste por uma faixa costeira. Nasce na Serra da Vigia, a uma altitude de cerca de 230 metros, o rio Sado corre na direcção Sul-Norte até à confluência entre a ribeira de Odivelas flectindo depois para Noroeste até à foz junto a Setúbal, percorrendo 180 km. Um dos principais afluentes da margem direita é a ribeira de Marateca com 421 km<sup>2</sup>. Sobre este tema ver: Loureiro; Nunes; Botelho, 1982.

terras com aptidão para arroz (1.200\$00 a 1.700\$00); terras regáveis de batata (800\$00 a 1.500\$00); terra campá em zona acidentada (200\$00 a 350\$00), terra campá de zona plana (100\$00 a 300\$00). (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela*, 1951)

A região de Pinhal Novo e Poceirão, pobre em linhas de água, não vai, apesar disso, votar as suas terras à secura. Em seu benefício, as terras arenosas, com intercalações de argila, que privilegiam a infiltração, promovendo um abundante recurso hídrico subterrâneo. Segundo Vítor Canelas (1999:110), *“na zona entre Pinhal Novo e Coina, de nível freático muito à superfície, verifica-se a maior quantidade de nascentes e poços do concelho”* Trata-se do sistema aquífero do Tejo e do Sado que *“possui 8.200 km<sup>2</sup>, estendendo-se desde Tomar a Grândola, a que se juntam mais 320 km<sup>2</sup>, sob os estuários do Tejo e Sado.”*<sup>37</sup>

Como vimos, para além das características do solo, o recurso à água é sempre uma importante preocupação. Durante o estio sem chuvas as plantas sofrem o excesso de calor, sendo preciso dar-lhes o benefício da rega ou, na sua ausência, escolher a cultura que melhor se ajusta ao clima. Aprendida esta regra, a ocupação do solo expressa estas imposições. Nas palavras de Orlando Ribeiro (1998a:10), sem o recurso à água *“sequeiro, geralmente extensivo, com períodos de produção intercalados de pousios, mais ou menos largos, enquanto a terra se rarefaz, e a de regadio, onde o mesmo solo produz sempre, com duas a 3 colheitas por ano, cultura intensiva, minuciosa, em que o homem anda sempre à volta da planta e lhe consagra (...) infinitos cuidados.”*

## 2.3 - O CLIMA

O tempo é, mais uma vez, determinante para o agricultor. Não falamos agora do tempo que o relógio ou o calendário medem, mas daquele que este sente na pele e na alma, pontuando as diferentes estações. É sempre uma preocupação o “mau tempo” que chega com o Outono e o Inverno, as chuvas que provocam enxurradas e roubam o trabalho das jornas e a geada, inimiga maior das colheitas. Há sempre o receio dos “perigos” da Primavera que tantas vezes traz o encontro entre calor e a humidade, pais das principais doenças da vinha.

Em Palmela, o clima de influência mediterrânica é classificado pelo critério mais simples como temperado, moderado e moderado chuvoso, de poucas geadas e fraca amplitude térmica. Invernos frios e Verões quentes. O clima desta região é condicionado, sobretudo,

---

<sup>37</sup> Canelas (1999:112), afirma também que constitui *“um dos mais importantes do país, com a mais alta produtividade nacional (superior a 400 m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>/dia) e de toda a Península Ibérica, sendo um dos maiores aquíferos existentes na Europa.”*

pela proximidade do oceano, embora seja atenuada a Sul pela serra da Arrábida, que forma uma espécie de “muralha” entre esse território e o mar. Neste sentido, apesar da sua fronteira Sul ser o Oceano Atlântico, não podemos classificar o seu clima de marítimo, visto ao Sul, justamente, se elevar as serras da Arrábida e da Rasca.

O ar, cuja temperatura média anual é de 16,9°, é característico de um clima temperado. Apenas em Agosto sobe para uma média de 23° e em Janeiro, o mais frio, desce até 10,8°. Ainda assim, na zona de maior relevo, dias quentes com noites frescas e orvalhadas, no Inverno com temperaturas inferiores e humidades trazidas pelo vento Norte, vento Este e o de Nordeste também dominantes na estação calma.

Nas zonas mais planas já a temperatura é mais elevada e mais constante, dada a sua continuidade com a planície alentejana.

As chuvas, bem como as maiores geadas chegam nos meses mais frios (Dezembro, Janeiro e Fevereiro). A humidade relativa atinge os seus maiores valores nos meses de Dezembro e Janeiro e os mais baixos nos meses de Julho e Agosto (meses mais secos). Os ventos NW, N, SW e W, vindos do mar, tornam mais dolorosos os invernos, mas amenizam o clima durante as estações quentes.

Os nevoeiros são mais frequentes nos meses de Agosto e de Setembro, embora também possam aparecer nos meses que vão de Outubro a Março e em Junho e Julho.

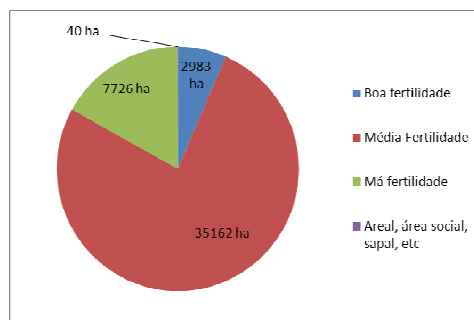
Para o agricultor é importante que a natureza siga cumprindo o seu ritmo, certo e previsível, o que nem sempre acontece. A Primavera e o Outono são as estações mais incertas. A Primavera, sobretudo, deve ser amena. Não trazer nem grandes chuvas que afoguem as plantações ou humidades que adoeçam as vinhas, nem tão pouco muito calor que tisne as flores ou já os pequenos frutos. Se assim não acontece, as consequências podem ser dramáticas. Fernando Matos, trabalhador rural, reitera com um adágio popular *“dito dos antigos que dizia: A inverna de Março e a seca de Abril é que deixavam o lavrador a pedir.”*<sup>38</sup>

Tendo em conta este conjunto de factores, em 1948 os técnicos da Junta de Colonização Interna avaliam as características da terra, considerando, como pode ser observado no gráfico 1, que grande parte desta (76,6%) é caracterizada por uma “média fertilidade”, estando a boa ou “franca” reduzida a apenas a 6,5%.

---

<sup>38</sup> Fernando Matos, 79 anos, Trabalhador Rural, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

**GRÁFICO 1: CONCELHO DE PALMELA – FERTILIDADE DA TERRA (1948)<sup>39</sup>**



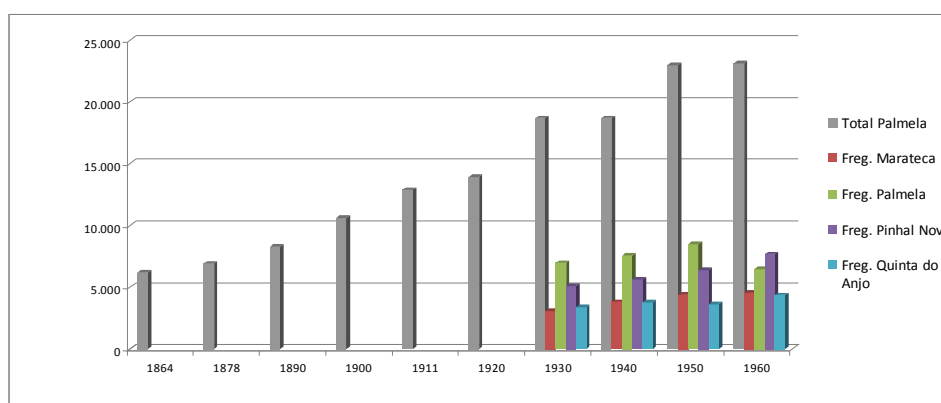
É este solo que acolhe as gentes que desde o século XIX, aqui chegam para trabalhar e viver. E vêm muitos, como a seguir analisamos.

## 2.4 - AS GENTES E OS LUGARES

### 2.4.1 - MAIS GENTE

A presença humana determina a fisionomia e as potencialidades de lugar. Como afirma Orlando Ribeiro (1989:723), “*Estas marcas constituem, por toda a parte, a sua maneira de fixar-se na terra: elas são tanto mais frequentes e vincadas quanto maior for a população que se aplica a inscrevê-las.*”

**GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1864 A 1960<sup>40</sup>**



Tal como no restante país, também em Palmela, como pode ser observado no gráfico 2, se assiste a um crescimento demográfico incessante desde a segunda metade do século XIX. O processo de instalação de grandes herdades e a plantação de vastas áreas chama muita gente. Gente de “ir e vir”, que visita o território, consoante os trabalhos que as diferentes estações do ano vão impondo, cuja importância e condição tratamos no IV capítulo deste trabalho, e gente que decide “ficar”, constituindo-se como mão-de-obra certa e abundante, para os trabalhos

<sup>39</sup> Ver Anexo II, Quadro 1.

<sup>40</sup> Ver Anexo II, Quadro 4.

das grandes herdades. São estas pessoas que constituem novos lugares, sobretudo em Pinhal Novo.

Como pode ser observado no gráfico 2, a população inicia o seu crescimento incessante na segunda metade do século XIX até 1960, apenas se ressentindo nos anos 40. Nesta década, os naturais do concelho constituem 80%. Cinquenta anos antes constituem 90% da população, mas foi o censo de 1900 que registou maior afluxo de gente de fora (15%). Em 1911, 1930 e 1940 esse contingente é apenas de 9%” (Ribeiro, 1989:759). Como pode ser observado no mapa 4<sup>41</sup>, em 1940 no concelho de Palmela, contrariamente ao que acontece nos concelhos vizinhos, a população cresce naturalmente. Como lembra Paulo Morais (1889:331):

*“Os colonos, na impossibilidade de alimentar com os frutos das courelas primeira arroteadas todos os descendentes primitivos colonos, coincidindo com a multiplicação do número de braços, proporcionam o aumento dos casais, ou contribui para a disseminar novos núcleos de colonização por longos tractos de domínios incultos. Na colónia de Pinhal Novo e Lagoa da Palha tem-se realizado a primeira hipótese. Os quatrocentos casais hoje distribuídos em uma superfície de perto de 2.000 hectares são o resultado quase exclusivo do desdobramento pelo aumento dos nascimentos, das 40 ou 50 famílias dos primeiros colonos.”*

Nas palavras de Castro Caldas (1943:47), “A colonização do pliocénico é um facto natural, digamos um fenómeno espontâneo (...). Que decorre desordenadamente, criando muita vez situações injustas, insustentáveis mesmo e de resultados sociais e económicos não muito desejáveis.”

Embora não seja assim que Cabral Adão (1953:202, 203), descreve este movimento. Não opinião deste escritor terá sido um trabalho:

*“Hábil e feliz. Homens, mulheres e crianças, nas suas novas moradas, dispersos por aqui e por ali na campina imensa, foram esquecendo suavemente a sua região original votaram-se inteiramente àquele trabalho titânico. (...) A caramelândia, passe o neologismo toponímico, abrange as regiões de Pinhal Novo, Vale da Vila, Poceirão e Venda do Alcaide. Além desses núcleos populacionais, os fogos disseminam-se pelos campos fora, não havendo meio quilómetro, em muita parte, sem uma casinha, com o respectivo chiqueiro, e quintal anexos.”*

É o mundo rural simples, bucólico e mítico que o Estado Novo encena e promove.

---

<sup>41</sup> Ver Anexo I, Mapa 4 – “Mapa de Portugal, Média de Percentagem dos naturais de outros Distritos”.

## 2.4.2 - NOVOS LUGARES

Olhando as Cartas Militares da região na década de 40<sup>42</sup>, as manchas do habitat expressam a Geografia e a História desta terra, sobretudo na forma como os “senhores da terra” a “deram” a trabalhar e habitar.

Mosaicos de terras agrícolas, uns maiores, outros mais acanhados, percorridos por caminhos de “carreteiros” e de “pé posto”. Montes e casas distantes, muito distantes na sua larga maioria, testemunhando as principais características desta colonização: dispersa, individualista e “espontânea”.

E assim nascem lugares, cujos habitantes vão decidindo o que doravante este concelho será. Como lembra Fernand Braudel (1992:39), *“o homem vive, de preferência, no âmbito das suas próprias experiencias, apanhado ao longo de gerações, na armadilha dos seus antigos êxitos. O Homem, isto é, o grupo a que ele pertence: saem indivíduos, vêm outros incorporar-se, mas o grupo continua ligado a um determinado espaço, a terrenos familiares. Ganha raízes.”* E o território cresce... e nascem lugares de forma concentrada, dispersa, mas sobretudo muito dispersa.

Com “habitat concentrado”, onde os estabelecimento humanos “assumem o aspecto de aldeamento”, sobretudo a vila de Palmela, seguida pela aldeia de Quinta do Anjo, o lugar de Cabanas, o centro de Pinhal Novo e depois de Águas de Moura. Núcleos habitacionais mais antigos que crescem na dependência dos recursos já existentes. Como nota Fernand Braudel (1992:38), citando Vidal de la Blache: *“os Homens não se espalharam pela terra, “à maneira de uma mancha de óleo, juntaram-se primitivamente à maneira de corais”, isto é, acumulando-se “em camadas sucessivas” em certos pontos dos bancos da população humana”*. Esses lugares constituem, nestas cartas, numa envolvente de quase deserto humano, manchas concentradas, de pequenas casas contíguas que não só acompanham o desenho no espaço das principais via de acesso, como ocupam todo o território, mesmo o mais íngreme.

Praticamente todo o território é caracterizado por um “habitat disperso”, existente agora, onde antes apenas havia ermo e um denso matagal. Casas construídas de longe a longe, integradas em retalhos de terra, exibem vinhas, pomares, um poço e algumas vezes mais que uma construção. Talvez fosse a adega, a casa da lavoura, ou a morada da geração seguinte. É esta a realidade sobretudo na freguesia de Pinhal Novo.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Carta Militar de Portugal, 1:25.000; 1936 a 1942, folhas 443, 445, 454, 444. Instituto Geográfico do Exército.

<sup>43</sup> Ver Anexo III, Foto 1 – Casal, Concelho de Palmela, 1953.

Analisando o *Recenseamento Geral dos Habitantes do Concelho* na década de 40<sup>44</sup>, juntamente com as Cartas Militares deste mesmo período, percebemos a densidade populacional existente neste território, que passamos a expor:

Na Freguesia de Palmela, encontramos um habitat concentrado, de casas contíguas, acompanhando todo o território mais elevado da vila (núcleo antigo), onde em 1940 vivem 764 habitantes. Os restantes moradores desta freguesia encontram-se muito dispersos pelo restante território, sobretudo a Norte, fruto também do processo de arrendamento de terras, em lugares como Algeruz (140 habitantes); Cajados (170 habitantes), Lagameças (66 habitantes), Brejo do Assa (59 habitantes), Batudes (37 habitantes); Aires (39 habitantes); Lagoinha (35 habitantes), Barris (30 habitantes) sendo os restantes lugares desta freguesia ocupados por menos de 20 habitantes, sobretudo os localizados nas serranias que não chegam a uma dezena.

Quinta do Anjo, apresenta um habitat concentrado, sobretudo no centro da aldeia, exibindo um contíguo de casas que acompanham as linhas dos principais acessos, quer a estrada nacional, quer a que conduz a Sul, à zona mais alta. Aqui, em 1940 residem 380 pessoas. Saindo deste núcleo em direcção a Azeitão, encontramos o lugar de Cabanas (260 habitantes), que exhibe um habitat disperso caracterizado por escassas casas alinhadas à estrada nacional, tanto a Norte como a Sul, embora nesta última direcção suba a serra, pontilhando-a com algumas habitações. Neste lugar o quadriculado também da divisão em courelas da Quinta da Torre, que não exhibe qualquer construção. Todo o território a Norte é deserto de habitantes.

A Freguesia de Pinhal Novo é caracterizada por uma habitação muito dispersa, ainda que este lugar (com 215 habitantes), revele a concentração de escassíssimas casas junto à estação ferroviária, todos os restantes habitantes estão muito dispersos por lugares como Lagoa da Palha, (203 habitantes), Carregueira (181 habitantes); Venda do Alcaide (152 habitantes), Fonte da Vaca (141 habitantes) e o quadriculado de Arraiados (47 habitantes) e Vale da Vila (67 habitantes). Nos restantes núcleos, bastante dispersos pelo vastíssimo território, encontram-se lugares onde vivem menos de 50 pessoas.

Na freguesia de S. Pedro de Marateca, a habitação é ligeiramente concentrado no centro de Águas de Moura (134 habitantes), mas dada a sua grande dimensão tem uma ocupação muito dispersa e desigual no restante território. A Norte, o denso quadriculado dos foros e arrendamentos estabelecidos pela Herdade de Rio Frio, que, nesta altura, constituem lugares

---

<sup>44</sup> Ver Anexo II, Quadro 5 – Palmela: Número de Fogos por Lugar, 1911, 1940, 1960.



como: Agualva (43 habitantes), Asseiceira (81 habitantes); Fonte Barreira (145 habitantes), Forninho (52 habitantes), Lago do Calvo (97 habitantes) e Poceirão (27 habitantes). Os restantes lugares são ocupados por menos de uma dezena de pessoas. A Sul, impera o “habitat bastante desértico”, onde a Herdade do Zambujal (40 habitantes), se encontra isolada numa envolvente de montado de sobro e pinhal.

Sobre as casa edifício, ainda que não seja um assunto aqui desenvolvido, tratando-se da leitura da paisagem, não resisto a citar as palavras Orlando Ribeiro (1989:754,755):

*“entre os “estabelecimentos humanos” mais ou menos fielmente representados nas cartas e a população, sua densidade e modo como se distribui, existe uma relação que a estatística demográfica não exprime (...) A relação entre a casa e o homem, nem sempre é perfeita. Queremos referir-nos aos “ranchos” que introduzem na paisagem, em determinados períodos do ano, em especial nas zonas de aspecto quase desértico, uma vigorosa alteração por si só capaz de modificar o aspecto geográfico. Isto sucede nas mondas e nas ceifas do trigo e nos trabalhos das lavras do arroz (...).”*

A imprensa confirma essa realidade em Poceirão, na Freguesia de Águas de Moura:

*“Há muita gente na terra de Poceirão. Estendem-se essas almas, todas por lá como podem, ou bem ou mal, em casebres muitos deles imundos, habitados pelos chefes de família e todo um cortejo de filharada que nasce e cresce e se desenvolve sabe-se lá como! São os rurais que trabalham nos campos, mormente nas vinhas que pululam na região em quantidade apreciável.” (A Voz de Palmela, 24.10.1958).*

Problema que em 1945, Venâncio da Costa Lima, Presidente da Câmara, diz ser necessário resolver, num contexto de melhoria do problema da falta de habitação existente em todo o concelho, dando prioridade a Águas de Moura *“para acabar de vez com as vergonhosas cabanas ali existentes.” (Memória Explicativa da Administração da Câmara Municipal de Palmela, 1945:11).*

### **2.3.3 - ACESSOS**

As condições de acesso para partir ou chegar a determinado lugar determinam tanto as formas de habitação, como as da exploração de um território. A transformação operada pela chegada do comboio em 1861, testemunha esta realidade.

Em 1951, conforme pode ser observado no mapa 5<sup>45</sup>, Palmela apenas dispõe de estradas que ligam o centro da vila aos lugares de Azeitão, Pinhal Novo e Setúbal. O restante território, sobretudo o localizado a Norte e a Este como Pinhal Novo, Poceirão e Marateca, excepção feita para a estrada que liga a Águas de Moura, mostra uma ausência completa de estradas.

Durante o Estado Novo, temos notícias do melhoramento de algumas vias, nomeadamente na vila de Palmela, onde é construída a alameda António Oliveira Salazar (em frente ao Chafariz D. Maria I), a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Largo de S. Sebastião, mas não bastam. As promessas das principais obras “a criar”, enunciadas em 1951 pelo *“Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela”*, fazem eco das opiniões publicadas na imprensa local e regional, que apontam as seguintes prioridades: uma estrada que una Pinhal Novo, Águas de Moura e Poceirão; outra que ligue Poceirão a Foros do Trapo; e Rio Frio à estação ferroviária. Do lado Sul era necessária uma via que unisse a Penalva, pelo Barreiro, a Quinta do Anjo, para encurtar a distância com Lisboa.

Mas, excluindo o hipotético “a construir”, o concelho dispõe de deficientes condições de acesso, sendo percorrido sobretudo por estradas degradadas ou caminhos de *“pé-posto”*, cujos percursos, não unem, pelo menos, os núcleos urbanos mais concentrados. Sobretudo nas freguesias de Pinhal Novo e S. Pedro de Marateca, qualquer destino é difícil, longo, senão mesmo inacessível. Realidade que constrange, isola e que, em 1945, Venâncio da Costa Lima, Presidente da Câmara, reconhece ser um dos principais problemas da região. Afirma mesmo ser prioritária, pelo menos, a *“reconstrução das estradas municipais que se encontram em mau estado, com grave prejuízo da vida económica do concelho.”* (*Memória Explicativa da Administração da Câmara Municipal de Palmela*, 1945:11).

Para apoiar a circulação e os transportes regionais, o concelho dispõe, desde 1926, da empresa “Autocars Palmelense” que *“além de carros de turismo possui diversos carros de carga”*, mas, *“se não tem estendido mais a sua rede é devido ao mau estado das estradas.”* No entanto, *“traz para os nossos produtores longe dos grandes centros comerciais e industriais a facilidade rápida da colocação dos seus produtos.”* (*Portugal Exportador*, n.º 5, 1931:55).<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Ver Anexo I, Mapa 5 – Palmela – Rede de Estradas Construídas ou a Construir, 1951.

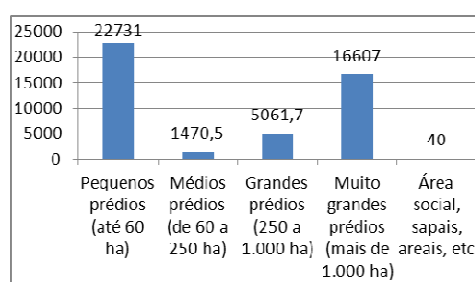
<sup>46</sup> A estação terminal, situava-se na *“Cervejaria Central”*, do mesmo proprietário e estava localizada em Palmela na Rua Hermenegildo Capelo. Com transportes de Palmela para Setúbal, Setúbal para Lisboa, Cacilhas e estação de caminho de ferro. O seu proprietário, Humberto Cardoso é um importante vitivinicultor. Em 1931 a empresa dispõe de 11 autocarros. Em 1928 é criada em Setúbal a “Transportadora Setubalense”.

## 2.5 - DISTRIBUIÇÃO DA TERRA: AS NORMAS E AS FORMAS

### 2.5.1 - FORMAS: PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRÉDIOS<sup>47</sup>

O problema da assimetria da estrutura fundiária foi uma das questões mais debatidas durante o Estado Novo. Diferentes políticas propunham-se a reequilibrar através de um plano de parcelamento dos latifúndios e emparcelamento dos minifúndios uma terra ainda partilhada de forma desigual. Ao longo dos anos, diferentes e abundantes planos de “colonização interna” foram permanecendo no papel, e a verdadeira colonização, a “*espontânea*”, foi sendo realizada, como atrás já desenvolvemos, através do arrendamento de terras, processo através do qual a Península de Setúbal, desde o século XIX, vai alterando definitivamente a sua fisionomia. E, contrariamente ao Alentejo, onde os latifúndios permanecem maioritariamente inalterados, a terra é parcelada.

GRÁFICO 3: CONCELHO DE PALMELA - DISTRIBUIÇÃO PREDIAL - 1948 <sup>48</sup>



Em Palmela, o solo que se foi partindo e repartindo, como pode ser observado no Gráfico 3, bem como no Mapa 6<sup>49</sup>, apresenta, em 1948, o predomínio de pequenos prédios. Neste período, dos 459 km<sup>2</sup> do território concelhio, 22.731 ha são exploradas em courelas até 60 ha de terra (50%). Sendo ainda muito expressiva a área integrada em “Grandes” e “Muito Grandes Prédios”, presente em 21.668 ha (47%), o número de pequenos proprietários expressa o movimento do arroteamento de terras desenvolvido através da generalização da enfiteuse, ou do arrendamento de terras, como atrás já aludimos.

A situação do concelho não contrasta com a realidade nacional, na qual o grosso da agricultura familiar do Centro e Norte do País, envolvendo a larga maioria da população

<sup>47</sup> De Lima Bastos (1934:37,38), as seguintes definições: Grande Propriedade, a que assegura ao possuidor (e à família) os meios necessários para ocupar uma posição superior na sociedade, sem se fazer empresário; Propriedade Média, a que só assegura vida desafogada ao possuidor se, ao mesmo tempo, for empresário agrícola ou de outra natureza, sem no entanto ter de recorrer ao fundo comum de salários; Pequena Propriedade: aquela cujo rendimento só em fraca parte contribui para a satisfação das necessidades do possuidor cujos salários representam uma séria contribuição.

<sup>48</sup> Ver Anexo II, Quadro 2.

<sup>49</sup> Ver Anexo I, Mapa 6 – Palmela: Divisão Predial, 1948.

camponesa, sobrevivia com a maior dificuldade no quadro de uma estrutura fundiária dominada pela pequena e pequeníssima exploração.

Ainda assim, a expressão de “Médios”, “Grandes” e “Muito Grandes Prédios” expressa a História agrária deste lugar, visto ser na Península de Setúbal que se encontram localizados os maiores prédios do país desde há séculos.<sup>50</sup>

Nestes, e apoiados no mapa 6<sup>51</sup>, a seguinte expressão e localização:

- Médios Prédios, 1.470 ha (3%), assinalados a branco.
- Grandes Prédios, 5.061 ha (11%), assinalados a amarelo.
- Muito Grandes Prédios, 16.607 ha (36%), assinalados a castanho.

Os quatro maiores prédios são então:

- Herdade de Rio Frio (2), da família Lupi Santos Jorge, estende-se pelos concelhos de Alcochete, Palmela e Montijo. Em 1956 tem 16.431,4 ha.<sup>52</sup>
- Herdade do Zambujal (3), em S. Pedro de Marateca, propriedade dos irmãos Vinhas, com 3.276,50 ha.
- Herdade de Algeruz (4), pertencente a Gregório Gonzalez Briz. Localizada nas Freguesias de S. Pedro de Palmela e S. Sebastião (Setúbal), na década de 50 apresenta cerca de 4.000 ha.
- Quinta da Torre (1), pertencente à família do Visconde de Tojal e depois de 1953 à empresa Plantações do Sul, SARL. Estende-se pelas freguesias de Quinta do Anjo (Palmela), S. Simão (Setúbal) e Penalva (Seixal). Em 1953 tem 1.900 ha.

---

<sup>50</sup> Segundo Martins, 2007: “Herdade da Comporta e anexas”, abrangendo as freguesias de Grândola Alcácer do Sal, com 15.035,5 ha; “Herdade do Peru”, no concelho de Sesimbra e Setúbal, com 727 ha; “Herdade de Palma”, no concelho de Alcácer do Sal, com cerca de 17.000 ha, “Herdade do Pinheiro”, concelho de Alcácer do Sal com 5.266 ha, e ainda em Alcácer do Sal “Herdades de Vale de Matança, Bicada e Arcebispada”, com 1.187,7 ha; “Herdade da Barrosinha e Macieira”, com 1.917,2 ha, “Herdade Vale da Aroeira”, com 563,9 ha; “Herdade de Vale de Reis”, da Família Sousa Uva, no concelho de Alcácer do Sal, com 3.001,5 ha; “Herdade de Porches”, dos herdeiros de Filipe de Vilhena, com 2.530,5 ha.

<sup>51</sup> Ver Anexo I, Mapa 6, – Palmela: Divisão Predial – 1948.

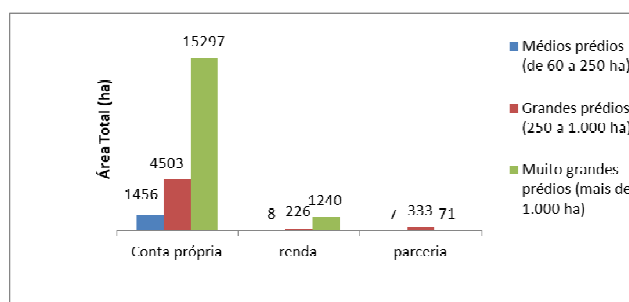
<sup>52</sup> Nas mãos da mesma família a Herdade os Machados, no concelho de Moura, com 6.102 ha, no distrito de Beja (Martins, 1973:482).

## 2.5.2 - NORMAS: PROPRIEDADE, RENDA E PARCERIA

### 2.5.2.1 - MÉDIOS E MUITO GRANDES PRÉDIOS

Segundo nos informam as fontes e pode ser observado no gráfico 4, bem como no mapa 7<sup>53</sup>, tanto nos prédios médios, como nos grandes ou muito grandes, a gestão é feita sobretudo por conta própria, pouco através de arrendamento e raras vezes recorrendo a parceria.

**GRÁFICO 4: CONCELHO DE PALMELA - FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS PRÉDIOS - 1948<sup>54</sup>**



A gestão por “Conta Própria”, aquela em que o proprietário e o empresário coincidem, está presente em 21.254 ha (91%) do território dos “Grandes” e “Muito Grandes Prédios”. Encontramo-la, como pode ser observado no mapa 7<sup>55</sup>, nas manchas cinzentas localizadas na freguesia de Pinhal Novo, indicando a Herdade de Rio Frio, bem como na Freguesia de S. Pedro de Marateca, assinalando a Herdade de Zambujal.

Na freguesia de Quinta do Anjo, a presença da Quinta da Torre, gerida por “conta própria”, mas igualmente através do recurso ao “arrendamento” que nos “Médios”, “Grandes” e “Muito Grandes Prédios” ocupa apenas 1.474 ha (6%). Olhando o mapa 7<sup>56</sup> percebemos a mancha rosa que identifica a presença de arrendamentos nas seguintes herdades:

- Herdade de Algeruz, na freguesia de S. Sebastião em Setúbal. Acreditamos tratar-se dos 596 ha que, segundo Maria Leonor Campos (2005), são arrendados na década de 30 a 80 colonos.
- Quinta da Torre, a presença de uma significativa área, ainda arrendada. São 284 ha arrendados, nos finais do século XIX, a cerca de 300 colonos, distribuídos por três

<sup>53</sup> Ver Anexo I, Mapa 7 – Palmela: Divisão Predial e Formas de Exploração - 1948.

<sup>54</sup> Ver Anexo II, Quadro 3.

<sup>55</sup> Ver Anexo I, Mapa 7 – Palmela: Divisão Predial e Formas de Exploração – 1948..

<sup>56</sup> Ver: Anexo I, Mapa 7 – Divisão Predial e Formas de Exploração – 1948.

núcleos diferenciados<sup>57</sup>, localizados nos concelhos de Palmela e Seixal. No primeiro, ocupa parte dos núcleos populacionais de S. Gonçalo e Cabanas, na Freguesia de Quinta do Anjo (Martins, 1973:492). Nesta altura, os rendeiros ainda não haviam adquirido as terras, pesando sobre eles a ameaça concreta de expulsão, que mais adiante desenvolvemos.

A parceria tem uma representatividade local muito reduzida, ocupando cerca de 410 ha (1,8%). Segundo Lima Bastos (1934:108), acontece quando um proprietário (parceiro proprietário) estabelece com outra entidade (parceiro cultivador ou colono) um contrato de sociedade (parceria), constituindo-se os dois empresários e obrigando-se a fornecer, cada um, determinados meios de produção para no fim partilharem a colheita de acordo com certa fórmula (quota de parceria) previamente estabelecida. É utilizada sobretudo pelo seareiro, para cultivar quase exclusivamente milho, trigo, cevada, aveia, fava, centeio, “*dentro duma rotação geral da região onde se instalam e de acordo com o possível uso que pode dar-se à terra.*” (idem:114).<sup>58</sup> Nesta região trata-se de terras de arroz, geridas em parceria na Herdade do Zambujal, como pode ser observado no mapa 9<sup>59</sup>.

#### 2.5.2.2 - PEQUENOS PRÉDIOS

Lamentavelmente, as fontes não nos permitem conhecer as formas de exploração da pequena propriedade que, como também pode ser observado no mapa 6<sup>60</sup>, ocupa, como já vimos, a maior parte do território: 22.731 ha, ou seja 50%, da totalidade do solo. Sabemos contudo, e como já desenvolvemos, que a maior parte da pequena propriedade, resulta da iniciativa levada a termo nos fins do século XIX e inícios do XX, por grandes proprietários que aforaram e arrendaram parte dos seus latifúndios.

José Maria dos Santos, em Rio Frio, divide em courelas, a maioria com cerca de 6 a 12 ha, as seguintes herdades: Lagameças, Lau e Poceirão (570 ha); Lagoa do Calvo (300 ha);

---

<sup>57</sup> 1) Núcleo das Bouças, S. Gonçalo, etc, situa-se junto à estrada Nacional e nas proximidades da capela de S. Gonçalo e do aglomerado populacional de Cabanas;

2) Núcleo dos cabeços ruivos. Estende-se pela zona ocidental da Quinta, onde a ondulação do terreno se forma mais saliente.

3) Núcleo da Penalva. Localiza-se a norte e é o mais afastado, em relação à primitiva sede da exploração (Valente, 1957)

<sup>58</sup> Sobre a parceria Lima Bastos (1934:114), diz também que “o proprietário pode fornecer para as terras de sequeiro somente o adubo, recebendo  $\frac{1}{2}$  da colheita e pagando a sua quota de debulha (...). Quando a exploração é feita pelo seareiro, este fornece todo o trabalho, adubos, sementes, etc e o proprietário recebe no campo a sua percentagem, que poderá ser  $\frac{1}{4}$ ,  $\frac{1}{5}$ ,  $\frac{1}{6}$ , ou mesmo menos.”

<sup>59</sup> Ver Anexo I, Mapa 9 – Palmela: Manchas de Culturas, 1948.

<sup>60</sup> Ver Anexo I, Mapa 6 - Palmela: Divisão Predial – 1948.

Asseiceira (1.000 ha); Fonte Barreira (3.000 ha); Agualva de Cima e Pinheiro Ramudo (1.800 ha) e Forninho (250 ha).

Segundo António Alvim (1953:70) muitos desses foros na década de 30 já se encontram remidos e muitos rendeiros compram as terras que cultivam. Com a sucessão de pais para filhos algumas dessas propriedades base fragmentam-se em parcelas mais pequenas; outros fazendeiros, porém, estendem o seu domínio a mais do que um lote, mercê de compras ou novos arrendamentos.

Henrique Maldonado, estudante de Agronomia, referindo-se à ocupação da Herdade da Mesquita, propriedade da Casa Palmela, no concelho de Sesimbra, faz a seguinte descrição:

*“A notícia de que se “davam” terrenos por uns tantos anos – estava estabelecido que fossem 3 – passados os quais os seus detentores pagariam uma renda muito baixa, os pretendentes apresentavam-se na herdade e escolhiam as terras (...), para que as marcavam por meio de pequenos covatos abertos à enxada e na presença da pessoa encarregada de os vigiar (...). A determinação das áreas para o estabelecimento das rendas foi feita a “olho” por um prático. Os arrendamentos são verbais, quando, por alguma razão, o rendeiro pretende abandonar a sua gleba, geralmente arranja sempre um outro pretendente que lhe paga as benfeitorias que porventura lá tenha feito.” (1943:8)*

Segundo Maria Leonor Campos (2005) na Herdade de Algeruz os rendeiros adquirem 1.400 ha de lotes vendidos. Da restante área 313 ha são arrendados, enquanto 84 ha destinam-se à exploração directa. Acção que na década de 30, a imprensa local descreve desta forma:

*“ (...) muitos dos fazendeiros antes os rendeiro, de Algeruz, se encontram transformados em proprietários, e podemos acrescentar mais (...) os que ainda não são podem sê-lo mais e melhor: os termos em que os proprietários de Algeruz cedem os seus terrenos ao trabalho (...) são de tal modo liberais e visam tanto o propósito de querer o progresso dos seus humildes trabalhadores que, ao contrario do que é corrente (...) ali os contratos são celebrados por 19 anos, obrigando-se o cedente a prorroga-lo, por si e seus sucessores e, o que é mais importante, todas as benfeitorias que os colonos façam (...) Os arrendatários, só pedem os seus direitos por abandono (...). Independente dos contratos usuais, todos os colonos que desejem adquirir, por compra, as propriedades que exploram põem fazê-lo (...). Com tais condições de trabalho, a propriedade pode dividir-se lentamente e o “status quo” económico dos povos não se alterará para peor: - pena só temos que muitos existam ainda agarrados a velhos pergaminhos que lhe atribuem a posse*

*absoluta do que, em rigor, não são mais do que meros usurpadores.(O Setubalense, 12.05.1937:3)*

Segundo informa o Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, na década de 50 ainda se pratica bastante o arrendamento, acção onde ainda predominam os contratos verbais sobre os escritos, renovando-se com relativa frequência com ou sem ajustamento de rendas. Situação que justificam com a *“falta de terra no mercado nas mesmas condições contratuais ou para renda”*. Segundo este mesmo estudo, neste período, as rendas têm um movimento ascendente, assistindo-se a um aumento de 100% e mais, chegando aos 200% nos terrenos com aptidões para o cultivo do arroz.

Tal situação atesta a escassez de solo disponível, a ausência de alternativas profissionais para além do trabalho agrícola e a ameaça de expulsão que pesaria sobre todos os que exploravam terras sem sustento legal.

Como informam os estudos desenvolvidos pela Junta de Colonização Interna, ainda na década de 40:

*“contratos de arrendamento, firmados verbalmente pelo prazo de 300 anos, como os da Craveira do Norte e do Sul (...). Alguns contratos desta natureza deram origem à compra da courela pelo rendeiro e outros, porque nunca se realizaram as escrituras, estão rescindidos ou em vias de rescisão, por falecimento do proprietário que os firmou. O mesmo se está passando com as rendas de cabanas (Visconde de Tojal), firmadas por 95 anos desde 1880 a 1915 que, por falta de escritura, estão transformadas em rendas anuais. Estas rendas, garantindo o usufruto, mas não a posse, impõem a insegurança e sempre a ameaça da expulsão.”(Plano Geral de Colonização do Perímetro 1, 1948:123) .*

Na Herdade de Algeruz, como lembra João Silva, antigo trabalhador, nesta herdade:

*“Quem tinha dinheiro para pagar comprava a posse e a herdade de Algeruz punha aquilo em nome deles e fazia a escritura. Quem não tinha ficava a pagar uma renda, x anos. Eles morriam e os herdeiros perdiam o direito. E os herdeiros iam apanhando as fazendas.” (Campos, 2005).*

Nas economias camponesas, a posse da terra é um dos motivos centrais de conflitualidade, constituindo-se apenas como uma parte do património familiar. Ligado a ele encontra-se, nas palavras de Pedro Hespanha (1994:63) *“outros valores materiais e imateriais: casa, gados, parentes, aliados preferenciais, amigos e inimigos, protectores e protegidos, qualidades pessoais, reputação.”* O arrendamento fragiliza toda esta cadeia.



Os responsáveis pelo Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela (1951:146), no capítulo “*Problemas do Concelho*”, sugerem que “*convirá facilitar a posse directa da terra que eles ou os seus pais desbravaram, o que poderia conseguir-se pela intervenção dos poderes públicos para tornar mais justa a liquidação, a qual poderia ser feita por anuidades pré-estabelecidas, com garantia do Estado e de acordo com as partes contratantes.*”

Em 1952, os novos proprietários da Quinta da Torre (Plantações do Sul, SARL), na freguesia de Quinta do Anjo, face à ausência de quaisquer contratos escritos, desenvolvem acções no sentido de expulsar os rendeiros ou aumentar as rendas, tendo em conta as benfeitorias criadas pelos próprios rendeiros.

A fragilidade do arrendamento materializa-se e todos os receios sentidos por diferentes gerações ganham razão de ser. Segundo os técnicos da Junta de Colonização Interna, vive-se um “*ambiente de desânimo, de apreensão pelo futuro, mesclado com uma certa revolta, de expectativa e, também de esperança na boa solução que o Governo – considerado a ultima tábua de salvação – possa dar ao caso.*” (Inquérito aos Colonos da Quinta da Torre, 1953:12). Gente, sobre quem António Fortuna escreve:

*“centenas de camponeses rudes mas de proceder honesto, e que por isso mesmo não podem compreender a injustiça de que são vitimas indefesas, à mercê da ganância de quem não sabe, ou não quer ver no fruto do trabalho dos pais uma herança dos filhos. E pergunto? Com que sentir, com que convicção moral se acha a Administração da Quinta da Torre ao que os outros fizeram, locupletando-se com as benfeitorias, num incessante labor de três gerações tem introduzido e conservado?”* (O Districto de Setúbal, 18.03.1953:8).

Um ano depois, o governo promulga pelo decreto-lei n.º39917<sup>61</sup> de 23 de Novembro, a título de utilidade pública, a expropriação da parte colonizada da Quinta da Torre para ser entregue aos que a cultivavam. Os proprietários recebem o seu real valor, considerando como tal o preço do terreno inculto. Por sua vez, os rendeiros pagam a longo prazo, pelo sistema de prestações anuais, à Junta de Colonização Interna, entidade oficial que servirá de agente de transferência da posse do solo dos Plantações do Sul, para os actuais donos.

---

<sup>61</sup> Decreto – Lei n.º 39 917, Ministério da Economia, Gabinete do Ministro, 20 de Novembro, 1954, Diário do Governo, I Série, n.º 260, de 20 de Novembro de 1954, pp., 1375. Aqui é dito: Art 1 ° *É declarada de utilidade pública urgente a expropriação, pela Junta de Colonização Interna, das propriedades denominadas “Quinta da Torre”, freguesia de Quinta do Anjo, concelho de Palmela, e “Foros de Fernão Ferro”, freguesia de Arrentela, concelho o Seixal”;* 1.º *“A expropriação prevista no presente artigo é limitada às parcelas das referidas propriedades que à data deste diploma estejam a ser exploradas sob espécie contratual diversa da enfiteuse.”*

Mas tal Decreto-Lei, abre caminho para se proceder à muita falada partilha da terra? Não, nas palavras de Afonso Queiró (1960:7), jurista, este documento apresenta “*normas singulares (...) na medida em que se referem individualmente aos proprietários a “Quinta da Torre” e aos proprietários dos “Foros de Fernão Ferro”*”.<sup>62</sup>

Porquê a Quinta da Torre ser considerada “urgente”?

A fundamentação do próprio Decreto-Lei explica:

- Na Região Pliocénico, situada na margem esquerda do Tejo, existem frequentes núcleos de pequenas explorações agrícolas, ocupadas por milhares de famílias que a trabalham à diferentes gerações, submetendo terrenos arenosos em regime de cultura intensiva. Muitas, encontram-se já na 3.<sup>a</sup> geração.
- Esta ocupação aconteceu mediante a celebração de contratos e definição de rendas em prazos muito longos, havendo casos em que o acordo terá sido verbal entre proprietários e cultivadores, não tendo chegado a celebra-se as escrituras públicas. Comportando-se os rendeiros como se estivessem ao abrigo de um regime estável.
- Em situação de despejo, ou aumento de rendas, devido às benfeitorias realizadas pelos próprios rendeiros, estes encontram-se absolutamente desprotegidos em face da vigente legislação sobre arrendamento, “*inadequada para regular fenómenos de colonização.*”

Como esclarece o próprio Decreto – Lei: “*Os rendeiros não podem provar que as benfeitorias tenham sido autorizadas por escrito e, também, por outro lado, como muitos dos contratos foram celebrados por períodos superiores a vinte anos e todos duram já há mais tempo, não lhes é conhecido o direito a qualquer indemnização. É de frisar que as benfeitorias atingem valores muito superiores ao capita terra.*”

Enfim, feita à margem do Estado, apresentam, porém, um “*valor económico*” traduzido na “*mobilização de recursos até então inactivos e um interesse social, representado pela estabilidade de vida de apreciável número de famílias rurais.*”

Segundo Fernando Oliveira Baptista (1993:31), este acontecimento, face à inconsequência das velhas e longas discussões sobre a necessidade de se proceder a uma mais eficiente distribuição da terra e ao defraudar dos objectivos subjacentes à criação da Junta de

---

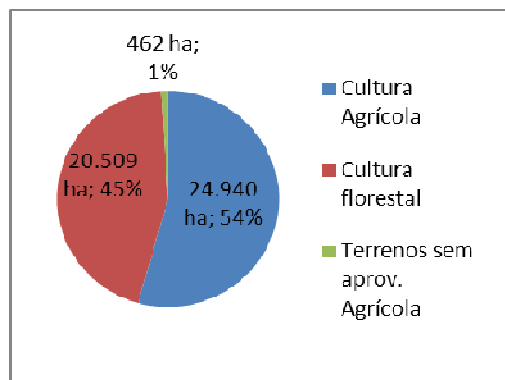
<sup>62</sup> Sobre este tema ver também: Valente, 1957 e Ferreira, (s.d).

Colonização Interna, *“terá sido uma das poucas, senão a única vez, que durante o fascismo, se recorreu à expropriação da grande propriedade para tal final.”*

## CAPÍTULO 3 - A HEGEMONIA DO VINHO

Em 1949 Orlando Ribeiro (1998b:17) nota, relativamente ao território concelhio, que “*as terras em cultivos deixaram de constituir pequenas manchas espalhadas no meio do matagal. Além dos campos, das vinhas, dos olivais e das hortas, todo o resto do território foi posto a produzir e as últimas manchas baldias não passam hoje de raras ilhotas*”. Palmela, em processo de crescimento desde meados do século XIX, colhe agora os frutos de políticas nacionais de investimento na exploração da terra e do trabalho e persistência das gentes que habitaram e cultivaram o solo. Ribeiro (1996:98) descreve também, de forma elucidativa, o contraste da paisagem que, na década de 30, se avista do Castelo “*para sul, hortas, laranjais e quintas dos arredores de Setúbal indicam a ocupação agrária antiga e intensa que, graças à rega, (...); para o norte, os contornos geométricos das vinhas, olivais, campos de trigo a até pinhais e eucaliptais, salpicados de casas disseminadas, constituem uma paisagem de colonização, que transformou as charnecas, à força de estrume e de trabalho.*”

GRÁFICO 5: APROVEITAMENTO TOTAL DO SOLO, 1948<sup>63</sup>



Mediante a observação das percentagens do uso do solo ocupado pelas diferentes culturas, mostrado no gráfico 5, é evidente a escassez de terra sem aproveitamento. Estando a maioria destinada a fins agrícolas, a floresta não deixa, porém, de revelar extraordinária importância.

### 3.1 - FLORESTA

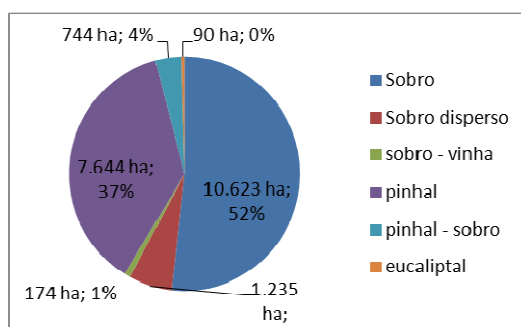
A floresta, essencial à vida económica local, como atrás já observámos, é fomentada e protegida desde meados do século XIX. Em Palmela, neste período, ocupa 20.509 ha (45%)

<sup>63</sup> Ver Anexo II, Quadros 6, 7, 8.

do solo, percentagem a não ignorar tendo em conta o impacto que provoca tanto na economia como na sociedade.

Seja o sobro, o pinhal, ou o eucaliptal, aqui têm importância económica a cortiça, a madeira, a lenha e a rama. Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela* (1951:121-124), a silvicultura “tem uma grande importância para o concelho”, pelo “elevado rendimento”, “número de indivíduos que emprega” sobretudo nos pinhais, e pelas “diversas indústrias concelhias que aproveitam os produtos florestais”, como as carpintarias e os fornos, consumidores importante da rama dos pinheiros.

**GRÁFICO 6: CULTURA FLORESTAL, 1948** <sup>64</sup>



Como nos mostra o Gráfico 6, o montado de sobro é predominante, estando presente em cerca de 12.776 ha apresentando-se denso, 10.623 ha (52%), poucas vezes disperso, 1.235 ha (6%) ou com pinhal, 744 ha (4%) e raramente aliado à vinha, 174 ha (1%).

O restante território é ocupada com pinhal, 7.644 ha (37%), e eucaliptal em escassíssima expressão, 90 ha (0%).

O Montado, graças às raízes profundas capazes de penetrar até ao subsolo, onde permanece a humidade, cresce sem dificuldades nos extensos terrenos de areias.

Como pode ser observado no mapa 9<sup>65</sup>, as principais áreas arborizadas, localizam-se sobretudo nas Freguesias de Pinhal Novo, Quinta o Anjo e S. Pedro de Marateca. Não esqueçamos, como atrás já foi referido, a entrada em “Regime Florestal” da Quinta da Torre em 1909, da Herdade do Zambujal em 1938 e da Herdade de Rio Frio em 1956.

O montado de sobro encontra-se, predominantemente, na Herdade do Zambujal, na Freguesia de S. Pedro de Marateca, estando os mais importantes povoamentos desta espécie em Rio Frio e no “Chaparral do Chitas”, em Palmela (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de*

<sup>64</sup> Ver Anexo II, Quadro 7.

<sup>65</sup> Anexo I, Mapa 9 – Palmela: Mancha e Culturas, 1948.

*Palmela*, 1951:122).<sup>66</sup> O Montado é uma cultura lucrativa, não só pela valorização da cortiça<sup>67</sup>, como atrás já notámos, mas porque exige rara mão-de-obra, o que explica a sua expansão ao longo destas décadas, sobretudo nos “Muito Grandes Prédios”, como na Herdade do Zambujal ou na “Herdade de Rio Frio”, lugar onde ocupa o espaço da chamada “maior vinha do mundo”. Sobre este facto fala Samuel Lupi (1961:4), no seu relatório de final do curso de engenheiro silvicultor:

*“O montado alinhado existente na Herdade de Rio Frio ocupa actualmente 3.000 ha e o montado disperso ocupa 4.535 ha. Um e outro devem-se à iniciativa de José Maria dos Santos (...) sendo os que há cerca de 50 anos olharam para os sobreiros como uma riqueza do país (...). José Maria dos Santos realizou grandes plantações da vinha que chegou a constituir a maior vinha do mundo (...). Quando a vinha começou a decair realizou a plantação de sobreiros cultivados em caixas de madeira e dispostos em linhas espaçadas de 10 m e a 8,75 de distancia, podados de modo que não chegassem a fazer concorrência nos últimos anos de vida da vinha, mas aptos a desenvolverem-se rapidamente, visto terem beneficiado duma parte das estrumações e mobilizações feitas às cepas.”*

Joaquim Azenhas (1950:59,60), diz mesmo que na Herdade de Rio Frio, nestas décadas, a “vinha (...) constitui uma cultura secundária, foi desaparecendo, até que hoje, em quase toda a área, existe apenas montado.”

A instalação de um montado, nomeadamente, alinhado evidência uma nova estratégia desta empresa agrícola, apostada, por certo em perseguir dois objectivos:

- Reduzir custos com a mão-de-obra. O montado, apesar de exigir mão especializada e por isso melhor paga, é descortiçado apenas de 9 em 9 anos, realidade bastante distinta dos vinhedos, cujos diferentes cuidados obrigam a dispor de trabalhadores abundantes assíduos. O facto de ser alinhado, permitiria, inclusivamente, a introdução da mecanização na limpeza e na fertilização do solo, destinando-o a outros cultivos ou simplesmente a pasto para a engorda de animais.
- Aumentar os lucros. A cortiça é, neste período, um dos principais e mais lucrativos produtos de exportação.

---

<sup>66</sup> Localizado na Zona de Palmela Gare. Segundo esta mesma fonte, os principais exportadores de cortiça são: Afonso Ramos Reynau, Gregório Briz Garcia (Algeruz) e Samuel Lupi de Santos Jorge (Rio Frio).

<sup>67</sup> Na margem Sul do Tejo existe, desde a segunda metade do séc. XIX, um significativo número de manufacturas industriais de cortiça, sobretudo no Barreiro, em Almada e no Seixal.

Os pinhais mais importantes são o Pinhal do Marquês (Cabanas), Pinhal da Lagoa da Palha, Pinhal de Valdera, Pinhal das Espanholas, Pinhal de Biscaia, entre outros. No Pinhal do Marquês, pertencente à Quinta da Torre, em Cabanas, teria cerca de 1.500 ha, onde também existem sobreiros.

Em Rio Frio, segundo Samuel Lupi (1961:17):

*“Ocupam uma área de 2.402,56 ha e são formados por três núcleos dos quais o principal é o do Pinhal de Valdera (32 anos) Pinhal Escatelar e Pinhal da Lagoa da Palha – rama vendida e em parte consumida pela fábrica de cerâmica da herdade. O povoamento de pinhal bravo (14,9 ha), encontram-se manchas dispersas de pinheiros mansos, que te como única finalidade o embelezamento paisagístico e o fornecimento de sobras para o gado (...). Nas manchas de pinhal são apascentados cerca de 300 cabeças de gado vacum, que ali se mantém de verão e de inverno (...).”*

Os eucaliptais encontram-se, sobretudo, em Poceirão e no Monte do Pinhão, além de outros pequenos núcleos espalhado pelo concelho. Samuel Lupi (*idem*:23) diz que em Rio Frio existem 50 ha de povoamentos antigos mas “em 1955, em consequência de um renovado interesse por esta espécie, fez-se, com a colaboração dos serviços florestais, uma plantação de 60 ha (...). Em 1957 por ser a madeira que mais procura tinha empreendeu-se em 1957 um projecto de plantação de 600 ha”.

Tal realidade não é, por certo, estranha ao investimento na indústria de celulose que, a partir da década de 50, é realizada em Portugal, nem tão pouco às fábricas que se instalam na cidade de Setúbal em 1964 e 1965.<sup>68</sup>

### 3.2 - AGRICULTURA

Relativamente à cultura agrícola, vejamos agora, apoiados na observação dos mapas 8 e 9<sup>69</sup>, a forma com o solo é explorado, dependente, como já vimos, tanto dos desígnios da natureza, como das gentes que o habitam.

Embora, “a vinha pese muito na economia da região” constituindo “a base da economia das pequenas explorações” (Alvim, 1953:25), segundo o Inquérito Agrícola e Florestal, ao Concelho de Palmela (1951), este território pode ser dividido em 3 zonas agrárias distintas:

---

<sup>68</sup> Em 1953, inicia actividade a *Companhia Portuguesa de Celulose*, em Cacia; em 1964 arranca a *Socel – Sociedade Industrial de Celulose SARL* e em 1965 constitui-se a *Inapa, Industria Nacional de Papéis S.A.*, ambas em Setúbal. Ver Alves, 2001.

<sup>69</sup> Ver Anexo I, Mapas 8 - Palmela, Zonas Agrárias, 1951 e Mapa 9 – Palmela, Mancha de Culturas, 1948,.

A - Zona designada de Montes de Palmela ou zona agrária das terras acidentadas (A), que corresponde, por sua vez, a outras três zonas:

I - Vila de Palmela e encosta norte das serras de Palmela, Louro e S. Francisco. Aqui predomina a cultura da vinha aliada a árvores de fruto que raramente constituem pomares. Em mosaicos aparecem algumas parcelas de cultura agrícola de sequeiro, excepcionalmente em regadio. Por toda a área há oliveiras dispersas ou constituindo plantações regulares.

II - Vale dos Barris e Alcube – Predomina a cultura arvense de sequeiro, porque as vinhas formam um mosaico no meio daquela, designadamente no limite com o concelho de Setúbal. Por toda a área desta subzona se encontra a oliveira dispersa.

III – Montes de S. Luís e Gaiteiros – Predominam os incultos e onde existem menos acidentadas, notam-se culturas agrícolas de sequeiro e pomares embora raros.

B – Zona das Baixas de Palmela – zona agrária com características definidas, limitada a Norte pelo morro de Palmela, que a protege daqueles ventos, a Sul pelo concelho de Setúbal, a Nascente, aproximadamente, pela estrada nacional n.º 82 e a Poente, pelo sopé dos montes de S. Luís e de Gaiteiros. É nesta zona que se encontra a maior extensão de laranjas.

C – Zona plana, das areias ou charneca:

I – Subzona do Pinhal Bravo – localiza-se na parte mais ocidental do concelho. Nas pequenas e pouco numerosas vinhas encontram-se consociadas a macieira, a figueira, o damasqueiro e a oliveira.

II – Subzona dos Olhos d'Água – Pinhal Novo. Caracteriza-se por um mosaico em que predominam a vinha, a batata, as fruteiras, o pinhal, as culturas hortícolas, culturas arvenses de sequeiro, oliveiras dispersa ou constituindo raros olivais ordenados.

III – Situa-se a NW do concelho. Compreende a mais extensa mancha florestal e a de cultura agrícola de sequeiro existente em todo o concelho, interrompida por escassas parcelas de vinha. Na mancha florestal predomina o montado de sobro, seguido, a grande distância pelo Pinhal bravo.<sup>70</sup>

IV – Subzona da vinha e dos foros - Nesta mancha predominam a cultura da vinha acompanhada de árvores de fruto dispersas, a cultura agrícola de sequeiro e a florestal, de

---

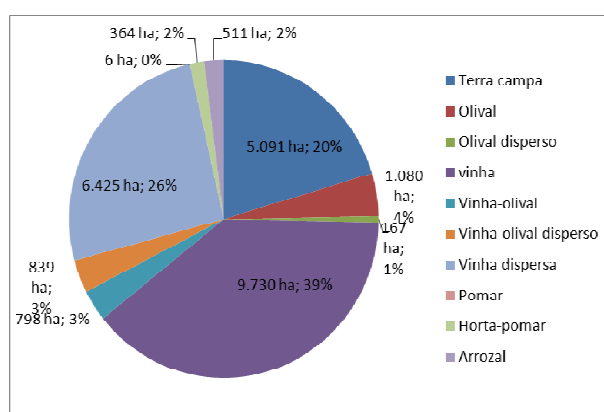
<sup>70</sup> Terá sido nesta sub-zona que existiu a maior mancha vitícola do país na posse de um único proprietário e que ocupava a área de 6.000 hectares. (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela*, 1951:16).



sobreiro e pinhal bravo. O pinhal bravo aparece, como regra, constituindo pequenas parcelas dispersas, formando reservas de madeira e lenha das explorações agrícolas. Disperso no meio desta extensa subzona encontram-se pequenas manchas de cultura agrícola regada, hortejos, olivais e pomares.

V – Subzona da Marateca – É cortada no sentido NE – SW pela ribeira de Marateca, cujas várzeas são exploradas na sua quase totalidade com a cultura orizícola, ocupando cerca de 360 hectares.

**GRÁFICO 7: CONCELHO DE PALMELA - APROVEITAMENTO DO SOLO – CULTURA AGRÍCOLA, 1948<sup>71</sup>**



Mediante a análise dos Mapas 10 e 11, bem como do gráfico 7, concluímos que são os vinhedos que ocupam a maior parte do solo: 17.792 ha, (71,2%) da totalidade da terra agrícola. Nesta, a vinha densa, 9.730 ha (39%); dispersa, 6.425 ha (26%); vinha com olival, 798 ha (3%); ou vinha com olival disperso, 839 ha (3%), sendo a uva a cultura predominante neste concelho. Quanto às restantes culturas, na terra camp, 5.090 ha (20%), pratica-se a cultura arvense, sobretudo o trigo, o milho, a cevada, a aveia e o centeio.

Os olivais densos ou dispersos, teriam pouca ou nula importância, 1.247 ha (5%).

Os pomares, 6,25 ha, exigindo abundância de água, associam-se às hortas, não tendo aqui a importância, nem a dimensão que apresentam no concelho de Setúbal. Nos pomares, laranjeiras e macieiras (de Cunha ou Riscada de Palmela) e damasqueiro, sendo os citrinos a cultura mais significativa “pela qualidade e valor dos frutos” (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela*, 1951:30).

As hortas encontram-se bastante disseminadas nos arredores de Setúbal, representando a grande importância económica nas pequenas e pequeníssimas explorações, 364 ha (2%). Reúne um conjunto de diversas culturas, exigindo muitos e prontos cuidados, bem como

<sup>71</sup> Ver Anexos II, Quadro 6.

abundância de fertilizantes e de água. Aqui, cultivava-se, sobretudo, fava, ervilha, feijão e grão-de-bico.

A cultura do arroz aumenta, ocupando 510 ha (2%), estando presente, sobretudo, nas extensas várzeas que acompanham a ribeira de Marateca. Tendo em conta o rendimento que oferece, bem como o trabalho que proporciona, constitui para a região a cultura mais importante a seguir à vinha.

O arroz é produzido em grande propriedade, sendo as diferentes modalidades de rotação cultural associadas, por seu turno, à pequena e média propriedade. Em muitas destas zonas, a monocultura do arroz prevalece e a exploração faz-se por conta própria, apesar de se tratar de uma região de grande propriedade.<sup>72</sup> Estão, por isso, presentes na Herdade de Rio Frio, com 1.036 ha, na Herdade do Zambujal, com 8.107 ha e na Herdade de Algeruz, com 47 ha.

Nos arrozais, e como já notámos, a ameaça da malária. Esta região, integrada na Zona Sezonática do Sado<sup>73</sup>, com escassa densidade populacional, segundo Cambournac (1942:84), é onde “*a influência do sezonismo faz-se sentir (...) de forma bastante acentuada.*” Diz mesmo ser em Palmela que os índices esplénicos são mais elevados, dada a ausência de animais, já que assim “*com um anofelismo tão intenso, os habitantes da região terão de ser picados numerosas vezes, do que resulta um intenso sezonismo.*”

Nos “Muito Grandes Prédios”, o solo apresenta a seguinte distribuição de culturas:

Em 1956, a Herdade de Rio Frio, estendendo-se pelos concelhos de Alcochete, Palmela e Montijo, com 16.431 ha. Nesta altura 9.835 ha seria montado de sobro; 2.241 ha de pinhal; 93,6 ha de eucaliptal, 28 ha de oliveiras, 883 ha de vinhas, 138 ha de pomares e hortas, 1.036 ha de arrozais, 1.618,8 ha de culturas arvenses, 19,3 ha de pastagens; 125 ha de área social e 243 ha de incultos (Martins, 1973).<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Os arrozais do Distrito de Setúbal estão incluídos na região do Vale do Sado e ocupam as margens do Rio Sado e Ribeiras suas afluente, as terras situadas entre o Rio e o Oceano e ainda as margens das Ribeiras de Canha e de Enguias, afluentes do Tejo. A região divide-se por sua vez em zonas ou sub-regiões, a saber: Foz do Sado, Médio Sado, Alto Sado, Marateca, Lagoa de Santo André, Sines, Rio Frio e Sesimbra. Estas zonas fazem parte dos seguintes concelhos: Setúbal, Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Alcochete e Montijo, num total aproximado de 4.200 hectares. Ver: A Importância económica da cultura do arroz no Distrito de Setúbal, 1949:131-144.

<sup>73</sup> Com uma superfície de 9.150 km<sup>2</sup> fica situada na Província do Alentejo, ocupando toda a sua porção situada ao sul da Zona Sezonática do Tejo e ao ocidente de uma linha que passa mais ou menos por Évora e Beja e que a separa da Zona do Guadiana. Compreende a bacia hidrográfica do rio Sado assim como as de todos os seus afluentes e ocupa os concelhos de: Setúbal, Palmela, parte S. de Montemor-o-novo, parte W. de Beja e de Aljustrel. (Cambournac, 1942:78).

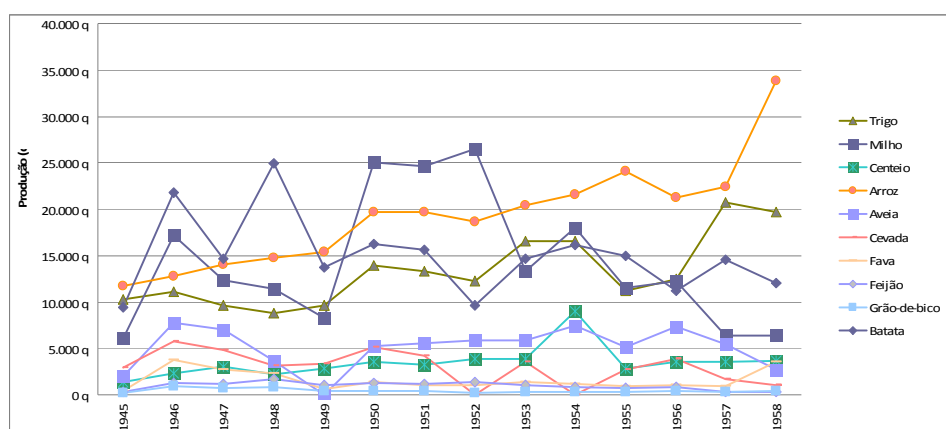
<sup>74</sup> Nas mãos da mesma família a Herdade os Machados, no concelho de Moura, com 6.102 ha, no distrito de Beja. (Martins, 1973:482).

Na década de 30, a Herdade do Zambujal, em S. Pedro de Marateca, propriedade dos irmãos Vinhas, com 3.276 ha; dos quais 1.829,9 ha de sobro; 257 ha de pinhal; 2 ha de eucaliptal; 8,6 ha de olival; 5,5 ha de vinha; 934,6 ha de cultura arvense; 81 ha de arrozais; 2,4 ha de hortas e 155,4 ha de paus e incultos (*ibidem.*)

Em Algeruz, segundo Maria Leonor Campos (2005), nas décadas 30 a 50, a exploração directa da herdade era feita da seguinte forma: 241, 98 ha de vinha, 211,20 ha de montado, 47,82 de arroz, matas e pinhais 44,24 ha.

Observando o Gráfico 8, conhecemos o movimento de produção das diferentes culturas.

**GRÁFICO 8: PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR ESPÉCIE NO CONCELHO DE PALMELA – 1945 – 1958<sup>75</sup>**



O arroz apresenta-se como cultura predominante, denunciada pela linha superior, ainda que ligeiramente ondulada, estável e tendencialmente ascendente.

Nas “culturas hortícolas”, em regadio ou sequeiro, a batata<sup>76</sup> tem grande importância, seguindo-se, em regadio, o repolho a couve e o tomate e no sequeiro, as plantações de melancia e feijão. Apesar da “linha dentada” das diferentes produções, sempre dependentes do clima e da rotação dos pousios, o milho e o trigo<sup>77</sup> seguem juntos como cultura significativas, delas dependendo o fabrico do pão, ainda a base alimentar das famílias.

<sup>75</sup> Ver Anexo II, Quadro 9.

<sup>76</sup> Segundo José de Campo Pereira no início do século XX a cultura da batata goza de suma importância, onde a área cultivada é em 1915 superior a 300 hectares, sendo 60 em Setúbal, 200 em Palmela e 40 em Azeitão. Em maiores ou menores parcelas, a batata é cultivada geralmente em hortas associadas aos pomares e, por vezes, em terras de vinha, o que torna difícil o apuramento do custo da produção. Entretanto, lavradores há, agora, que já semeiam a batata isoladamente e obtêm magníficos resultados para a exportação, sobretudo para Inglaterra. (1915:100).

<sup>77</sup> As variedades melhor adaptadas e difundidas seriam nos solos arenosos de mancha plana: Roma, Mocho de Espiga branca, Precoces de Itália e Quaderna. Solos de Mancha Calcária: Preto amarelo, Ribeiro, Tremês Ferrenho. (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951*: 35).

As menos importantes no contexto económico local, como a cevada, a aveia, o centeio, o feijão, a fava e o grão-de-bico, fazem a diferença na vida doméstica, ocupando as hortas e as escassas horas vagas de quem as possui e trabalha no esforço de garantir a alimentação das suas gentes e animais.

### 3.3 - VITICULTURA

Como tivemos oportunidade de mostrar, tendo em conta o recorte da terra, ocupada sobretudo com vinha, em 1951 existem em Palmela cerca de 2.620 viticultores, trabalhando, como atrás já fizemos referência, 17.792 ha de vinha, que, por sua vez, emprega cerca de uma dezena de milhar de braços.

A vinha há muito que se difunde no país, sobretudo a partir do século XIX. A videira, sendo generosa com a natureza, expandindo-se até onde o clima é mais inóspito ou a terra mais pobre, é exigente, porém, com as pessoas, impondo-lhe um ano cheio de muitos e rigorosos trabalhos. É, por isso, uma das principais fontes de salários.

Na década de 40 existem em Portugal 320 mil hectares de vinha repartidos por 337 mil produtores. Neste período “*A vinha ocupa mais de 320 mil hectares repartidos por 337 mil produtores (...). À vinha cabia o rendimento mais elevado de toda a produção agrícola do Continente.*” (Freire, 1996:111). O vinho e a cortiça são, neste período, os produtos mais exportados.

Chegados às décadas de 40 e 50, a economia vitivinícola apresenta os males de que já padece desde meados do século XIX: falta de organização na produção e no comércio, de onde deriva o excesso de produção de vinho (de má qualidade) e a dificuldade de escoamento.

Neste contexto, o Estado Novo organiza o sector vitivinícola, mantendo a legislação de João Franco e as regiões demarcadas, aliando a estas um organismo corporativo, as regiões vitivinícolas. A estas cabe a fiscalização da produção e do comércio, bem como a assistência técnica para a melhoria da qualidade.

A situação, ou a “questão vinhateira”, não é tranquila. De “*de crise em crise*” (Freire, 1997:11), trazidas frequentemente, ora pelo excesso de produção, ora pela dificuldade de escoamento, a vinha e o vinho seguem como culturas protegidas face à importância económica e social que detêm. Aliás, constituem a cultura que, historicamente, mais se viu favorecida pelas políticas oficiais. Mas, à semelhança de outros sectores, também aqui não houve qualquer plano, acção, força ou possibilidade de resolver os problemas estruturais: flutuação da produção, uniformização da qualidade e regulamentação do comércio. Os

remédios adoptados resumiram-se a acalmar temporariamente as diferentes “dores”, sem lhe resolver definitivamente os verdadeiros “males”. Senão vejamos:

Na década de 30, consequência da euforia das décadas anteriores e do consequente excesso de produção, o Estado legisla no seguinte sentido: arrancar vinhas, disciplinar a produção e o comércio e intensificar a exploração e o comércio interno. Poucas consequências trazem. Segundo Dulce Freire (1997), neste período, não só a superfície de vinha não diminui, como são produzidas grandes quantidades de mau vinho. Principais problemas: falta de organização ao nível da produção e do comércio devido à irregularidade da produção que origina especulação e concorrência.

Os principais actores deste negócio são os viticultores por um lado, e os vinicultores por outro. Podiam acumular as funções, mas quando não acontece, colocam-se em posições diametralmente opostas. O viticultor está ao lado do agricultor e da questão agrária e o vinicultor junto do comerciante solidário com os problemas do comércio. As discussões são antigas, longas e acesas.

Mas, apesar das distâncias, um factor promove a união. Nas palavras de Dulce Freire (1997:16), *“a grande produção e o grande comércio de todas regiões estavam unidas na luta contra os pequenos produtores e comerciantes. Nesta unidade, as rivalidades sectoriais não contavam, mas as de classe: a elite contra a plebe.”* Razões? Defendem que os pequenos produtores vendem a uva a preços miseráveis e inoportunos para uma exploração capitalista, roubando aos grandes margem para negociar e os comerciantes que comprava tudo desde que fosse barato, invadiam o mercado de mau vinho, afastando daqui os mercados exigentes. Para acabar com os pequenos produtores e comerciantes, pedem apoio ao estado para a construção de adegas cooperativas, promoção da qualidade, controlo do plantio, alargamento do consumo interno, aumento da exportação e maior capacidade de armazenamento.

Perante esta situação, em 1933 é criada a Federação dos Vitivinicultores do Centro e Sul do País, cujo objectivo é retirar do mercado os excessos de produção e organizá-los para anos de escassez e apoiar a produção no cumprimento da “Política da Qualidade”.

Palmela, encontra-se integrada na delimitada Região de Moscatel de Setúbal<sup>78</sup>, desde 1907, gerida pela União Vinícola desta mesma região desde 1934.

---

<sup>78</sup> Criada pela carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 foi oficialmente demarcada pelo decreto de 1 de Outubro do mesmo ano, mas *“não conseguiram os vitivinicultores ver publicado o regulamento da produção e comércio (cont.)*

Sabemos que a colonização deste território no século anterior foi feita à base da videira, mas como se encontra o agricultor neste momento? Como vive Palmela o pós-guerra e a características do tempo que aqui expusemos? Ouçamos o alerta que em 1952 pode ser lido na imprensa local:

*“Há terras e aglomerados populacionais para os quais o vinho é o seu problema próprio porque ele constitui a sua maior e principal riqueza e dele depende toda a sua independência e prosperidade. Palmela está nestas condições porque o vinho é a cultura principal e predominante de todo o concelho, porque os outros ramos, embora interessantes, são incomparavelmente inferiores e por isso não contam na economia local. O que seria de Palmela, pois, e como se viveria aqui se não fora os seus extensos vinhedos onde quase permanentemente todos empregam a sua actividade?” (A Voz de Palmela, 27.01.1955:1,2).*

### 3.3.1 - FORMAS DE EXPLORAÇÃO

Em Palmela, todo o movimento de colonização da terra teve como base habitar e cultivar o seu próprio chão, sobretudo com vinha. Segundo Jacinto Pereira (1953-54,sp),

*“todo o terreno que apresenta modestas condições para outras culturas é preparado para o cultivo da vinha, e muitas vezes com bastante sacrifício, se atendermos que requer práticas onerosas e que se mantém durante três a quatro anos sem que se tire o menor rendimento”.*

Os técnicos da Junta de Colonização Interna, referindo-se aos rendeiros da Quinta da Torre, observam:

*“a instalação de uma vinha, mesmo em terras de plioceno, é sempre um trabalho custoso (...), sobretudo pela quantidade de trabalho braçal exigida pela surriba preparatória. É simplesmente comovedor o grau de sacrifícios que muito dos primitivos colonos se impuseram para executar aqueles trabalhos, principalmente nos solos mais acidentados e pedregosos a sul da estrada nacional (não nos esqueçamos que a valorização foi feita por trabalhadores rurais sem outros recursos que não fossem os seus braços, muitas vezes trabalhando de dia por conta de quem lhes facultasse os magros meios de subsistência, e de noite, até alta madrugada, nas glebas) Só o sentimento “quase de posse efectiva” que*

---

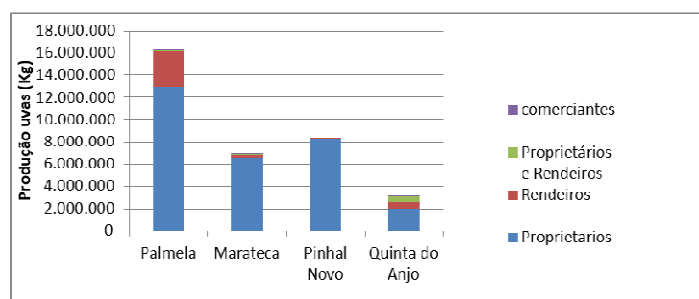
*senão ao fim de 26 anos. Em 1911 chegou a estar laborado um decreto pelo Ministério do Fomento e então, mas não chegou a ser publicado (...), em 17 de Novembro de 1933, com a publicação, pelo Ministério do Comércio, do decreto-lei n.º 23.230, vêem os viticultores definidas a região, castas, produção e comércio do vinho géneros moscatel de Setúbal. Em Abril de 1934 é publicado o decreto n.º 23.734 (...). Somente a partir desta data é que a união encetou os seus trabalhos.” ( Boletim dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica do Comércio e da Indústria n.º 3, 1937). .*

*possuíam justificava tantas canseiras.” (Inquérito aos Colonos da Quinta da Torre 1953:11).*

Esta vinha, que nas grandes herdades tem já escassa importância, ocupa lugar preponderante na pequena e na pequeníssima exploração.

Na Herdade de Rio Frio, como já fizemos notar, a vinha esta bastante reduzida, tendo dado lugar a um extenso montado. Algeruz, pelo contrário, vive neste período uma fase de investimento na vinha. Segundo Leonor Campos, no início da década de 40 o seu proprietário José Gonzalez Briz, reconstitui 62.500 pés de vinha e em 1945 mais 19.500. Em 1950, a vinha da herdade tem uma área de 241, 98 ha.

**GRÁFICO 9: CLASSIFICAÇÃO DOS VITICULTORES POR LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE EXPLORAÇÃO – 1952<sup>79</sup>**



A maior parte das uvas do concelho, como pode ser observado no gráfico 9, nasce do solo da freguesia de Palmela (47%) seguindo-se Pinhal Novo (24%), S. Pedro de Marateca (20%), onde o arroz e o montado predominam, e só depois Quinta do Anjo (9%) território, como atrás já referimos, onde a floresta prevalece.

Como já havíamos observado no capítulo II, a maior parte dos produtores é proprietária da sua terra (86%), facto que se expressa, mais uma vez, na propriedade das vinhas, denunciada no gráfico agora em análise. A expressão dos arrendamentos não é elevada (11%), mas mostra a presença de antigos foros não remidos como a Quinta da Torre, em Quinta do Anjo, ou Algeruz, em Palmela, ou até novos arrendamentos que, como já explicitámos, continuariam a ser bastante praticados. A presença de proprietários rendeiros é escassa (1%) e de comerciantes quase rara (0,30%).

Exemplo da importância desta cultura na pequena propriedade é a utilização do solo feita na Quinta da Torre, na Freguesia de Quinta do Anjo. Em 1953, segundo um *inquérito* da Junta de Colonização Interna:

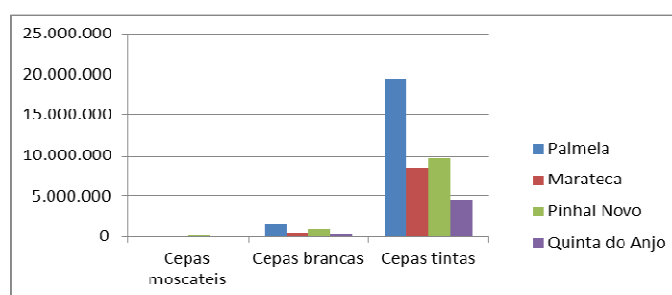
<sup>79</sup> Ver Anexo II, Quadro 11.

*“(…) do total das 491 glebas, 470 cultivavam vinha, na totalidade a sua área, ou em maior ou menor extensão. É, sem dúvida, a cultura de maior interesse económico nas terras arrendadas aparece em cerca de 96% das courelas. O número total das cepas, no conjunto arrendado é de todas as idades, segundo o inquérito referido, é de 1.006.725. Para a densidade média de povoamento de 4.000 plantas por ha, cobrem cerca de 253, isto é, aproximadamente 70% da superfície explorada sob esta forma. Nestas condições, tem de considerar-se a cultura a vinha como a “cultura agrícola padrão”, dentro das terras arrendadas da Quinta da Torre e correspondendo ao normal na região, em explorações de tipo idêntico.” (Inquérito aos Colonos da Quinta da Torre, 1953:12,13)*

### 3.3.2 - CASTAS

Mediante a observação do gráfico 10, percebemos que as castas principais são as tintas (92,7%). As brancas têm uma escassa presença (6,9%) e as moscatéis são quase inexistentes (0,4%).

**GRÁFICO 10: NÚMERO DE CEPAS POR FREGUESIA E TIPO DE CASTAS - 1952 <sup>80</sup>**



Segundo Jacinto Pereira (1953-1954) são predominantes: Nas tintas, as castas: Piriqueta, Murteira, Bastardo, Negra Mole, Espadeiro, e Tinta Miúda. A casta Piriqueta representa 90% da quantidade total.

Nas brancas, as castas: Fernão Pires, Boal, Malvazia, Diagales, Arinto, Manteudo e Branquete. Como é defendido por Soares Franco (1938), produzem um vinho, no geral, alcoólico, 14° a 16°, pouco ácido e com muita cor, cujo contributo vem, sobretudo da casta Fernão Pires.

Mesmo cultivando as castas brancas são os vinhos de pasto tintos que constituem a maior produção vinícola da região.

<sup>80</sup> Ver Anexo II, Quadro 12.



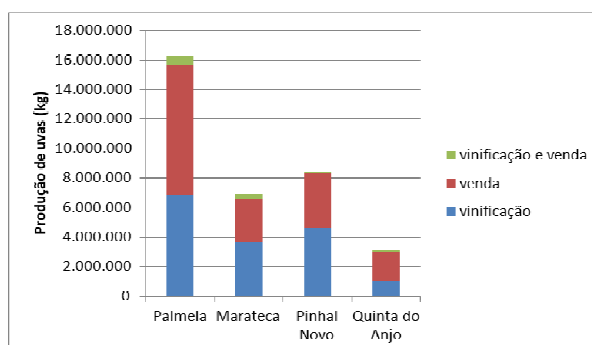
Mas, para António Porto Soares Franco (*idem*), há ainda que fazer uma diferenciação, visto estes vinhos poderem ser divididos em dois grupos. O proveniente das vinhas de encosta, cujo mosto tem entre 200 a 260 gramas de açúcar por litro, e aquele que é feito dos frutos da região arenosa como Pinhal Novo e S. Pedro de Marateca. É rico em álcool (12 a 15°), em cor e provem quase exclusivamente da casta Castelão (Periquita).

José Quaresma, produtor de vinho e armazenista, lembra também: “*onde comprávamos mais uva era lá para os Laus e Lagameças (...). Aquelas uvas ali são muito boas, as uvas daqui eram mais fraquinhas (...), não tinham grau. Tinham sumo, mas isso não basta. As uvas dos Barris, que ficam na encosta sul, eram umas uvas graduadíssimas (...).*”<sup>81</sup>

### 3.3.3 - DESTINO DAS UVAS: VENDA E VINIFICAÇÃO

Sobre o destino das uvas, como os mostram as fontes, informação que fazemos expressar no gráfico 11<sup>82</sup>, a maior parte das uvas é vendida (50,3%) ou imediatamente vinificada (46,4%). Apenas uma minoria vinifica uma parte da sua produção, vendendo a restante (3,3%).

GRÁFICO 11: CLASSIFICAÇÃO DOS VITICULTORES POR DESTINO IMEDIATO DAS UVAS - 1952<sup>83</sup>



As uvas vendidas pertencem aos pequeníssimos e pequenos proprietários que não podem vinificar pelo simples facto de não disporem de adega, recurso que apenas os “Grandes” e os “Muito grandes” podem aspirar. Senão vejamos:

Como observamos no gráfico 12, em Palmela, dos 2.620 viticultores, apenas 555 (21%) possuem adega. Os restantes 2.065 (78%), aguardam então os compradores, sejam os “certos”, os proprietários das grandes adegas, ou os “eventuais”, vindo de outras regiões, que aqui procuram uva que complemente e/ou enriqueça outras produções.

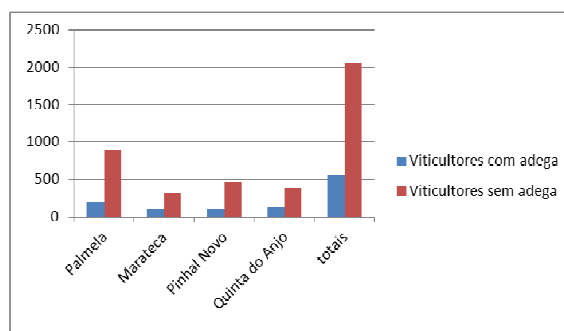
<sup>81</sup> José do Vale Quaresma, 77 anos, Produtor e Armazenista de Vinhos “Casa Quaresma”, Quinta do Anjo, Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

<sup>82</sup> Ver Anexo II, Quadro 13.

<sup>83</sup> Ver Anexo, Quadro 13.

A construção de uma adega constituía um investimento bastante avultado, que as incertezas da natureza e a dificuldade de acumulação, naturalmente, não permitem empreender. Como lembra Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos, “*uma adega custava muito dinheiro e o dinheirinho das uvas era para eles comerem (...). Só fazia adega quem tivesse algum pé-de-meia (...). Esses tá bem, esses faziam.*”<sup>84</sup>

**GRÁFICO 12: VITICULTORES POR FREGUESA E RECURSO A ADEGA -1952** <sup>85</sup>



A maior parte das adegas encontram-se nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, como Palmela (207) e Quinta do Anjo (133). As restantes (215) distribuíam-se pelas Freguesias de S. Pedro de Marateca e Pinhal Novo.

Na Freguesia de Palmela, os produtores, mesmo possuindo vinhas, procuram construir as suas adegas neste espaço, muitas vezes contíguas à casa de habitação. Jaime Augusto, adegueiro, explica: “*Naquele tempo era longe (...) Quem é que lá quer estar no campo? Dantes trabalhava-se lá de manhã à noite (...) quando era aquela hora todos queriam ir embora, não queriam lá estar, nem os patrões. Ora a gente agora a ir lá para o campo, campos é só para as galinhas.*”<sup>86</sup> Mas não só, importa notar, que uma adega exige o recurso à água, necessidade cuja satisfação se encontra facilitada nas zonas mais urbanas, onde existe abundância de fontes e chafarizes.

Será então bastante intenso o comércio das uvas, visto que cerca de 78% dos 2620 viticultores não dispõem de adega. Ou seja, 2065 viticultores, a maioria sujeitos e vulneráveis à “maldição” dos intermediários”, cuja consequências passamos a analisar.

<sup>84</sup> Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinho, Quinta do Anjo, Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal e Palmela, 2010.

<sup>85</sup> Ver Anexo II, Quadro 14.

<sup>86</sup> Jaime Augusto, 90 anos, Adegueiro, Palmela (Adega do Roque); Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal, 2009.

Todos os anos, após a vindima, a uva é vendida directamente ao fabricante do vinho, que vinifica de sua conta. Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho* (1951) “*este pode ser armazenista, oportunista, ou mesmo outro viticultor*”. Os pequenos viticultores sem capacidade de vinificar, e com uvas para vender, sujeitam-se aos preços que os comerciantes entendem ser o mais justo. Esta condição marca todo o sector, já que o dinheiro da venda do vinho, não se converte em qualidade de vida para a maior parte dos agricultores. A vinha cumpre um significativo papel social de dar emprego, mas o pequeno vinicultores vende o fruto do seu trabalho, ano, após ano, quase sem lucro, perpetuando a sua antiga condição de carência e fragilidade.

Como recorda Jaime Caldeira, adegueiro: “*davam pouco dinheiro pelas uvas (...). Outras vezes nem ofereciam, a gente vendia as uvas, depois eles mandavam apanhar todos os anos e depois eles é que marcavam o preço (...). Diziam: - Este ano correu X e a gente tinha de se sujeitar.*”<sup>87</sup>

Segundo Edomeu Almeida (1952:42), estudante de agronomia:

*“o preço é feito à base da “tina” - que são 60 arrobas. Nestes últimos anos, têm variado à volta de 1.000\$00 por tina. Os comerciantes costumam iniciar as suas compras nas zonas mais distantes da região, a NE da freguesia de Marateca. Como as estradas são más e as distâncias são grandes usam esses factores para pagarem as uvas por um preço inferior ao que seria justo. Mais tarde, quando compram nas zonas mais centrais, pretendem pagar também por baixos preços, servindo-se dos primeiros para termo de comparação. Este jogo de argumentos não é justo, criando uma natural má vontade da parte dos vitivinicultores indefesos”.*

Neste negócio, segundo Ruy Salgado (1945:15), assistente técnico na União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal:

*“o comprador acha preferível comprar a uva muito depois de atingida a maturação industrial porque compra mais açúcar por menos dinheiro. Suponho ser esta uma das razões porque tão tarde se vindima, pois que os vinicultores que trabalham as suas uvas, julgam proceder bem imitando os que as compram. Além do inconveniente da junção de água, nem sempre suficientemente puras, há também o risco de os mostos virem com uma fraquíssima acidez fixa.”*

---

<sup>87</sup> Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

A natureza também interfere, ainda que de uma forma dúbia. Passamos a explicar: quando as vinhas “adoecem”, é garantida uma diminuição sensível na produção, prejudicando muitos produtores, porém, quando tal acontece, sobe geralmente o preço da uva, e aqueles cuja produção não foi afectada, vêem melhor compensado o seu trabalho. No entanto, quando as condições são favoráveis e a produção promete ser abundante, intervém a mão do comprador a baixar o preço da uva, sujeitando o produtor a entregá-la pelo preço por ele estipulado, *“só porque este não teve o cuidado ou a possibilidade de arranjar uma pequena adega onde alojar o seu vinho.”* (Pereira, 1953-54). Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos, reitera esta afirmação: *“(...) às vezes até se fazia uma malandrice, quando chegava à altura da vindima baixavam o vinho, que era depois para comprar as uvas mais baratas, depois de terem a adega cheia, subiam o vinho. E os outros coitaditos (...) ficavam sem as uvas e sem o dinheiro.”*<sup>88</sup>

Tal situação adensa a voz daqueles que querem resolver este problema, nomeadamente através da constituição de uma adega cooperativa. Neste sentido vão intervir a União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal e a Junta Nacional do Vinho, acção que desenvolvemos mais adiante.

### **3.4 - VINICULTURA**

#### **3.4.1 - VINICULTORES E ARMAZENISTAS**

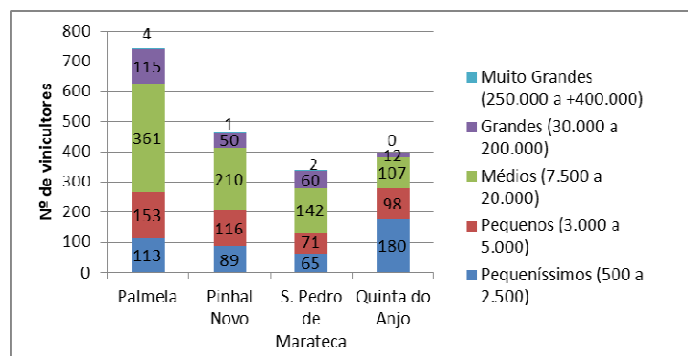
Em Palmela, contribuindo para o “Portugal do Vinho”, encontram-se 1.949 produtores vinícolas.

Como pode ser observado no gráfico 13, 756 (38%) encontram-se na Freguesia de Palmela (38%), seguindo-se 466 em Pinhal Novo (23%), 397 (20%) em Quinta do Anjo e 340 (17%) em S. Pedro de Marateca.

---

<sup>88</sup> Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

**GRÁFICO 13: VITICULTORES, POR FREGUESIA E CLASSES DE PRODUÇÃO, 1944**<sup>89</sup>



Neste concelho o vinho é maioritariamente produzido por “pequeníssimos” e “pequeno produtores vinho” cuja produção se encontra entre 500 l a 5.000 l. Ou seja, 885 produtores, 45% do total. Entre os “Médios”, que vinificam entre 7.500 l a 20.000 l, encontramos 820 produtores (42%). Os restantes 12% correspondem a 244 viticultores, cuja produção pode atingir entre os 30.000 l e os 400.000 l, embora, neste território, apenas 8 produtores atinjam este último valor.

Entre estes estariam, por certo, como António Matos Fortuna (2001) nomeia; Samuel Lupi, da “Casa Santos Jorge” (Antiga Herdade de Rio Frio); Gregório e Dr. Firmin Gonzallez Briz, da “Herdade de Algeruz”, Humberto da Silva Cardoso da “Casa Humberto da Silva Cardoso” e João Posser de Andrade, da “Herdade da Lentisqueira”.

Os vendedores de vinho podem ser os próprios fabricantes ou armazenistas. Estes últimos compram o vinho ao agricultor, para proceder à sua distribuição e as suas adegas/armazéns localizam-se, sobretudo, nas freguesias de Palmela e Quinta do Anjo. Entre estes encontram-se António da Costa Quaresma, Venâncio da Costa Lima, Adelino José do Vale, Xavier Santana, Emídio de Oliveira e Silva, José Carvalho Simões, António Gomes Reis, Alfredo Cardoso Martins, José Carvalho Demécio. Em Pinhal Novo a Adega João Pires, localizada estrategicamente junto à estação ferroviária de Pinhal Novo, destinada, sobretudo, a escoar vinho para o Algarve, através deste meio de transporte (Fortuna, 2001:59-61).

### 3.4.2 - QUANTIDADE E PREÇOS

A produção e os preços praticados, como atrás já demonstrámos, influenciam significativamente o sector, problema que urge resolver.

Em Palmela, mediante a observação do gráfico 14, percebemos que a variação da produção segue uma linha tendencialmente ascendente.

<sup>89</sup> Ver Anexo II, Quadro 15.

**GRÁFICO 14: CONCELHO DE PALMELA: PRODUÇÃO DE VINHO - 1945 A 1958<sup>90</sup>**



Apesar disso, são visíveis as quebras acentuadas reveladas nesta linha em “dentes de serra”, cujas causas são, por um lado, as condições climatológicas, que ditam abundância ou a escassez, e por outro a ausência de manifesto. Nos anos de 1942/45, em que o organismo interveio na distribuição de sulfato de cobre, em colaboração com a Junta Nacional do Vinho, as produções manifestadas sobem sensivelmente. De 1946 a 1949, descem as produções manifestadas para subirem novamente em 1950 e 1951, facto que, segundo a União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, se deve “*provavelmente a ter constado que o Organismo iria mais uma vez intervir na distribuição do sulfato de cobre*”. (União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, 1951: 2).

Quanto ao preço do vinho, o movimento das linhas do gráfico, acompanhando o desenho das da produção, sugerem a submissão às leis da oferta e da procura. Nos anos em que se assiste a uma descida acentuada de produção, os preços respondem com subidas igualmente bruscas. Disso são exemplos 1946, 1949, 1952 e 1953, altura em se inicia um período de alta produção e baixos preços.

<sup>90</sup> Ver Anexo II, Quadro 9.

**GRÁFICO 15: DISTRITO DE SETÚBAL - PREÇOS DO VINHO<sup>91</sup>**



Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal* (1951:93), “só no ano de 1950-51 ficaram em armazém, por falta de consumo, elevadas quantidades de vinho, resultantes duma colheita abundante, duma sensível quebra de consumo no mercado interno e da diminuição das quantidades exportadas.”

Com a publicação do decreto-lei n.º 37. 739, de 6 de Janeiro de 1950, que integra a Região Vinícola do Moscatel de Setúbal na área de intervenção da Junta Nacional do Vinho, passaram os pequenos e médios vinicultores a poder aproveitar todas as modalidades de operações de crédito realizadas por aquele organismo. Acontece realmente assim?

Em 1954, os técnicos da União Vinícola do Moscatel de Setúbal, referindo-se aos vinhos de pasto, explicam desta forma à Junta Nacional do Vinho as consequências de tão dramática situação:

*“o problema é bastante grave pela repercussão que origina nas economias privadas (...). Assim os preços, que vigoram em parte do ano motivados pelo cancelamento da intervenção da Junta Nacional do Vinho, são baixos para os custos de produção. Evidentemente que o momento não permite veleidades e a palavra de ordem será os de os baixar. Porém, isso não se consegue de um momento para o outro, mais a mais numa cultura como é a vinha. Poder-se-á alvitrar que, se os preços são altos, a cultura deixará de ter interesse. Porém é de notar o valor social da cultura, e mais do que isso, o valor que representa a sua estadia em terrenos pliocénicos. Sem a vinha, estes terrenos dificilmente poderiam ser considerados aráveis. A cultura da vinha representa para estes terrenos, a sua emancipação, a passar do regime florestal, de rendimento muito mais*

<sup>91</sup> Ver Anexo II, Quadro 10.

*fraco e de baixo valor social” (União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, 1954: 7).*

O concelho cresce com o vinho e a imprensa testemunha e alerta:

*“Quem conheceu a zona de Poceirão há algumas décadas atrás e a visitar hoje fica deslumbrado com o progresso que é bem visível e notório para todos (...). Hoje a sua vasta superfície, estará coberta de vinhedos que se estendem em todos os sentidos para além do horizonte. São riquezas imensas que os nossos antepassados cheios de iniciativa e larga visão, criaram para o bem da humanidade (...). Todos reconhecem que aqueles que labutam a terra, levam uma vida cheia de preocupações de toda a ordem, pela incerteza dos elementos climáticos que, nem sempre são de feição (...). Esta imensa riqueza que é o vinhedo do Poceirão está atravessando grande crise que, a continuar, fará recua-la para os tempos idos da charneca arenosa e estéril (...).” (A Voz de Palmela, 17. 03.1955).*

Mais uma vez a fragilidade dos “pequenos”. Às dificuldades dos pequenos viticultores (78%), das quais já falámos, junta-se as dos pequenos vinicultores (45%) que com dificuldade de conduzir a sua produção aos canais de distribuição e comércio, encontram-se, tal como os primeiros, sujeitos à acção dos intermediários, que lhes retiram parte significativa do lucro que poderiam ter.

Quanto à produção, durante o Estado Novo, a tendência foi sempre crescente, pesem embora as oscilações e as restrições governamentais. Produz-se bastante vinho, algumas vezes demasiado e frequentemente muito mau.

### **3.4.3 - QUALIDADE: APRENDER E COOPERAR**

Os problemas relacionados com a quantidade e a qualidade estão na ordem do dia nos debates entre o Governo e “os Senhores da Vinha e do Vinho”. Para estes o segredo encontra-se no apoio técnico à produção, bem como na uniformização dos vinhos. Castelo de Morais (1940:8) refere: *“Quando derem uvas algumas terras que dão pão e quando dêem pão algumas terras que dão uvas e se estabeleça para o pão e para o vinho uma cota barométrica rígida (...), será possível criarem tipos fixos de vinhos de pasto que possam correr mundo (...). Para isso persegue-se uma “Política de Qualidade.”*

Em anos de crise os “senhores do vinho” reclamam do governo diversas medidas entre as quais: promoção da qualidade, controlo do plantio, alagamento do consumo interno, aumento da exportação, maior capacidade de armazenamento e fomento das adegas cooperativas. Perante esta situação, em 1933 é criada a Federação dos Viticultores do Centro e Sul do País,



cujo objectivo é retirar do mercado os excessos de produção e organizá-lo para anos de escassez e apoiar a produção no cumprimento da “Política de Qualidade”. Batalha Reis (1940:12) afirma: *“Portugal, grande produtor de vinhos, colhendo uvas admiráveis e tendo vinhas bem cuidadas, no decorrer de cada ano mandava para a destilação quantidades enormes de vinhos impróprios para consumo de boca (...). Os portugueses sabiam tratar das uvas mas não vinificavam capazmente (...). Afinal era o ovo de Colombo: ensinar a vinificar.”*

Neste sentido, são criadas as primeiras adegas cooperativas que acabam por não corresponder às elevadas exigências de armazenamento, e criadas brigadas de apoio, que fazem assistência em todo o país, excepção feita para as regiões demarcadas. Na Península de Setúbal, assistem os vitivinicultores dos concelhos do Montijo, Moita e Alcochete.

Em 1937 a esta entidade sucede a Junta Nacional do Vinho, destinada a, mais uma vez, controlar a produção de vinho (através do armazenamento e compra), melhorar a qualidade do vinho (prestando assistência técnica e uniformizando as características) e apoiar o pequeno viticultor (libertando-o dos intermediários). Para o seu cumprimento, compra vinho, mosto e aguardente; atribui crédito financeiro para apoiar a realização das vindimas ou a própria vinificação e fornece assistência técnica para fiscalizar e ensinar.

A partir da década de 40, a Junta Nacional do Vinho alarga a sua acção às regiões demarcadas, passando o território aqui em estudo, desde 1950, a usufruir de iguais benefícios, nomeadamente no acesso ao crédito. Mas não só, aqui também a presença da “*Política da Qualidade*”, seja através da assistência técnica ao vinicultor, seja através do apoio à construção de uma adega cooperativa. Aqui chegam os técnicos, engenheiros agrónomos, cujas teorias e regras estudadas nos manuais, não se são encontradas nas adegas e ou vinhas que visitam, pasmando-se com a realidade que encontram. Os relatórios que encaminham para a União Vitivinícola descrevem, muitas vezes, cenários dramáticos de descuido e desorganização.

Senão, vejamos o que Ruy Salgado (1945:14), assistente técnico na União Vinícola, diz sobre uma vindima na região:

*“Ninguém (...) sabe ou quer saber, determinar a altura própria da vindima. Não consegui convencer um só vinicultor a fazer ensaios preliminares. “Vindimo só depois da Festa da Moita, “Vindimo depois da abertura da caça”, “vindimo oito dias depois do torres” Por aqui se vê o critério, ou melhor, a falta de critério que preside à escolha da época da vindima.”*

Horácio Simões, vitivinicultor, reitera recordando “*depois da Atalaia começava-se a vindima (...) apanhavam-se as branca. Pela Festa da Moita, apanhavam-se as tintas.*”<sup>92</sup>

Quanto às condições das adegas, a crer nas palavras de António Lopes Gregório (1943:2), assistente técnico na União Vinícola:

*“as que ficam dentro do concelho de Palmela e arredores, são tudo quanto há de mais elementar, quase sempre adaptações de outras casarias, sem capacidade para vinificar a própria colheita. Os recipientes de fermentação raros são aqueles constituídos por lagares ou patamares efectuando-se, quase sempre, em tonéis e mais tarde servem para receber o vinho.”*

Também segundo Jacinto Augusto Pereira (1953/54), estudante de agronomia “*as adegas servem durante grande parte do ano de cavalariças, e, quando tal não acontece, será uma casa de arrecadação, absolutamente descuidada*”.

Segundo o mesmo técnico, todos os anos grande parte da colheita tem de ser destinada à caldeira, pois quando chega à altura de ser vendida, já não está em condições, justificando que “*não é isto devido à má assistência técnica, mas sim a descuidos por parte do vinicultor durante a fabricação, impossíveis de evitar e emendar com uma assistência técnica tão pouco assídua e à falta de cuidado em trasfegas e na conservação do vinho. Claro que o vinho para queima se vende a um preço bastante inferior.*” (ibidem).

Estes vinicultores encontram-se sobretudo em pequenas e médias adegas nas freguesias de Pinhal Novo e S. Pedro de Marateca.<sup>93</sup>

Salgado (1945:9) diz também que “*se muitos dos vinicultores, em condições normais, sabem e fazem o que devem fazer, ao mais pequeno contratempo, ficam, como é natural, desorientados. Há todavia ainda muitos vinicultores, que nunca sabem o que fazer.*”

Mas Jacinto Pereira (1953/54), sublinha a seguinte realidade: “*é flagrante o contraste da viticultura e vinicultura nesta região; a primeira é devidamente cuidada, por vezes até com grande sacrifício, com um fabrico empírico que só por mero acaso conduz a bons resultados,*

---

<sup>92</sup> Horácio Simões, 80 anos, Vitivinicultor, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

<sup>93</sup> Em 1945 terão sido acompanhados os seguintes vinicultores: Pinhal Novo: Augusto Nogueira Faria, Maximino Faria, Manuel Godinho de Matos, Viúva Azougado, Manuel Teixeira Faria, Manuel Jesus Silva, Nicola Silvestre, José Gonçalves Peralta, Diogo Duarte Caseiro; António Ribeiro Quendera, Manuel Gaspar Caçoete; Lagameças: Joaquim Duarte Caseiro; Algeruz, Joaquim Maria Afonso; Águas de Moura: Joaquim R. Soares; Poceirão: João Gomes Carvalho; Luís Carvalho; António Francisco Brito, Manuel Arcanjo da Silva, João da Costa Xavier. (Salgado, 1945:6)

dando na maioria das vezes origem a vinhos ordinários, defeituosos e de difícil conservação”.

Como nos diz Horácio Simões, vitivinicultor :

*“A análise fazia eu (...) tinha aí umas balanças (...), depois do vinho feito pesava tudo, fazia os meus tratamentos, os meus cálculos (...). Fui ensinado pelo meu pai (...). Ele é que me mandava, dizia: - Olha, põe tanta quantidade (...) de sulfito, tanto de ácido tartárico (...). Depois eu é que comecei a ser o técnico, mas a minha balança era o nariz. De manhã, quando me levantava (...) abria as portas e conforme as coisas me cheiravam, assim eu punha mais tratamento e menos tratamento. Aquilo que o meu pai me ensinou a mim, ensinei eu ao meu filho (...).”<sup>94</sup>*

Joaquim Manuel da Costa, analista de vinhos, lembra também:

*“As pessoas que não tinham analista levavam as amostras à União Vinícola (...). Ao fim de x dias iam buscar o resultado da análise, para saber a qualidade do vinho que tinham em casa (...). Olha, é bom pode vender-se (...). Olha, estragou-se, tinha de se vender para queimar (...). Era destilado em caldeira.”<sup>95</sup>*

Apesar dos cenários atrás descritos, segundo os técnicos da União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, a formação desenvolvida traz bastantes benefícios.

Ruy Salgado (1945:14) diz: *“da região que conheço é esta a que mais proveito tem colhido com a Assistência Técnica. Convém notar que isto é devido unicamente aos vinicultores, que aceitam de melhor vontade o que se lhes ensina, do que na maior parte das outras regiões. Já tratam regularmente as vasilhas, desinfectam os mostos e cuidam dos vinhos.”*

E melhor seria, não fossem as dificuldades logísticas dos próprios técnicos e as condições irregulares do comércio do vinho. Segundo o mesmo técnico (*idem*:10) *“não há comboios diários de ida e volta e as estradas de acesso não permitem o uso de bicicleta por excessos de areias.* E para Lopes Gregório (1943:7) *“devido às condições anormais do mercado de vinhos, que consome os produtos logo ao seu imediato fabrico, não tendo necessidade de manter na adega para garantir um preço remunerador, leva a crer os mais optimistas que os vinhos não carecem de tratamentos.”*

---

<sup>94</sup> Horácio Simões, 80 anos, Vitivinicultor, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

<sup>95</sup> Joaquim Manuel da Costa, 76 anos, Analista de Vinhos, Azeitão; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2008.

Sobre as adegas, já em 1931 a imprensa nacional enaltece equipamentos locais como a adega de Venâncio da Costa Lima<sup>96</sup>, em Quinta do Anjo, “*onde compridos corredores ladeados de tonéis gigantesco, de depósitos de tão grande capacidade (...). A casa da caldeira filtração (...), cheios de luz e higiene dão um tom de imponência (...)*” (*Portugal Exportador*, 1931: 36), ou a “Casa Quaresma”<sup>97</sup>, em Quinta do Anjo, “*apetrechada com os mais modernos mecanismos, esmagadores, desengaçadores, assim como filtros do mais recente fabrico, caldeiras, vasilhame (...). Nos seus formidáveis depósitos em cimento armado passam anualmente milhões de litros desse precioso líquido (riqueza primordial da nossa terra)*” (*ibidem*), contexto no qual as Adegas de Rio Frio e Algeruz seriam as maiores e melhor equipadas:

As Adegas de Rio Frio<sup>98</sup>, onde “*a casa dos alambiques é uma das mais curiosas dependências da herdade. Os aparelhos são do mais perfeito e estão montados com o maior rigor técnico, com um asseio inexcelável e até (...) merece bem ser posta em relevo, com um cuidado estético, que se impõe logo, à primeira vista*” (*O Setubalense*, 1937:3). No entanto, em 1935, a imprensa local dirá: “*Na nossa região ‘Rio Frio’ é enorme e majestoso, mas não é moderno. Tudo o demais que tínhamos visto, era bom - mas também não era moderno. Como a de Algeruz talvez nenhuma outra adega existe em Portugal. Não somos nós a afirmá-lo, mas a própria Federação Nacional dos Vinhos, que ali foi colher as bases para a construção de adegas corporativas, ideia há muito em marcha.*” (*ibidem*).

Em 1937 a Adega de Algeruz é caracterizada como “*a mais moderna adega de Portugal*” devido à sua tecnologia de vinificação de “*lessivage automatique*” é “*por direito próprio a 2.ª adega e um primor de técnica, a melhor que possuímos.*” (*ibidem*).

Desde 1930 que em Portugal é seguida uma política de defesa da cooperação e chegados às décadas de 40 e 50 já se encontra instalada no país uma rede de adegas cooperativas.

Em Palmela a imprensa fala frequentemente do excesso de produção de vinho e da baixa de preços. Para acudir a esta situação, segundo Edomeu Almeida (1952:45), já em 1938 e 1939, a União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal faz a vinificação de uvas de diversos viticultores, como medida para atenuar a crise provocada pela baixa de preços. Desde a

---

<sup>96</sup> Ver Anexo III, Foto 2 - “Um dos Armazéns desta importante casa” e 3 - “Um trecho da grande Adega”.

<sup>97</sup> Ver Anexo III, Foto 4 - “Um aspecto da Adega”; e 5 - “Um dos modernos mecanismos de vinicultura.

<sup>98</sup> Já descritas em 1906, por Cincinnato da Costa, que nota uma adega de grande dimensão, com recurso a tecnologia avançada, nomeadamente, 10 prensas contínuas, depósitos em cimento e electricidade. (*A Vinha Portuguesa*, Março e Abril, 1906). Ver Anexo III, Foto 6 - “Casa da Destilação”; Foto 7 - Peneiras, Condensador e Filtros.

década de 30 são feitas também experiência de cooperação, através do aluguer de adegas como a Herdade do Pinheiro, em Santiago do Cacém, e na Quinta do Piloto, na vila de Palmela. Segundo ditam as fontes:

*“No primeiro ano, vinificou a união 70.200 arrobas de uvas que pagou a razão de 6\$00 por arroba, quando os comerciantes pagaram apenas 2\$50. No ano seguinte, os comerciantes pagavam apenas 3\$50 a 4\$00, mas a União Vinícola, que vinificou 54.175 arrobas pagou a 6\$50.” (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951)*

Foram conseguidos melhores preços, pelo que, segundo Edomeu Almeida (1952:46), *“em consequência disto, criou-se um interesse grande, que vai alastrando, por uma adega cooperativa onde os viticultores sem adega vêem defesa dos seus interesses – o aumento das suas receitas e a emancipação da prepotência dos comerciantes. Tão claros o vêem estes mesmos, que são eles quem faz oposição à ideia, que alastra, duma Adega Cooperativa”*. Durante os últimos anos realizam palestras de forma a sensibilizar a comunidade para a importância da acção cooperativa.

Estas experiências, segundo Ruy Salgado (1945:8), assistente técnico da Região do Moscatel de Setúbal, *“foram satisfatórios”*, sugerindo que *“numa adega corporativa em que a direcção dos trabalhos fosse entregue a um técnico reconhecidamente competente muito pouco ou nenhum vinho teria de ser queimado.”* Logo, todos os vinicultores teriam e venderiam vinhos bons, o que os faria auferir maiores lucros, ganhando também a região com o aumento do nível de vida dos seus habitantes.

Os responsáveis pela redacção do *Inquérito Agrícola e Florestal (1951)*, concluem haver toda a vantagem na criação de uma adega cooperativa.

Alguns investigadores dedicam-se a esta necessidade, sugerindo que esta adega seja instalada nas proximidades da estação de Caminho de Ferro de Palmela, onde ficaria o laboratório, maquinaria para o aproveitamento de todos os possíveis sub-produtos pertencentes a todas as adegas da organização. Deveria também proceder-se à instalação de adegas sucursais nos seguintes locais: Pinhal Novo, Poceirão e Quinta do Anjo (Almeida, 1952).

Em 1952, a União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, dá notícia à Junta Nacional do Vinho que, fruto de estudo e de um inquérito juntos dos viticultores, pretendem construir 5 adegas. Uma em Palmela (designada de central, deverá ser construída junto à Estação do Caminho de Ferro), uma em Poceirão, uma em Pinhal Novo, uma na Quinta do Anjo e outra em Algeruz (*União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal*, 1952: 9,10).

A seguir à campanha de 1954, recebem o número máximo de viticultores interessados: 110 com 1.840.842 quilos de uva, vinificadas nas adegas do Pinheiro, Lau e Coina. As pipas do pinheiro seguiram para um armazenista e as do Lau e de Coina foram entregues na Junta Nacional do Vinho.

Os grandes produtores e comerciantes não se juntam a esta causa e os armazenistas são a imponente voz da discordância. Não obstante, na década de 50, a imprensa local, sobretudo pela escrita de Joaquim José de Carvalho, insiste na importância deste equipamento. Vejamos:

*“Bom seria que todos os vitivinicultores de Palmela bem compreendessem a alta finalidade, a grande vantagem económica, que lhe adviria da construção de uma adega ampla, moderna, higiénica, cheia de luz e dotada do mais moderno e impecável material vinícola (...). Bom seria que Palmela compreendesse que as circunstância especial do seu concelho fazer parte integrante de uma antiga região demarcada, lhe impõe certo brio, aprumo moral e inclináveis deveres” (A Voz de Palmela, 10.02.1955:3)*

Como recorda Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos:

*“Fez-se a adega cooperativa para salvar os agricultores (...). Os armazenistas de vinhos, ninguém queria que se fizesse a adega cooperativa, porque iria roubar o lucro que eles iam comprar as uvas para fazer o vinho (...) Houve uma discussão grande, mas os agricultores e lavradores eram mais e fizeram pressão (...). Houve uma meia dúzia deles (...) lavradores (...) que se puseram à cabeça, e faz-se e faz-se e fez-se mesmo. ”<sup>99</sup>*

Em 1958 é, finalmente, inaugurada a Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, já com 50 associados.<sup>100</sup>

Nesse mesmo ano é constituída a Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões, no concelho do Montijo. Concluída a adega em 1960, aqui são recebidas uvas do concelho de Palmela, sobretudo das vinhas da Freguesia de S. Pedro de Marateca.

Após descrevermos os apoios ao sector vitivinícola, importa perguntar: - E o pequeno vitivinicultor, a quem urgia apoiar, foi realmente beneficiado pelas medidas da Junta Nacional do Vinho? Conceição Pereira (2004:50) considera que não. Para esta investigadora, o facto dos créditos cedidos carecerem da realização de um complexo processo burocrático e serem atribuídos sempre tardiamente, excluem os mais “pequenos”. Estes, iletrados e pobres temem

<sup>99</sup> Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

<sup>100</sup> Ver Anexo III, Foto 8 – Construção da Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, 1957; e Foto 9 – Transporte de Vinho.

não só as exigências formais da instituição, como têm urgência em receber para voltar a investir. Continuam, por isso, sem apoio, e a vender com pressa, mesmo que significativamente mais barato.

Sendo certo que o limite temporal desta investigação termina exactamente no ano em que em Palmela é construída a Adega Cooperativa, escapa-nos a acção que este equipamento terá exercido neste território. Sabemos no entanto, através da investigação de autores como Dulce Freire (1997b), Conceição Pereira (2007) e Orlando Simões (2006), que as medidas da Junta Nacional Vinho, nomeadamente a criação de uma rede de Adegas Cooperativas, encerram algumas contradições, nomeadamente:

- No armazenamento e compra de vinho. A Junta Nacional do Vinho comprando as produções muitas vezes acima dos preços correntes, permite que o produtor, na certeza de encontrar destino para o seu vinho, se sinta liberto da preocupação do escoamento, o que, contrariamente ao pretendido, fomenta a produção. Esta situação, bem com a cedência de empréstimos para suportar os custos dos trabalhos da vinha e a vindima, estimula a plantação de videiras, e consequentemente, a desobediência às proibições de plantio. Entre 1955 (nova proibição) e 1965 a mancha de vinha nacional cresce cerca de 30 mil hectares.
- Na melhoria da qualidade. Se através da concentração, melhoraram a qualidade, disponibilizando ao mercado um produto mais uniforme, o que facilita a tarefa dos armazenistas no loteamento dos vinhos, eliminou algumas das melhores produções locais e regionais (Simões, 2006). Importa também notar que as adegas cooperativas aceitando todas as uvas, sem critério ou diferenciação das suas características, desresponsabilizam o viticultor dos melhores cuidados com as suas vinhas.
- Na ajuda ao pequeno viticultor. Nem sempre é conseguida. Tendo em conta que este não dispõe de recursos, seja para proceder ao transporte das uvas até à adega, ou, mais importante, para esperar três ou quatro anos para recolher os frutos do seu trabalho, continua sujeito, à “maldição” dos intermediários.

## CAPÍTULO 4 - A TERRA E OS QUE A TRABALHAM

### 4.1 - TRABALHO AGRÍCOLA E MÃO-DE-OBRA

Em Palmela, na década de 40, a população activa agrícola corresponde a 5.648 habitantes (30% da população), (*IX Recenseamento Geral da População*, 1945:186), aumentando na década seguinte para 7.052 (31%), (*IX Recenseamento Geral da População*, 1953:190). Gente ocupada num trabalho fatigante, cuja vida “*flutua, oscila, ao sabor de movimentos periódicos que estão sempre a recomençar.*” (Braudel, 1992:56).

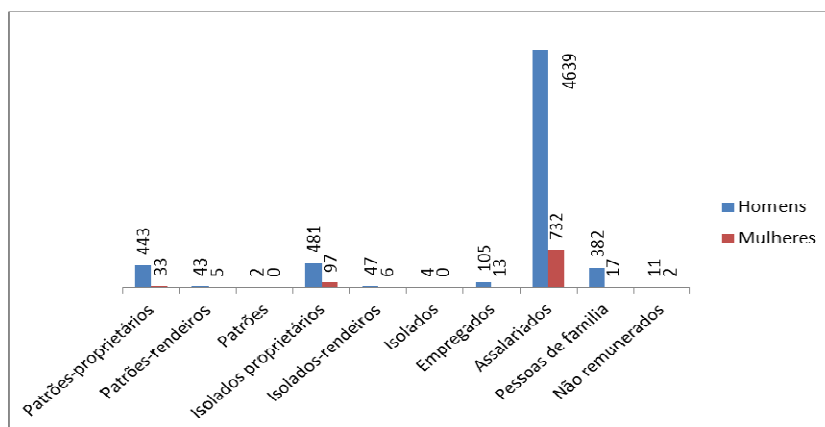
Tendo em conta a geografia, as formas de exploração da terra e as culturas desenvolvidas, aqui já observadas, analisamos agora as condições do exercício desta ocupação, impostas pelos factores da tecnologia e da sazonalidade dos ciclos agrícolas. Como nota Pedro Lains (2004:64), “*a manutenção de práticas antigas na agricultura pode estar relacionada com factores de atraso decorrentes, quer das condições do sector, quer de condições que lhe eram externas, essas possíveis diferentes origens do atraso devem ser investigadas de forma a conhecerem-se as verdadeiras razões da lentidão das transformações institucionais.*”

Do trabalho da terra dependem muitos cuja posição na profissão se encontra sujeita a factores como a posse da terra e a segurança económica. Neste cenário encontramos, como pode ser observado no Gráfico 16, diferentes condições que passamos a analisar.

Por ordem crescente de expressão, são pouco significativos: os “Patrões” dispõem de um negócio ligado ao comércio ou à indústria pagando a quem lhes trate das terras; os “Isolados” que têm o mesmo negócio dos primeiros, mas tratam também da sua courela; “Patrões-Rendeiros”, que trazem de renda uma exploração agrícola, cuja dimensão e produção permite o emprego de gente assalariada; “Isolados Rendeiros”, que trazem de renda uma exploração agrícola, sem capacidade para ter empregados ou assalariados por sua conta; “Empregados”: com trabalho e patrão certo, recebem ao mês, ao ano ou à comissão.



**GRÁFICO 16: PALMELA - POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA, SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO, 1953**<sup>101</sup>



Já com alguma expressão, “patrões – proprietários” responsáveis por uma exploração agrícola que tinha habitualmente empregados ou assalariados por sua conta, aqui podem ser tantos lavradores, senhores das grandes extensões de terreno, geralmente ocupadas por montado, pinhal e vinha; proprietário das grandes terras, que empregam um grande número de assalariados, como o pequeno “fazendeiro” *“antigo colonizador da charneca, homem laborioso que arranca o sustento da família duma courela ou lote de areia que geralmente não atinge mais que 6 hectares”* que nas alturas de maior trabalho tem de recorrer a ajuda de outros trabalhadores (Alvim, 1953:69).

“Isolados Proprietários”, proprietário de uma exploração agrícola que não tinha habitualmente empregados ou assalariados por sua conta.

Com bastante relevo os “Assalariados”, todos os que trabalham por conta de outrem, recebendo à semana ou ao dia, mas dada a escassez de terra que muitos proprietários possuem, mesmo quando são patrões, em anos de maior carência, são obrigados a recorrer às jornas de um outro patrão, ampliando, assim, o número dos assalariados que o gráfico mostra.

Desta mão-de-obra, os “empregados”, uma minoria, usufruiriam de melhores condições de vida. Na protecção de um patrão, têm trabalho certo e habitam, muitas vezes, o próprio monte, ou a povoação mais próxima.

Os “assalariados” ou “jornaleiros”, são os seareiros sem terra, ganhões e malteses. Estas gentes, sem patrão, ou, muitas vezes, sem ofício certo, sempre insegura, sempre dependente do ciclo agrícola, rumam todas as semanas às praças, “mitras” onde os feitores os recrutam. Como recorda José Luís Eusébio, trabalhador rural:

<sup>101</sup> Ver Anexo II, Quadro 16.

*“... havia uma praça de homens (...) e os patrões iam falar à gente. Os patrões iam lá, precisavam de dois ou três homens, iam na segunda-feira e diziam assim; - tu queres ir para mim, tu, tu e tu tens trabalho?*

*- não tenho*

*- Então para a semana vais para mim!*

*- E o preço?*

*E o preço era catorze mil réis, ou dez, o que fosse naquele tempo.*

*Depois na Segunda-Feira ia com uns alforgezinhas às costas, com o comer dentro, com umas batatas (...) uma garrafinha com dois decilitros de azeite, levava um bocadinho de toucinho, um bocadinho de chouriço, um bocadinho de linguiça e depois, levava-se um púcaro. Lá havia o “coque” o homem que fazia o comer (...). Quando agente largava, para ir jantar ou almoçar já o comerzinho estava feito. O toucinho guardava-se para comer depois à noite, com o pão.”<sup>102</sup>*

Sobre o número das “Pessoas de Família”, implicadas e dependentes deste trabalho agrícola, não remunerado, que o gráfico expressa, tendo em conta as exigências do ciclo agrícola, que mais à frente vamos desenvolver, é chamada a força de todos, nomeadamente dos muito jovens ou mesmo das crianças, facto que traz as necessárias e conhecida implicações sociais. Como descrevem os técnicos da Junta de Colonização Interna:

*“mal as forças o permitem, é o sacho o brinquedo com que os pais recompensam as 8 ou 10 primaveras dos seus filhos. Se todos comem pão que o jornal dos pais não pode adquirir, é forçoso o concurso de todos, grandes ou pequenos, para que mais alguns tostões se juntem aos sábados para calar o padeiro ou merceeiro (...). Não são as despesas escolares a causa do analfabetismo, nem tantas vezes a incúria ou ignorância dos pais, mas sim o baixo nível de vida que torna necessário o recurso a trabalho dos menores” (As Areias Piocénicas do Sul do Tejo, 1940:369).*

Como lembra Fernando Matos, trabalhador rural:

*“o meu pai fazia assim, trabalhávamos todos para casa, mas quando era para casar cada um tinha um ano para ir trabalhar para ganhar (...). O meu pai não tinha dinheiro para pagar (...). Para o meu pai não havia horas, era Sábados, Domingos, era dias feriados. Só*

---

<sup>102</sup> Entrevista de José Luís Eusébio, 87 anos, Trabalhador Rural; entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

*havia um dia para ir ao mexilhão (Sexta – Feira Santa), havia meio-dia no Natal e havia meio-dia da feira de Palmela (8 de Dezembro), mas de manhã até ao almoço, tinha que se dar o litro (...) nos Barris a cavar (...) e a semear favas.”<sup>103</sup>*

Ainda interpretando o gráfico 16, relativamente ao elevado número de assalariados masculinos, face ao número bastante mais reduzido do feminino, importa lembrar que nas diferentes culturas os trabalhos maiores e mais prolongados no tempo como as cavas e as lavras para os diferentes plantios eram executados por homens. No que diz respeito as tarefas na vinha, cultura com maior expansão geográfica e, como veremos mais adiante, também socialmente mais significativa, trata-se, sobretudo, de um trabalho masculino.<sup>104</sup> Senão vejamos:

Aos homens cabem tanto as tarefas fisicamente mais duras, as lavras que revolvem as terras preparando-as para o plantio, como as mais minuciosas, traduzidas pelas podas e enxertias, cuja execução não só interfere na fertilidade da planta, como também lhe molda o desenvolvimento. Acções determinantes, resumidas em duas grandes responsabilidades: fecundar a terra, garantindo-lhe a fertilidade, e proteger a planta, para que vingue e cresça.

À mulher cabe apenas a colheita da uva e outras tarefas, cuja execução traduz quase um prolongar das “competências” da sua vida doméstica: limpar a vinha dos sarmentos, no seguimento das podas, empas e atarraques, e alimentar de água os pulverizadores, com os quais os homens protegem as plantas.

## **4.2 - CONDIÇÕES DO TRABALHO**

Quem trabalha a terra encontra-se fisicamente sujeito aos determinismos da natureza, com atrás já desenvolvemos, mas também às características da tecnologia, que dita a necessidade o esforço físico a despender, e à sazonalidade dos ciclos agrícolas, que, estação após estação, oferece trabalho, mas também a falta dele.

### **4.2.1 - TECNOLOGIA**

Os meios através dos quais as gentes exploram o solo, ainda são escassos, embora os grandes proprietários disponham já de diferentes recursos postos ao seu dispor pelo avançar da tecnologia. Como é notado, neste período, “*encontra-se em serviço neste concelho o mais*

---

<sup>103</sup> Fernando Matos, 79 anos, Trabalhador Rural, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

<sup>104</sup> Ver Anexo II, Quadro 16.

*variado material agrícola, desde o mais tosco e primitivo ao mais moderno e perfeito.” (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951:62).*

A condição económica e a extensão da terra ditam os meios disponíveis. Neste sentido, na lavra da terra, ainda que seja a “enxada” a ferramenta mais utilizada, é de uso corrente o “charrueco” e a “grade de dentes”, puxadas por um animal. São encontrados também com frequência “cultivadores”, mas é raro uso de alfaias como “grades de discos”, “escarificadores”, “charruas polifolia”, “charruas de discos”, “charruas brabant” e tractores. Nos tratamentos fitossanitários, nomeadamente da vinha, são de uso corrente os “pulverizadores dorsais”, sendo raros os “pulverizadores mecânicos”. Na vinificação são usados correntemente o esmagador manual e as prensas de bagaço e com frequência os esmagadores mecânicos e o alambique. Na cultura dos cereais são comum as debulhadoras, embora estejam mais generalizados os manguais e os trilhos.

Na cultura da aveia, centeio e cevada, a colheita é sempre à foice “*a debulha da aveia e da cevada é realizada a maior parte das vezes à máquina e a trilho, raramente a malho, ao passo que a do centeio é feita a malho e a trilho, e só excepcionalmente à máquina*” (*As Areias Pliocénicas do Sul do Tejo*, 1940: 210).

Nos olivais, a apanha da azeitona é algumas vezes ripada à mão, utilizando-se a vara unicamente para completar o serviço; sendo mais comum o fruto ser “*totalmente varejado sendo a azeitona apanhada à mão do chão por mulheres ou garotos.*” (*idem*, 225).

No arroz, a terra é lavrada e gradada à enxada. O trabalho de armar o terreno em canteiros e fazer a rebaixa é também realizado à enxada por homens e mulheres. A monda é manual “*na maioria (...) por mulheres vindas em ranchos de diferentes partes do país*” (*idem*, 210). A ceifa é manual, executada com foice por homens e mulheres. Só o descasque seria feito com máquinas.

A força dos braços é apoiada pela animal, como lembra Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos, “*homens e animais (...). Em Palmela quase toda a gente tinha uma mula e uma carroça (...). Aqui [Quinta do Anjo] era burros, mulas e bois (...).*”<sup>105</sup>

A necessidade de água, recurso essencial agricultura de regadio, impõe, sempre que o solo o permite, a construção de poços, açudes e charcos, embora seja mais generalizada e frequente a instalações de “cegonhas”, construídas segundo o princípio de alavancas de braços desiguais.

---

<sup>105</sup> Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Os proprietários “remediados” mandam construir noras, raras por isso, bem como o uso de “moto-bombas” e de “electro-bombas” (Corvo, 1881). As regas exigem atenção permanente, sobretudo com a limpeza das regueiras e a protecção das minas de água, cuja gravidade vai conduzindo as águas, para as hortas.

Nos diferentes inquéritos desenvolvidos junto dos proprietários de courelas, pelos técnicos da Junta de Colonização Interna<sup>106</sup>, lá estavam as antigas e centenárias alfaias, nunca em abundância, apenas as necessárias à mão de obra da casa, que os assalariados trariam as suas: duas ou três charruas, uma grade, um ou dois pares de arreios para o animal, três ou quatro foices e ancinhos, vasilhame e alguns pares de podões e tesouras de poda.

Para os técnicos que redigem o *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho (1951:64)*, “a mecanização será um êxito, contudo encontrará inicialmente a oposição de hábitos muito enraizados, que o tempo encarregará de fazer desaparecer.”

Entretanto, testemunhando a mudança, na década de 50 a imprensa local descreve uma vindima com as seguintes palavras:

*“Toda a sorte de meios se utilizam para o transporta das uvas. Carros de bois que pachorrentamente se deslocam, conduzido pelo não menos pachorrento carreção (...). Tudo vai acabando. Agora até a grande maioria dos transportes é feita em carros automóveis. Paciência, é a evolução dos tempos (...). Mudaram de feição também os lagares. Já neles se não vêem os camaradas de homens que num vai vem contínuo percorriam vezes sem conta o lagar, pisando e repisando (...) tudo acabou. Um moinho mecânico pôs termo a estes costumes. O moinho é mais rápido e mais higiénico” (A Voz de Palmela, 22.09.1955).*

Na Herdade de Rio Frio, nas palavras de José Lupi (1961:

*“O compasso de 1,50x1,20 m dificulta muita as lavouras e gradagens mecânicas o que no obriga a trabalhar com égua e mula. No entanto já empregamos também, com bons resultados, um tractor de rasto mod.335 vinhateiro com a largura de 0,98 cm. (...). Assim como as lavouras e gradagens, os tratamento fitossanitários são também bastante aos antigos pulverizadores de dorso, mas adquiriram se recentemente dois pulverizadores de tracção animal, equipados com motor e turbina, que parece adaptarem-se bem a qualquer compasso.” (1961:39,40)*

---

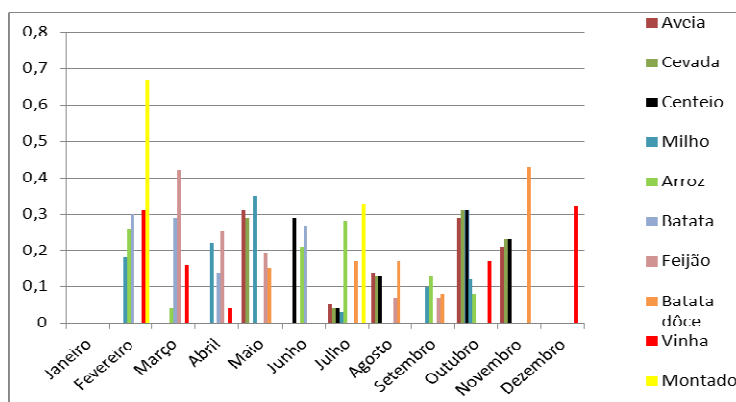
<sup>106</sup> *Inquérito Económico-Agrícola à Região de Pegões 1939.*

Essas tecnologias generalizam-se mais tardes, no tempo que aqui não nos cabe contar, dotando o trabalhadores, agora em menor número, de mais e melhores meios.

#### 4.2.2 - SAZONALIDADE

Um dos aspectos que mais influencia a mão-de-obra é a sazonalidade, ou seja, a cadência das estações. No cenário já descrito, no qual as ferramentas são escassas e o braço das gentes continua sendo o principal recurso, numa actividade ainda sem qualquer defesa ou controlo, a agricultura, tendo em conta a sazonalidade dos diferentes trabalhos, é uma ocupação fatigante e incerta. Sobrepõe tarefas que não esperam, nunca garante a sucesso das colheitas, nem tão pouco a existência de trabalho.

**GRÁFICO 17: PENÍNSULA DE SETÚBAL – NECESSIDADES DE MÃO-DE-OBRA, 1940<sup>107</sup>**



Durante um ano, quatro estações a ditar a rotinas das gentes. À chuva e ao calor, o trabalho nas terras do patrão e mais tarde nas suas, cumprindo tarefas que não esperam e que à não resposta do trabalhador, pagam com prejuízo da colheita ou mesmo com a perda de tudo que já foi investido. Sem ferramentas que defendam o camponês da ira das estações, há muito que aprendeu a colocar a seu favor o que de gratuito a terra lhe dá, defendendo-se com os poucos meios de que dispõe.

Na Primavera é o tempo das cavas das vinhas, dos tratamentos fitossanitários, de proceder à sementeira do milho, da aveia, da cevada e do centeio. Há também que fazer as mondas do trigo, arrancar as plantas do arroz para voltar a plantar e semear a batata.

No Verão chegam as colheitas dos cereais, a vindima, a apanha da batata e as mondas do arroz. É nesta estação também que, de 9 em 9 anos, se descortiça o montado.

O Outono convida à sementeira do trigo impondo, novamente à plantação da batata e à monda do arroz. Nas vinhas procede-se ao encaldeiramento e à estrumação.

<sup>107</sup> Ver Anexo II, Quadro 17.

No Inverno, cavam-se as vinhas e nas videiras fazem-se as podas, as enxertias e os atarraques. No montado, de 7 em 7 anos, faz-se também a poda.

Desde meados do Verão até ao princípio de Outubro, outro factor há que ter em conta. Nos arrozais, após as colheitas, as plantas que restam apodrecem, acompanhadas de animais mortos, dando origem a vastos poços de água pútrida, onde proliferam os insectos, que propagam a malária.

Depois do que aqui ficou exposto, e analisando o Gráfico 17, podemos compreender que:

- As culturas de horta têm necessidades mais regulares mas em nada influenciam o salário do trabalhador, sendo apenas um complemento à sua economia doméstica.
- A cultura de menor interesse social é o montado, pois ocupa o trabalhador somente dois meses por ano, ainda que esse trabalho seja especializado e, por isso, significativamente melhor pago.
- A vinha é a cultura que proporciona um trabalho melhor distribuído, tendo, algumas actividades como as cavas e as podas, um período largo de execução.
- A cultura do arroz impõe a necessidade de abundante mão-de-obra.
- Os períodos de maiores exigências de mão-de-obra são os meses de Fevereiro, Março, Julho, Agosto e Outubro.
- Há um período de dois meses (Dezembro e Janeiro) em que o trabalhador não arranja trabalho, altura também em que os longos dias de chuva que não permitem ir em busca do pouco que pudesse existir.

Como recorda Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos:

*“Havia semanas inteiras, o pessoal do campo (...) não ia trabalhar (...). Tinham a roupita do corpo, mas uma ou duas em casa e não iam trabalhar porque estava a chover. Não ganhavam. Aquelas famílias que tinham muitos filhos chegavam, às vezes, ao Sábado ou ao Domingo, duas pessoas ir com uma alcofa pedir aos patrões: - Veja lá se me pode dar algum dinheirinho, para a gente comprar comida para os nossos filhos (...). Era uma vida muito pobre.”<sup>108</sup>*

---

<sup>108</sup> Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Quina do Anjo, Comissionista e Vinhos, Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Jaime Caldeira, trabalhador rural, lembra também:

*“Íamos daqui quando eu tinha 14 ou 15 anos (...) trabalhar para os Barris para Alcube. Chegava a ir lá a semana toda e depois recebia 2 dias e meio quando era o final da semana. A gente ia lá um bocado, não tava capaz, tínhamos de ir embora. Uma semana inteira para lá e para cá. Era assim a vida.”<sup>109</sup>*

A oferta de trabalho é testemunhada pela presença de migrações sazonais. No movimento dos trabalhos agrícolas, quando não chegam os recursos locais e regionais, é conhecida, desde o século XIX, a chegada dos ranchos:

*“grupo com um número variável de pessoas que, em regra sob a direcção dum capataz ou “manageiro”, se deslocam para trabalhos agrícolas noutras terras, permanecendo aí durante o período mais ou menos longo do contrato, isto é, não vindo a pernoitar nas suas casas diariamente (...).” (Magalhães, 1965:385)*

A presença dos ranchos migratórios neste território faz-se, sobretudo, por exigências do trabalho nas vinhas e nos arrozais. Há muito que acontece assim, sendo por muitos olhada como consequência comum do estado normal da já conhecida e defendida “ordem dos campos”.

Segundo José Miranda Magalhães (1965:385), para Palmela viriam, sobretudo, ranchos das seguintes proveniências:

De Viseu, os “beirões”, chegam muitas vezes em Setembro e Outubro, podendo ser mistos ou só constituídos por homens. Regressam às origens no fim de Junho, passando com a família dois ou três meses, para voltarem de novo. Segundo o Inquérito Agrícola e Florestal (1951:102), *“o número destes trabalhadores é sempre difícil de calcular com certa aproximação, sendo computado, no entanto, em mais de 1.200.”*

De Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo, viriam nos inícios do Verão para tiragem da Cortiça.

De Coruche, Salvaterra de Magos, Grândola, Santiago do Cacem, vêm para a plantação do arroz. Permanecem, em regra, de Abril a Julho e partem para regressar para a ceifa e a

---

<sup>109</sup> Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.



debulha (Setembro - Outubro). Durante a plantação, o número destes trabalhadores varia entre 150 a 800.

Coimbra e Aveiro, os “caramelos”, vêm de Mira, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro. Costumam demorar-se sete a oito a oito meses (de meados ou fins de Novembro ao fim de Junho) e executam diversos trabalhos, especialmente as cavas, abertura de valas, valagem, plantação de arroz e armação da terra, Estes ranchos são normalmente constituídos só por homens tendo cerca de 50 cada um, com o respectivo manageiro.

No contexto regional, são bastante importantes os “caramelos”<sup>110</sup>, pois muitos acabam por fixar-se, como atrás já foi aludido. Nas palavras de Cabral Adão (1953:204), “*o caramelo é incansável trabalhador com a copa (alcofa com o comer) e a torta (enxada) a cavar ao estono (sistema de arranjo do batatais, em talhões geometricamente dispostos.*”<sup>111</sup>

Os malteses, “*não se sabe donde vêm nem o tempo que podem demorar*” e que são aproveitados nos vários trabalhos auferindo em regra ínfimos salários, quando não mesmo só alimentação. Aparecem sozinhos ou em grupo, de terra em terra, por o período incerto, pois frequentemente mudam de patrão *nunca se sabendo o seu destino. José Magalhães (1965), descreve-os como pessoas pouco sociáveis, fugidas, muitas vezes, às autoridades. Fazem vários trabalhos e ganham pouco.*

Para este mesmo autor as pessoas que integram os ranchos são de longe e de perto, unidos pela pobreza e busca de uma vida melhor. Durante o período de semanas ou meses de ausência dos lares, espera-os a miséria e o abandono. Uma vez são apenas trabalhadores, “*mas outras grupos promíscuos de homens, mulheres e crianças, dormindo em abrigos improvisados, que se infestam de malária e a propagam nos lugares de origem.*” (Ribeiro, 1989: 754,755).<sup>112</sup> Vêm muitos pelo trabalho e salário certos, outros, pela experiencia ou “aventura”, olhados pelos que estão “*com um misto de respeito pela sua energia e de desprezo pela sordidez com que, na mira do ganho, conseguem viver.*”

---

<sup>110</sup> Sobre este tema pode ler-se: Fortuna, 1997 e 2002; Cabrita, 1998; Sampaio, 2009.

<sup>111</sup> Cabral Adão (1953:204) reproduz nos seus textos o preconceito relativamente a esta comunidade expresso desta forma: “*As mulheres são anafadas, de rostos corados, pele tsnada pelos sóis de toda a estação, suor sempre lépido a saltar dos poros. Quando vão à cidade, trajam blusa e saia de cores berrantes, amarelo ruivo, vermelho, azul eléctrico, verdes de prado, com muitas rendinhas e entremeios, lenços garridos, saltos atamancados (...). São extremamente rudes, não por cálculo, mas por educação natural, diremos tradicional (...) Materialmente vivem bem, têm um jeitão para o negócio, amanhando as terras, que têm de raiz ou de arrendamento (...). A sua compreensão é lenta, muto lenta mesmo (...). Têm fórmulas muito suas de mencionar as coisas e os factos da prática corrente da vida (...). Só se firmam em concepções já absolutamente aceites, com lugar conquistado nos cautelosos cérebros.*”

<sup>112</sup> Ver Anexo III, Foto 19 – Toca de um casal; Foto 20- Palhota de um casal; e Foto 21 – Palheiro.

Em Rio Frio, os homens estavam separados das suas próprias mulheres, quando podiam para ficar com elas, “*dormiam em galinheiros velhos, em choças ou mesmo debaixo das árvores ao relento, como cães*”. Chegam “*em camionetas de carga, á chuva, ao relento da noite, desprezíveis, (...) em comboios, sentados no chão, de pé, em montão.*” (*Contributo para a Humanização dos Ranchos Migratórios*, 1956:5)

Vivem em barracões, cabanas e armazéns, às vezes autênticos estábulos, em que se acomoda o “pessoal” dos ranchos durante as semanas ou meses (que podem chegar quase a um ano) das fainas agrícolas. Em compartimentos de uns escassos metros cúbicos pernoitam e acomodam as suas bagagens e até a sua comida, magotes de pessoas. “*Cabanas e pardieiros escuros e infectos, mesmo nos barracões com certa aparência exterior, os trabalhadores, ou se deitam sobre a palha colocada em chão térreo, ou se estendem aos montes sobre esteiras ou tarimbas de madeira.*” (*ibidem*)<sup>113</sup>

Para Francisco Cambornac (1942), os ranchos migratório são um foco importante de propagação da doença da malária, defendendo que são portadores de germes, de novas e diferentes estirpes, aumentando a virulência dos parasitas, podendo gerar epidemias, constituindo mesmo o mais poderoso factor de disseminação desta doença no nosso país.

Para muitos responsáveis pelas práticas agrárias, como trabalhadores e moradores da região, as condições oferecidas e permitidas pelos ranchos eram inadmissíveis, e reveladoras do atraso técnico que só “*pela adopção de judiciosos planos de exploração é frequentemente possível manter as exigências de mão-de-obra sem grandes oscilações a longo do ano.*” (*Causas Determinantes da Crise da Lavoura*, 1958:sp)

Segundo os técnicos da Junta de Colonização Interna é urgente humanizar as condições de trabalho destas gentes que integram os ranchos, regulamentando-se junto dos padrões normas de alojamento, trabalho e moralidade. Nas palavras dos técnicos desta instituição, em 1958 e traduzindo o parecer da Junta dos Distritos de Santarém e Setúbal, os ranchos migratório representam um problema “*grave e premente (...) mancha bem negra no panorama do mundo rural*” (*Causas Determinantes da Crise da Lavoura*, 1958:sp).

Para além disso e como nota Eugénio de Castro Caldas (1991:537):

“*a insegurança deste trabalho foi suplantada pela fixação de populações em courelas de residência, dimensionadas de forma a consentirem apenas o complemento do salário pago*

---

<sup>113</sup> Ver Anexo III, Foto 22 – O quartel de Rio Frio; Foto 23 – Interior de um Quartel; 24 – Interior de um Quartel.

*pelo latifúndio, sem facultarem ao colono pleno emprego. Pretende-se (...) que os assalariados rurais suportem o desemprego à custa das referidas courelas, sem reclamarem à grande empresa qualquer sustento. Assim a grande empresa fica livre de contratar trabalhadores na justa medida das suas necessidades, para as tarefas que programou.”*

#### **4.3 - CAPRICHOS DA VINHA**

A vinha, sendo a cultura localmente mais importante e o trabalho socialmente mais significativo, impõe-nos um olhar mais demorado.

Neste sentido, e segundo os técnicos da Junta de Colonização Interna, em toda a região de Setúbal *“as vinhas são de um modo geral mal cultivadas; os amanhos cultivados em altura imprópria, tratamentos efectuados uma só vez e fora do tempo e fertilizações pobre e mesmo nulas”* (*As Areias Pliocénicas do Sul do Tejo*, 1940:226). Segundo os mesmos técnicos:

*“as vinhas existentes no plioceno, com raras excepções, são constituída por pequenos vinhedos, situados em foros e nas courelas, quase todas com pequena explorações. As vinhas extensas, que existiam nas grandes herdades, estão actualmente reduzidíssimas, senão totalmente perdidas. Um das causas da crescente falta de trabalho nesta parte do país (principalmente nos meses de Janeiro e Dezembro) é devido em parte, ao parcial desaparecimento da cultura que, sem dúvida alguma, melhor distribuição de salários oferece.”* (*ibidem*).

Sobre os trabalhos que a instalação e manutenção de uma vinha obriga, importa dizer que:

A instalação das vinhas<sup>114</sup> é feita através da preparação da terra para a plantação do bacelo. Nos solos de formação pliocénica, não se efectuava a surriba total, ou seja o revolvimento da terra, abria-se apenas valas de largura nunca inferior a 80 cm, com a profundidade de um metro, no fundo do qual se aplica estrume, ao qual se junta cal em pó, super fosfato de cal e sais de potássio. Trabalho feito a braço embora, segundo António Alvim, apareça com certa frequência a surriba à charrua, quer puxadas por duas juntas de bois, quer por um tractor. Muitas plantações nesta década serão feitas com tractor, no entanto o caso mais frequente para as vinhas actualmente existentes, tanto na zona dos terrenos argilosos, como na das areias, é ainda da surriba à manta, a braço. (Alvim, 1953:30) À surriba segue-se o

---

<sup>114</sup> Ver Anexo III, Foto 10 – Mobilização da Terra, 1953-1954; e Foto12 – Grupo de Caramelos fazendo a sua refeição durante um período de repouso nos trabalhos da cava a vinha, 1953.

arrasamento do terreno e a plantação. Esta, na zona dos terrenos argilosos, é geralmente feita “à cova”, abrindo-se buracos isolados no chão. Nos terrenos arenosos, faz-se a plantação “à manta”, riscando-se a terra, com a localização e a distância que terão os bacelos.

A cava e a arrasa são operações generalizadas em toda a região e executadas à enxada, respectivamente, de fins de Janeiro a princípios de Fevereiro e também em Junho.

Nas memórias de José Luís Eusébio, trabalhador rural:

*“Cavar era o trabalho mais duro, porque a gente andava muito agachada, sempre todo o dia... todo o dia agachados. Batia o calor nas costas (...) e fazia muita poeira nas vinhas. E no Inverno, molhado todo o dia, com uma saca pelas costas, uma saca toda molhada e a gente a cavar.*

*Era de manhã à noite, sempre a cavar, ali, sempre a cavar (...) e às vezes dois capatazes à nossa frente, que a gente não tinha ordem de se levantar.*

*Quando nos levantávamos, por qualquer coisa, diziam logo: - Dobra-te, dobra-te! A gente tinha que se dobrar (...) e fazer a obrigação se não, na outra semana mandavam-nos embora.”*<sup>115</sup>

Um ou dois anos depois da plantação, faz-se a enxertia. Baseia-se esta operação na união de dois vegetais, fazendo viver um à custa do outro, chamando-se o primeiro que é conservado: “cavalo” ou “porta-enxertos” e o segundo “garfo ou enxerto”. A escolha do enxerto exigia cuidados especiais. A casta mais usual na região é a Periquita, ocupando mais de 90% das vinhas e dando origem aos vinhos de pasto tintos que constituem a maior produção vinícola da região. Enxertar é um trabalho feito manualmente pelo enxertador, exigindo conhecimento especializado. Nem todos poderiam enxertar. Os enxertadores transportavam consigo uma cesta cheia de garfos e de ferramenta (tesoura recurva e sólida, um canivete muito afiado e centenas de tranças de ráfia. Como afirma Joaquim Cardoso:

*“O segredo é saber fazer bem feito, não ser aldrabão (...) temos que ter moral na profissão. Todo os enxertadores são bons se fizerem um trabalho em condições (...) e assim dar lucro ao dono. O dono tem que ter lucro do que gastou. Se lavrou a terra, comprou o bacelo, arranjou a terra, estrumou a terra, meteu o bacelo com pessoas e a gente vai lá e estraga? Não está certo (...). A enxertar vamos arrastando a caixa e mudando-a de sitio. Temos sempre que andar com os rins baixos. Não podemos andar*

---

<sup>115</sup> José Luís Eusébio, 87 anos, Trabalhador Rural; entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

*sempre a levantar, se não o patrão diz: “É pá, estou-te a pagar tanto dinheiro e andas sempre em pé.”*<sup>116</sup>

A poda<sup>117</sup> consiste no corte da maior parte das varas e realiza-se de fins de Dezembro a meados de Janeiro. Trata-se de “tirar à videira em madeira o que obteremos em fruto”. Através da poda pretende-se alcançar a maior frutificação possível, repartindo racionalmente a seiva e obter um conjunto equilibrado e ordenado. A apanha das vides é feita por mulheres ou rapazes.

*“Na poda a gente levava um podão, uma pedra para amolar o podão e um serrote. As mulheres andavam á frente a escaldeirar as cepa e a gente podava atrás. O serrote servia quando era preciso serrar a pernada de alguma cepa, era por isso que a gente trazia o serrote pendurado à cintura (...). Os sarmentos apanhavam as mulheres que andavam a fazer molhos. Naquele tempo havia muita gente que ia fazer carradas de vides com juntas de bois e carroças para trazer para os fornos de cozer pão. A minha mãe chegou muitas vezes a ir aos “palmelões” juntar vides para queimar.”*<sup>118</sup>

A Fertilização<sup>119</sup> é feita na Primavera, estação que traz, muitas vezes, o casamento entre a humidade e o calor, permitindo o aparecimento de doenças como o oídio e míldio. Contra o oídio, parasita vegetal, que debilita a videira, trata-se a planta com enxofre em pó. A enxofra é executada por mulheres munidas de enxofradores, tendo as casas agrícolas de maior dimensão acesso a torpilhas, que possibilitavam um trabalho mais rápido.

Como lembra, Deolinda Cardoso, trabalhadora rural:

*“Abriam-se as varinhas e as parras com uma mão e com a outra e punha-se. Procurávamos os cachinhos e largávamos o pozinho todo. Era um trabalho muito violento por causa da vista, (...) a gente apanhava aquele pó e fazia chorar (...). Isto tinha que ser feito de manhã, quando não estava vento, se estava, não se podia fazer pois, se não, é que a gente não dormia mesmo nada à noite.”*<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Joaquim Silva Cardoso, 74 anos, Enxertador, Marateca; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal, 2002.

<sup>117</sup> Ver Anexo III, Foto 11 – Empa das Videiras, 1953-1954.

<sup>118</sup> Anibal Cardoso Sanheiro, 58 anos, Podador, Lagameças, Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal, 2002.

<sup>119</sup> Ver Anexo III, Foto 13 – Sulfatar a vinha; e Foto 14 – Transporte da água para o sulfato.

<sup>120</sup> Deolinda Cardoso, 61 anos, Trabalhadora Rural, Agualva de Cima; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal, 2002.

Contra o míldio, aplica-se a calda bordalesa, em dose mais fraca na Primavera e mais forte no Verão. A calda é constituída por uma mistura de sulfato de cobre, cal gorda e água, e é administrado por meio de um pulverizador de cobre, que os homens transportam ao dorso. A calda bordalesa é preparada pelas mulheres que a transportam em canecos e baldes, até ao local onde os homens andam a fazer o tratamento. Agostinho Júnior recorda:

*“para tratar as vinhas era feita uma base de cal e sulfato. Dentro de barricas mexia-se, as mulheres enchiam as bilhas e iam-nos dar aos pulverizadores. Elas é que iam dar água à gente, que andávamos ali para baixo e para cima, Pertence duas mulheres para três homens. A gente não vinha encher à barrica, púnhamos o pulverizador no chão, ela vinha com a bilha, enchia o pulverizador e dava-nos depois, uma ajuda a colocar o pulverizador às costas.”*<sup>121</sup>

No final do Verão faz-se a Vindima<sup>122</sup>. A uva é colhida por ranchos de homens, mulheres e rapazes, em fins de Agosto a meados de Setembro, trabalho que Horácio Simões, vitivinicultor, recorda desta forma:

*“O meu pai só dizia: - Olha, fala lá a vinte mulheres. E depois o capataz é que ia escolher as mulheres que entendia. Havia sempre gente a pedir trabalho com cunhas metidas.*

*As mulheres de mais idade davam muito mais rendimento que a rapaziada. A rapaziada nova entretia-se e brincava. Entretiam-se lá na conversa, são mais novos então... tinham os seus assuntos! E as velhotas não, as velhotas eram tumba, tumba, tumba. Porque tinham os preceitos de trabalhar (...). A vindima era uma festa! Pessoas que nunca trabalharam (...) queriam ir para a vindima, porque aquilo era uma galhofa, aquilo era uma festa!”*<sup>123</sup>

Como lembra também Luís Relvas Serafim, trabalhador rural:

*“a uva era pesada com uma balança de pilão”*<sup>124</sup>. *As pessoas traziam os cestos, cerca de duas arrobas de cada vez. A gente tinha sempre uma pessoa de cada lado da balança e um cesto. Vazava-se para dentro desse cesto e pesava-se. Depois era tudo arreado no chão, em montinhos de duas arrobas, todos em frente uns dos outros. Quando a uva era mudada*

---

<sup>121</sup> Agostinho Pires Júnior, 87 anos, Trabalhador Rural, Fernando Pó; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal, 2002.

<sup>122</sup> Ver Anexo III, Foto 15 – Rancho da Vindima.

<sup>123</sup> Horácio dos Santos Simões, 80 anos, Produtor de vinho, Quinta do Anjo, Entrevista a Cristina Prata/ Museu Municipal, 2002.

<sup>124</sup> Ver Anexo III, Foto 16 – Pesagem das uvas com balança de pilão.

*para os carros, os bagos, que não fossem apanhados pela forquilha, varriam-se, punham-se em montinhos e com uma ciranda limpávamos a areia ou alguma pedra, e colocávamos também em cima da carroça.*”<sup>125</sup>

Se o vinicultor é viticultor, tem normalmente os seus transportes privativos e as uvas pouco permanecem no chão; quando porém o vinicultor não é viticultor, as uvas estão mais tempo na eira à espera que as vão buscar em transportes de aluguer, que nessa altura rareiam.

Horácio Simões, vitivinicultor, reitera:

*“As uvas iam ao chão, fazia-se nas eiras no chão (...). Como não havia carros para estar a carregar as uvas (...), limpava-se o chão e vazava-se ali. A uva tinha uma pele muito rija (...). Estava ali quase oito dias (...) a dar eira à uva e aquela quantidade de água desaparecia e ficava apenas com o açúcar (...), ficando com uma graduação muito grande (...). Outras vezes chovia e apodreciam (...).*”<sup>126</sup>

O transporte mais usado é a dorna sobre carro de bois, cavalos, muares, ou burros. Tapadas com serapilheiras, para evitar o pó dos caminhos, as uvas seguem morosamente ao encontro das adegas.<sup>127</sup>

#### **4.4 - TAREFAS E SALÁRIOS**

Devido à extensa área do concelho verifica-se grande variação no valor dos salários para idênticos trabalhos. A esta variação também não são estranhas a influência da proximidade ou afastamento das zonas industriais existentes em alguns dos concelhos limítrofes e ainda a intensificação cultural em determinadas zonas agrárias.

O lavrador paga salários mais baixos, porque pode garantir ao assalariado um trabalho mais contínuo, o fazendeiro não garantindo ao assalariado um trabalho contínuo nas épocas de maior trabalho, só consegue braços concorrendo com um preço mais alto. Pelo baixo preço pode não conseguir os mais hábeis, mas trabalhando ao seu lado, conquista maior rendimento.

O gráfico 18 revela uma subida, reflexo da inflação provocada pela II Guerra Mundial, e a posterior estabilidade imposta pela política agrícola do Estado Novo, destinada a manter o abastecimento e a estabilidade social.

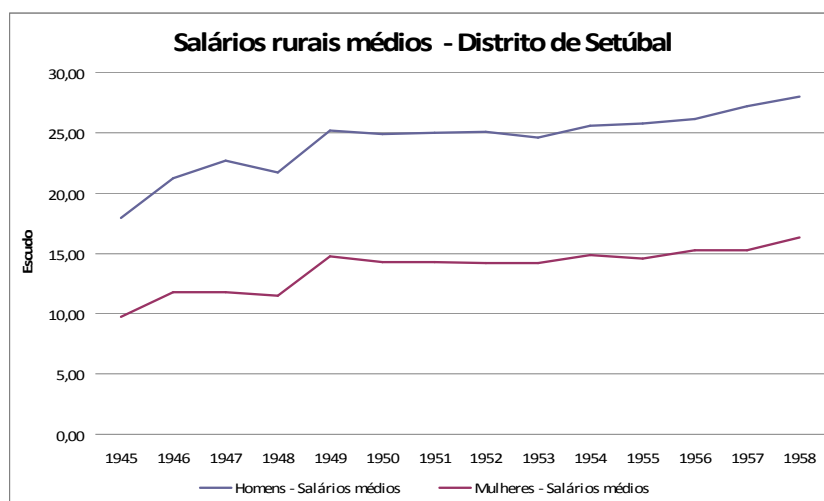
---

<sup>125</sup> Luís Relvas Serafim, 58 anos, Trabalhador Rural, Algeruz; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela, 2002.

<sup>126</sup> Horácio dos Santos Simões, 80 anos, Produtor de vinho, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/ Museu Municipal, 2002.

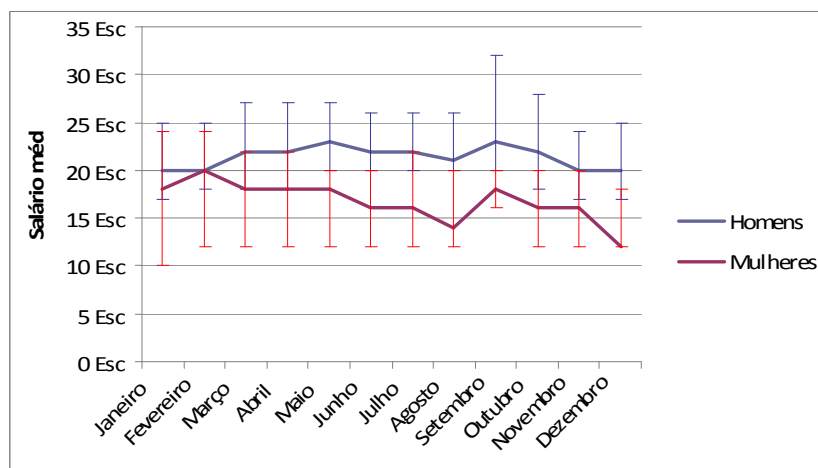
<sup>127</sup> Ver Anexo III, Foto 17 – Transporte das Uvas; e 18 – Chegada à adega.

**GRÁFICO 18: DISTRITO DE SETÚBAL - VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS RURAIS MÉDIOS – 1945 – 1958<sup>128</sup>**



De qualquer forma, o ciclo de trabalhos agrícolas, provoca algumas oscilações, reveladas pelo gráfico seguinte:

**GRÁFICO 19: DISTRITO DE SETÚBAL - VARIAÇÃO SALARIAL ANUAL 1951<sup>129</sup>**



A variação salarial apresentada, confrontada com dados do Gráfico 17 mostra que entre os mínimos e os máximos estabelecidos, o movimento das linhas expressa o funcionamento da lei da oferta e da procura, ou seja sobem nos períodos de maiores necessidades, quando a mão-de-obra é escassa e há trabalhos urgentes como a vindima, descendo quando a raridade da oferta coincide com a ampliação da procura, como são exemplo as quebras de Janeiro e Dezembro.

Relativamente às culturas, nos salários masculinos destaca-se, como melhor pago, o plantio da batata, mas sobretudo o trabalho nos pinhais souts e montados, relacionado, por certo,

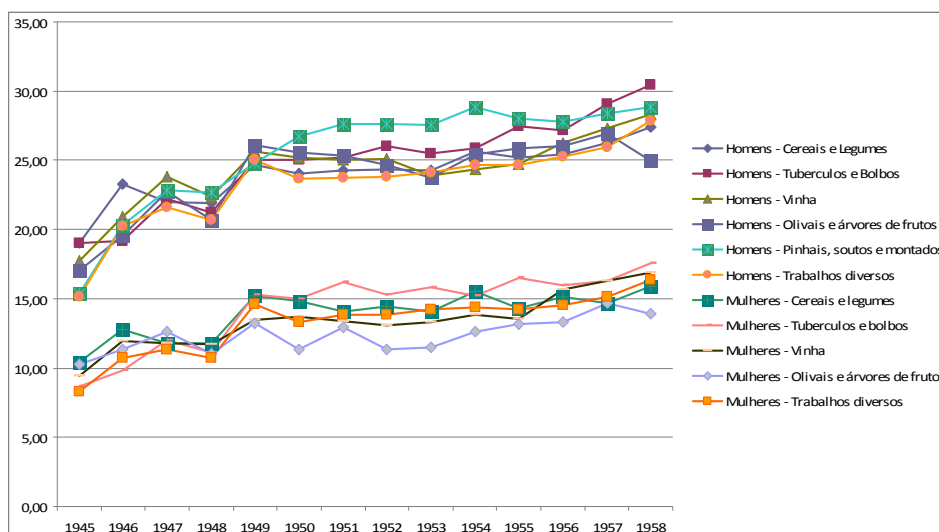
<sup>128</sup> Ver Anexo II, Quadros 18 e 19.

<sup>129</sup> Ver Anexo II, Quadro 20.



com o descortiçamento, trabalho delicado, onde a mão e obra especializada é rara e por isso mais cara. Importa não esquecer que bastantes trabalhadores, nomeadamente os que constituíam os ranchos, recebem uma parte do seu salário em dinheiro e outra em alimentos.<sup>130</sup>

**GRÁFICO 20: CONCELHO DE PALMELA - VARIAÇÃO SALARIAL POR TAREFA E GÉNERO 1945 – 1958<sup>131</sup>**



No trabalho feminino seriam as tarefas relacionadas com a cultura do arroz, bem como a apanha da batata as melhores pagas.

As duras condições do trabalho agravam-se com o aumento do desemprego, sobretudo no período que seguiu o pós – guerra. Em Palmela, nas décadas de 40 e 50, para ajudar a amenizar a consequência destas crises, a Câmara Municipal de Palmela, na Presidência de Venâncio da Costa Lima, integra um programa nacional de salvaguarda do património e promove obras de recuperação do Castelo que vão ocupar um elevado número de homem sem emprego.

Para Rafael Duque (1940:25) este problema “*não resulta só da desigual distribuição dos serviços nas diferentes épocas do ano, mas de um excedente de população que pesa sobre a indústria agrícola mais do que sobre qualquer outra, enfraquecendo a disciplina e o rendimento do trabalho.*”

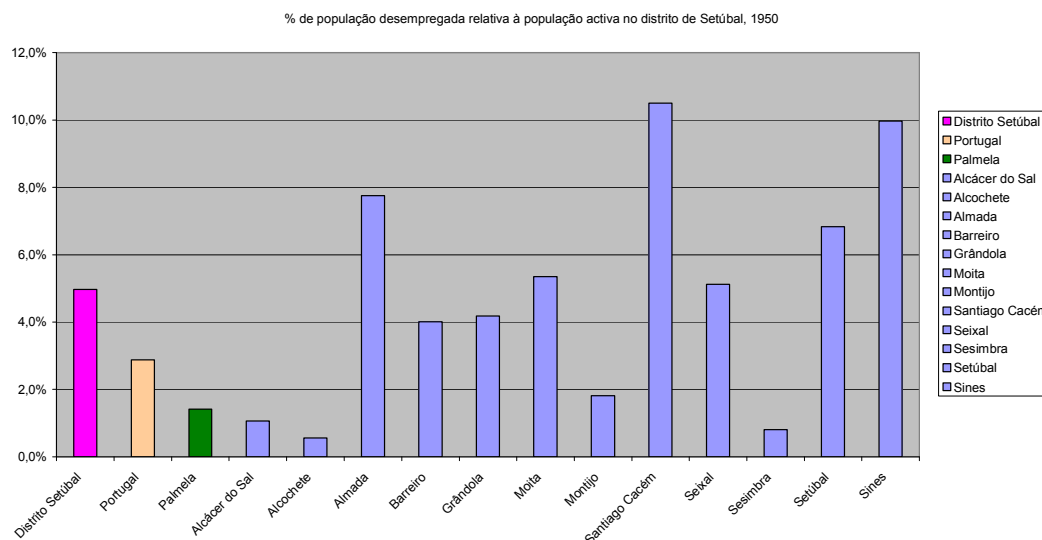
Mediante a observação do gráfico 21, percebemos que as crises de trabalho no concelho de Palmela “*não apresentam a acuidade de outras regiões do país*” (*Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela*, 1951:103), ou do próprio Distrito de Setúbal, como

<sup>130</sup> Sobre a alimentação ver: Cambournac; Simões, 1944.

<sup>131</sup> Ver Anexo II, Quadro 18 e 19.

Santiago do Cacém, Sines, Almada e Setúbal, onde o desemprego é bastante acentuado e, por isso, os conflitos e movimentos de oposição ao regime se tornam endêmicos.

**GRÁFICO 21: DISTRITO DE SETÚBAL, NÚMERO DE POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR CONCELHOS, 1950<sup>132</sup>**



Como atrás já aludimos é neste período que a oposição ao regime, nomeadamente através do apoio do Partido Comunista Português, cerra fileiras. A Sul, no Alentejo, onde os grandes latifúndios permanecem quase inalterados, as manifestações dos assalariados ganham particular amplitude e assiduidade.<sup>133</sup>

Mas a Sul encontra-se também a Península de Setúbal, onde se assiste a conflitos, nomeadamente em Pegões, Canha, Alcochete, Sines, Alcácer e Grândola. Anualmente, com a cadência dos ciclos agrícolas, assim acontecem os movimentos de luta. Concentrações pelo emprego no Inverno e greves pelo salário e melhoria de condições de trabalho no Verão (Pereira, 1983:138,220).

Em Palmela, o silêncio. Em nenhuma fonte encontramos qualquer referência a conflitos nos campos nas décadas de 40 e 50.

É certo que em 1960 há notícia de em Rio Frio ter acontecido uma manifestação de 400 trabalhadores, exigindo a melhoria das condições de trabalho. É também verdade que dois anos depois despertam outras manifestações em Palmela, Cabanas e Pinhal Novo, mas neste período os contextos já se encontram alterados. A implantação assertiva da indústria e as massivas vagas de emigrantes, esvaziam os campos conferindo ao trabalhador rural, maior

<sup>132</sup> Ver Anexo II, Quadro 21.

<sup>133</sup> Sobre este tema ver: Almeida, 2004; Fernandes, 2006 e Godinho, 1998.

possibilidade de exigir e ser ouvido. As regras que há séculos regem a gestão da terra, são, enfim, irremediavelmente alteradas.

Mas, neste período, o que silencia o trabalhador rural? A ser verdade a afirmação de Pacheco Pereira “*quando se resolve o problema do emprego “resolve” os problemas das lutas rurais*” (1983:228) o que podemos inferir da realidade local? Quem em Palmela a terra garante trabalho e sustento a todos os que o habitam? Quem é afectado pelas conhecidas “crises do vinho”?

Acreditamos que o silêncio presenciado neste território se deve, sobretudo, à posse da terra. Não esqueçamos que 50% do solo agrícola se encontra repartido por pequenos e pequeníssimos proprietários. Embora ainda necessitados do trabalho das jornas sazonalmente oferecido pelos proprietários das grandes herdades que, neste território, ainda ocupam 47% do solo, têm um complemento aos magros rendimentos. Já vimos as condições em que terra é trabalhada, bem como os constrangimentos que impõem a quem dela depende, mas como observa Pacheco Pereira (1983:233) “*se bem que o proletariado rural possa não desejar a posse individual da terra, nem por isso deseja mais o assalariado (...). Uma população marcada como ninguém pela insegurança do trabalho, pelo cortejo de iniquidades e dependências que o desemprego periódico trazia, não terá hesitação nenhuma em privilegiar toda a solução que garanta a segurança do emprego*”. Esta depende há tanto tempo e tão totalmente do salário que o abandono da condição do trabalho rural “*só parecia possível através do recurso à mendicância.*” (*ibidem*).

Em Palmela, apenas o silêncio.

Reclamar o quê, quando dos pequenos lotes de terra se tira sempre o que basta para subsistir?

Reclamar como, se, por força de um país mais repressivo, o pouco que se tem, constitui o tanto ou o tudo que se pode perder?

Reclamar para quê, quando a abundante mão-de-obra ainda não deixa ver aos “senhores da terra”, as dramáticas condições em que vive e labora o pequeno trabalhador?

Nas décadas de 40 e 50, a terra, fonte de salários, é, ainda, o factor mais importante. Está para breve o desenvolvimento uma política de fomento da indústria, que transforma esta realidade, mas neste momento, com os recursos que as gentes ainda não dispõem, a sua vida é regida por uma “*economia campesina*” que, como defende Pedro Hespanha (1994:65,66), lhes impõe os seguintes “*atributos básicos*”: elevada dependência dos recursos naturais e do esforço de trabalho necessário para cobrir os níveis básicos de subsistência; a impossibilidade de

controlar os elementos naturais, raramente permitindo a uma acumulação sustentada de excedentes; o trabalhar nas terras, como forma normal e mais importante ocupação reprodutiva de trabalho familiar, subordinando todas outras formas de ocupação e a garantia da subsistência dos produtores como preocupação dominante.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Chegados aqui, cabe-nos sublinhar os aspectos que, em nossa entender, respondem à pergunta que nos propusemos responder, assim que decidimos encetar caminho. Afinal, entre 1945-1958, em que medida a preponderância da cultura da vinha e do vinho se expressa neste território, tanto no solo, como na vida das gentes?

Pois bem, acreditamos que têm razão todos os que, na imprensa local, alertam para os perigos da continuidade das “crises do vinho”, não exageram os que não vislumbram uma estabilidade económica e social que não passe pelo apoio ao sector vitivinícola, nem tão pouco são irrealistas os que temem o aumento do desemprego, por força do crescimento da floresta.

Palmela, nas décadas de 40 e 50 tem um chão de 459 km<sup>2</sup>, com cerca de cerca de 17.792 ha de terra que “dá” uva, ocupando 71% do solo agrícola. Aqui trabalham 2.620 viticultores e mais de uma centena de milhar de braços que, durante o ano agrícola, acodem às diferentes exigências da videira. Deste fruto vivem 1.949 vinicultores. Uns e outros vivendo sujeitos às imposições do seu tempo, do seu espaço e da sua condição.

No tempo, as heranças de um percurso longo, trilhado desde meados do século XIX, que parte e reparte a terra, colocando-a a produzir. Não, não se trata aqui da colonização interna tão proclamada e defendida, que se instituiria por decreto, mas da “espontânea” que aqui foi acontecendo, apenas por força da vontade. Para uns, de rentabilizar a terra que possuem, dando-a em arrendamento, para outro, muitos, a necessidade de ter um chão, que os proteja dos magros vencimentos do trabalho das jornas ou do sempre presente drama do desemprego.

Neste período, 22.731 ha, 50% do território, mostra um rendilhado de pequenas courelas, fruto de arrendamentos, na sua maioria, já remidos. Em cada uma delas a presença de casas acanhadas rodeadas, sempre que existe água, por hortas e pomares, mas também, e sempre, independentemente das características do solo, de fileiras de videiras. Pequenas manchas de vinha, tratadas por “pequenos” e “pequeníssimos” proprietários, que unidas transformam o território concelhio num vastíssimo vinhedo. Aqui vive a maioria a população, dependente das uvas que possam vender e ou vinificar.

Neste tempo, a presença também de grandes herdades lembrando o passado da gestão da terra e os seculares latifúndios que ocupam ainda, 21.669 ha, ou seja 47% do solo. Referimo-nos às herdades de Rio Frio, Zambujal, Algeruz, Casa Palmela e Quinta da Torre. Antigas, extensas, produtivas e importantes fontes de salários. Aqui já não é a vinha que impera. Evidenciando já sinais da mudança que haverá de ocorrer, os seus proprietários revestem estas terras de pinhais, montados e eucaliptais, preparando-se para a implantação assertiva da indústria que se apressa em chegar.

Neste cenário, a agricultura, com 24.940 ha (54%) e a floresta, 20.509 ha (45%) disputam a ocupação do solo. O vinho, como sector protegido, pesem embora as limitações do plantio, alimenta a motivação para a plantação de videiras; o arroz, bastante lucrativo, invade os vastos paus e a importância económica da madeira e da cortiça estimula a manutenção e a instalação de grandes manchas de pinhal e montado de sobreiro. Mas, se a floresta e o arroz ganham espaço na grande propriedade, é a vinha que está presente nas pequenas courelas e na vida de quem as trabalha, sempre dependente também das condições do espaço.

Aqui, a natureza impõe, desde logo, as suas condições. Em solos maioritariamente arenosos, beneficiados com o clima mediterrânico, a videira, generosa, expande-se até onde a permitem ir. Durante o trabalho, a Sul os solos mais ricos, mas mais difíceis ao trato, contrastam com o Norte, onde as areias são mais dóceis à enxada e à charrua, mas menos férteis. O clima, sempre incerto, dá para bastante subtrair também. Se os meses das chuvas trazem a felicidade de ver os campos irrigados e o melhor desenvolvimento das plantas, demasiados dias chuvosos, impossibilitam a ida para os campos e o ganho das jornas, impondo a escassez, senão a pobreza. Já meses quentes, se oferecem as colheitas, bem como mais que comer, guardar, investir e trabalhar, o frequente risco da visita da humidade facilita o aparecimento de diferentes doenças. Nas plantas, o *oidio* e o *mildio* da vinha, prontas a destruir um ano inteiro de trabalho; nas gentes, a malária, sempre com força para lhes roubar a saúde ou a própria vida. Para os pequenos produtores de uva e de vinho tal determinismo é-lhes fatal.

Para além dessa dependência, as condições impostas pela dimensão. A instabilidade do sector e as flutuações do preço do vinho, lesam, em primeiro lugar, o pequeno viticultor que não tem outra opção que não seja aceitar o preço que o comprador entende ser o certo e o possível. Vinificar evitaria tal vulnerabilidade e prejuízo, mas construir e equipar uma adega é projecto a que apenas 555 dos 2.620 viticultores puderam aspirar. A escassez de lucro do pequeno viticultor não lhe permite tal investimento ou risco.

O vinho é produzido, principalmente, por pequenos e médios produtores (87%) que dependem igualmente de intermediários para escoar as suas produções privando-os do lucro que poderiam ter. Os desequilíbrios do mercado vão causando os seus danos e fazendo aumentar o coro dos acreditam na solução do cooperativismo e que, em 1958, acabam por constituir a Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal.

Neste contexto, para os grandes proprietários, a condição da posse da terra é a continuidade de uma herança e a possibilidade de viver com o desafio, que vai sendo permitido, quer pela política de baixos salários e estabilização dos preços dos produtos agrícolas, quer pela manutenção da antiga estrutura fundiária. Refiro-me, sobretudo, ao proprietário das grandes herdades.

Para os pequenos proprietários, ter terra significa por um lado uma bênção, porque uma conquista de algo que há muito lhe foi negado, mas também um castigo e uma escravatura, que mesmo em momento de maior precariedade o aprisiona à sua condição. Se têm agora um solo a que podem chamar seu, e onde esgotam todas as horas livres do trabalho do patrão, este não o sustenta. Constituem os “pequeníssimos” e os “pequenos” viticultores e vinicultores a quem os apoios da Junta Nacional do Vinho não chegam, nem socorrem as esperanças da cooperação. São estes trabalhadores que perpetuam o rosto do território e de quem falam tantos estudos que classificam de “atrasada” a agricultura no Estado Novo. Mas que outras alternativas existem?

- A terra é escassa, não pode retribuir em fruto e abundância, o que tanto o viticultor lhe ofereceu em esforço, votando-o à dependência das jornas dos proprietários das terras vizinhas. Mas há muita gente, demasiada, e escassez de trabalho tanto na terra, como fora dela.
- A uva, tão exigente em tratamentos e mão-de-obra, é vendida quase sem lucro. Mas será opção arrancar uma vinha à qual se dedicou dezenas de anos, quem sabe diferentes gerações, de muitos e zelosos cuidados? E se no ano seguinte a situação melhora? Arrancar, para voltar plantar o quê? Mesmo quando a vinha dá escasso lucro, é sempre mais vantajosa que deixar improdutivo uma terra na qual tanto se investiu, e que pouca capacidade tem para o desenvolvimento de outra cultura. Além disso, face à protecção estatal, o vinho encontra sempre comprador, logo as uvas, mesmo sem grande lucro, encontram o mesmo destino, garantindo o número de que as explorações agrícolas e o agregado doméstico carecem.

- A tecnologia é escassa, mas é também a adequado à dimensão da terra e ao nível de investimento que o seu proprietário pode fazer.
- Os salários são baixos e incertos. A sazonalidade dos trabalhos impõe a sua lei e nos meses de Dezembro e Janeiro não há sequer o que fazer. Mas existe alternativa? A estrutura fundiária assentou sempre na abundância de mão-de-obra, paga com salários baixíssimos e livres de concorrência. Perante esta situação os grandes proprietários usufruem das vantagens trazidas pelo acesso a uma mão-de-obra abundante e silenciosa.
- A dispersão geográfica da colonização do território concelhio é também um constrangimento à busca de trabalho fora da agricultura. Habitando espaços isolados, onde os acessos são maus e os meios de transporte inexistentes, qualquer opção ao trabalho da terra, pela distância, só seria consumada através da migração.

Mediante esta realidade, sem recursos, ou alternativas para esperar outra condição, o campesinato entrega-se ao que conhece e precisa: terra para viver e trabalhar. Aos olhos do regime, encontra-se no lugar certo. Está agarrado à sua terra, logo mais distante das “tentações” da emigração ou da oposição frontal ao regime e mais próximo das grandes herdades, onde constitui a mão-de-obra barata, necessária aos baixos preços dos produtos agrícolas. É suposto permanecer assim.

É a realidade aqui analisada, que mantém o país num “compasso de espera” entre a “ruralidade” que agora esmorece e a “industrialização” que se apressa em chegar. Este cenário irá mudar, mas neste período, ainda é a terra, a agricultura e a vinha que, como vimos, coloniza amplamente o solo e acolhe ou “aprisiona” grande parte da população.

Nos relatos de todos os agricultores, que connosco partilharam as suas memórias, igualmente no esforço de recordar a vida aqui descrita. Em todos os discursos, variações da mesma exclamação “*Deus nos livres a todos, de um dia esse tempo regressar!*”.

Chegados aqui importa também dizer que o presente estudo, deixa em aberto questões essenciais ao melhor conhecimento do tema.

Em primeiro lugar, importa notar que uma melhor compreensão dependerá sempre de um olhar mais amplo, que tenha em conta as dependências regionais e nacionais<sup>134</sup> e presente que, por detrás do “jogo” realizado pelas diversas forças aqui estudadas operam outros factores

---

<sup>134</sup> É fundamental o recurso às seguintes fontes: Inquérito Agrícola de Florestal, Plano de Fomento Agrário, 1950-1952, vols 212 a 224. Todos os concelhos do distrito de Setúbal foram inquiridos.



relevantes, tais como o comércio<sup>135</sup> e a “vontade social”, desenvolvida pela comunidade, “*cujos membros distribuem entre si o poder e a riqueza, de acordo com a sua capacidade de dominar o solo e os outros homens.*” (Cortazar, 1996:18). Aspectos intocados nesta dissertação.

Maior estudo merece a cultura do arroz<sup>136</sup>, fundamental para a economia regional, e a gestão dos “muito grandes prédios” como Rio Frio<sup>137</sup>, na Freguesia de Pinhal Novo, ou da Quinta da Torre<sup>138</sup>, na freguesia de Quinta do Anjo, tão útil ao conhecimento das formas de utilização da terra e da respectiva produtividade.

E terminada a reflexão, sendo verdade que muito ficou por analisar, aguardando este texto novas questões e interpretações, estamos certos de ter aberto mais janelas por onde se pode olhar e, sobretudo, agir sobre este lugar.

Num momento em que no nosso país se assiste à valorização da ruralidade como ferramenta para a promoção, nomeadamente turística e, com esse propósito, são desenvolvidas acções de salvaguarda com vista à sua preservação, importa preocuparmo-nos com o discurso associado. Hoje promovemos e perpetuamos a memória do rural mítico e bucólico, que o Estado Novo sempre encenou, ou o rural de quem realmente lá viveu, trabalhou e do qual tantos fugiram logo que o puderam fazer?

Mas não só, quando os trabalhos para o Ordenamento do Território assentam em planos, que impõem escolhas, não será importante conhecer plenamente o espaço em que se actua, sabendo identificar-lhe os signos e os sinais?

Julgamos que a função do historiador, sobretudo o dedicado às temáticas regionais e locais, é também criar ferramentas para o conhecimento e a interpretação, apoiando uma acção de desenvolvimento local sustentada na valorização da História e do Património das suas Gentes.

---

<sup>135</sup> Estudo dependente da salvaguarda e disponibilização dos arquivos institucionais (Instituto da Vinha e do Vinho) e empresariais (José Maria da Fonseca, Freguesia de Azeitão, Concelho de Setúbal; Casa Venâncio e Casa Quaresma, Freguesia de Quinta do Anjo, Concelho de Palmela; Casa Abel Pereira da Fonseca, (hoje Companhia Agrícola do Sanguinhal), no Bombarral.

<sup>136</sup> Com informação abundante em muitas fontes e estudos aqui analisados.

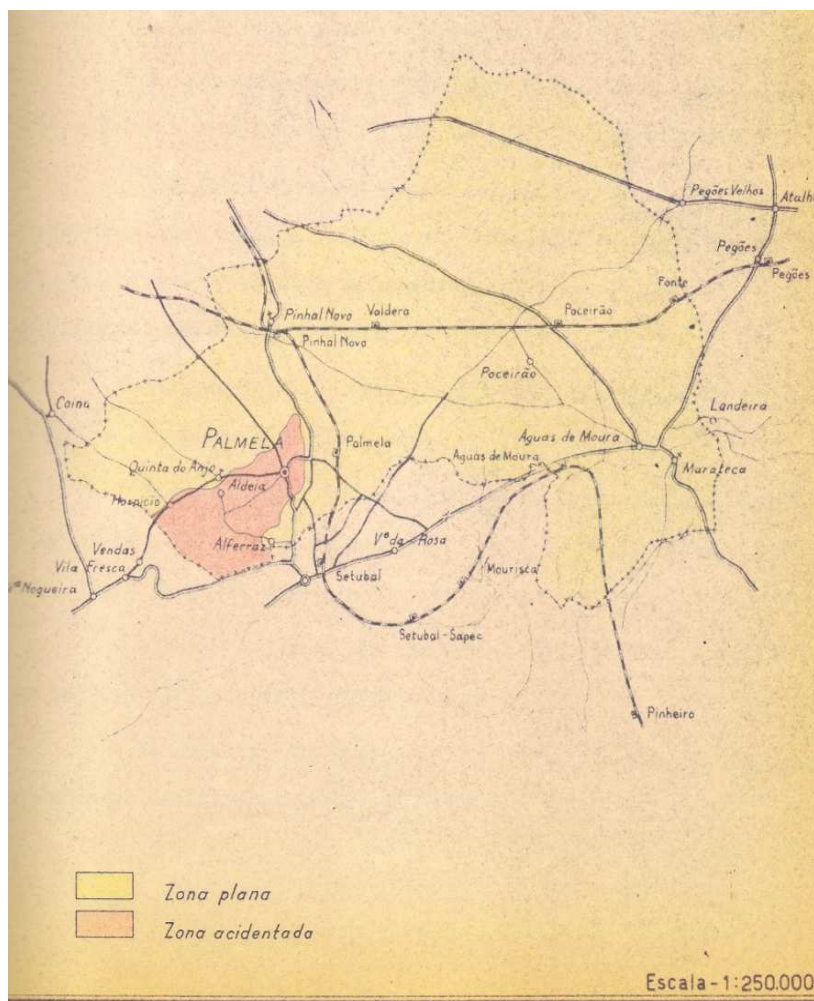
<sup>137</sup> Dispõe de séries documentais datadas de 1870 a 1916. Ver *Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal*, 1996.

<sup>138</sup> Ver: *Inquérito ao Colonos da Quinta da Torre, 1953.*

## ANEXOS

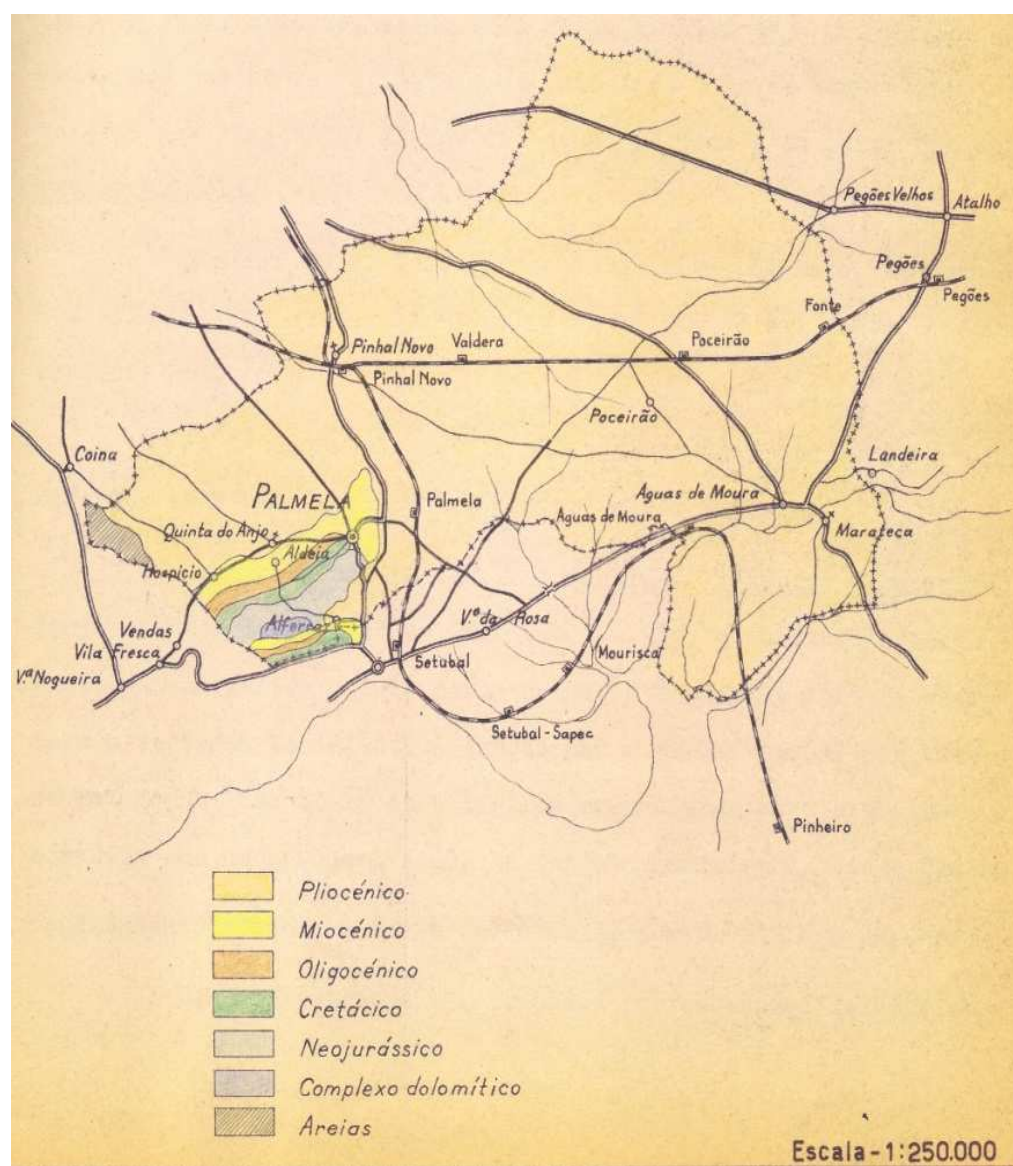
### I – Mapas

Mapa 1 – PALMELA – ZONAS OROGRÁFICAS – 1951



Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951)

Mapa 2 – PALMELA – ZONAS GEOLÓGICAS – 1951



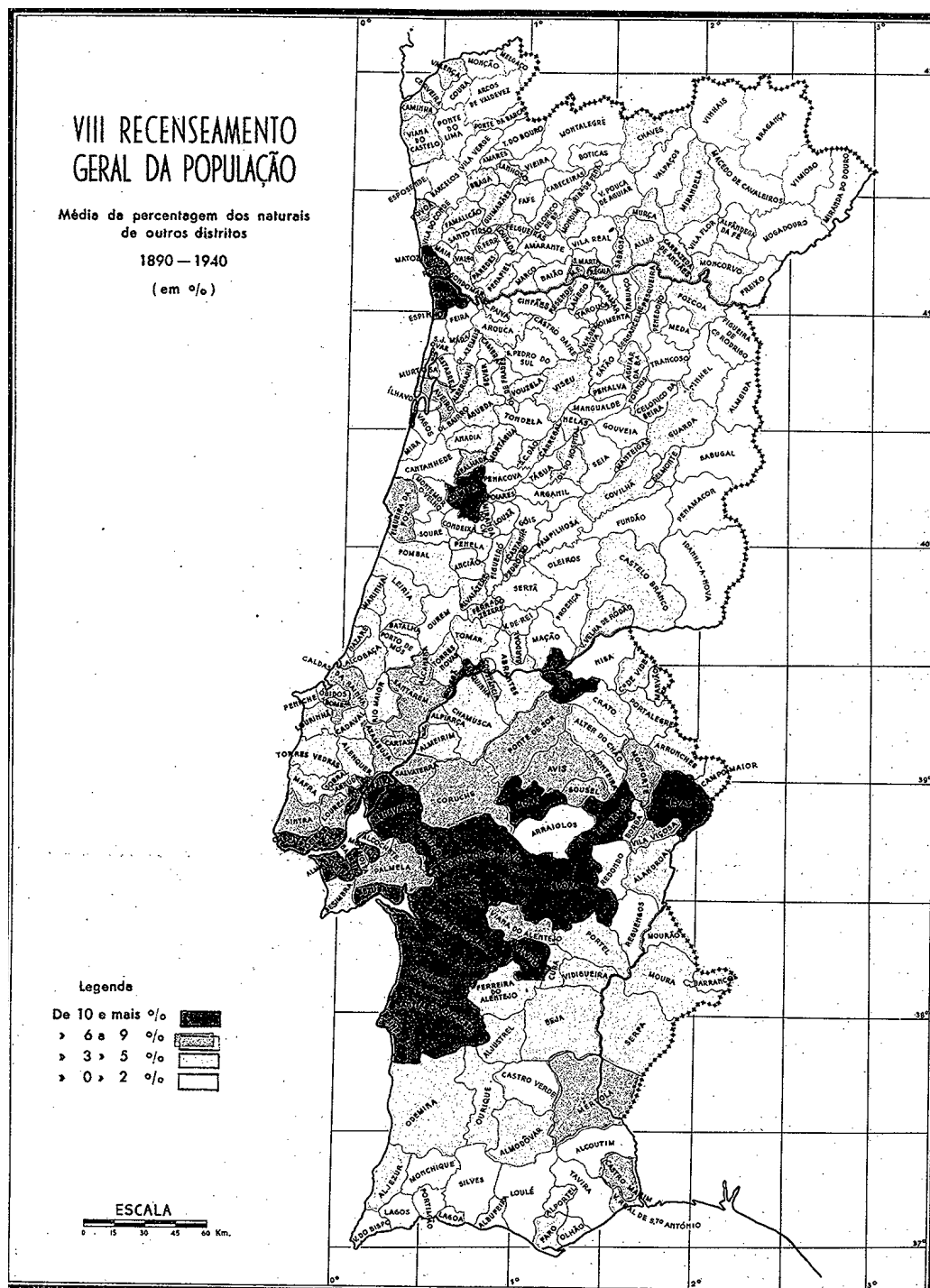
Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951)

[illegible]

110

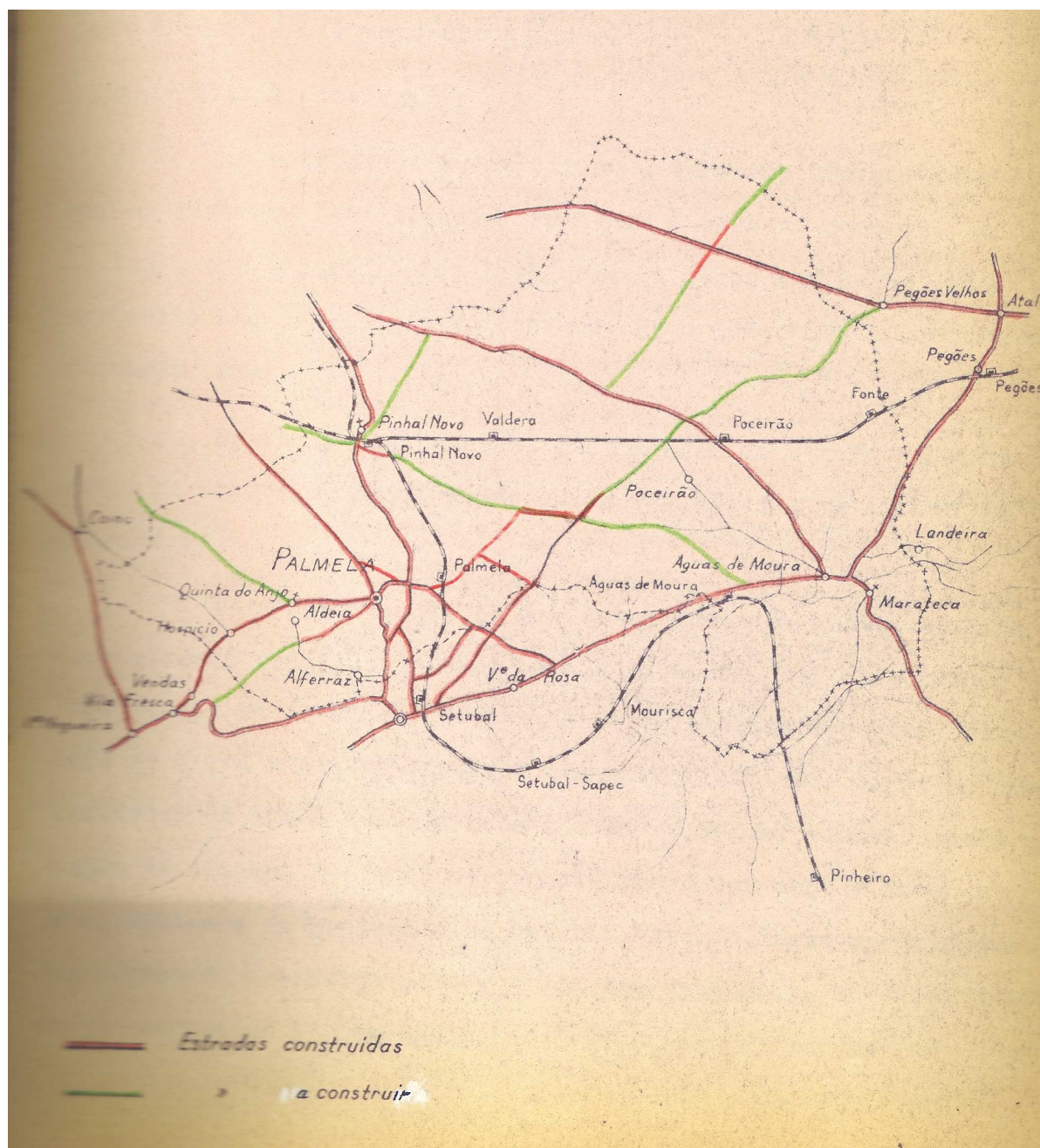


MAPA 4 – Mapa de Portugal – Média de Percentagem dos naturais de outros Distritos (1890-1940)



Fonte: (VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, 1946:149)

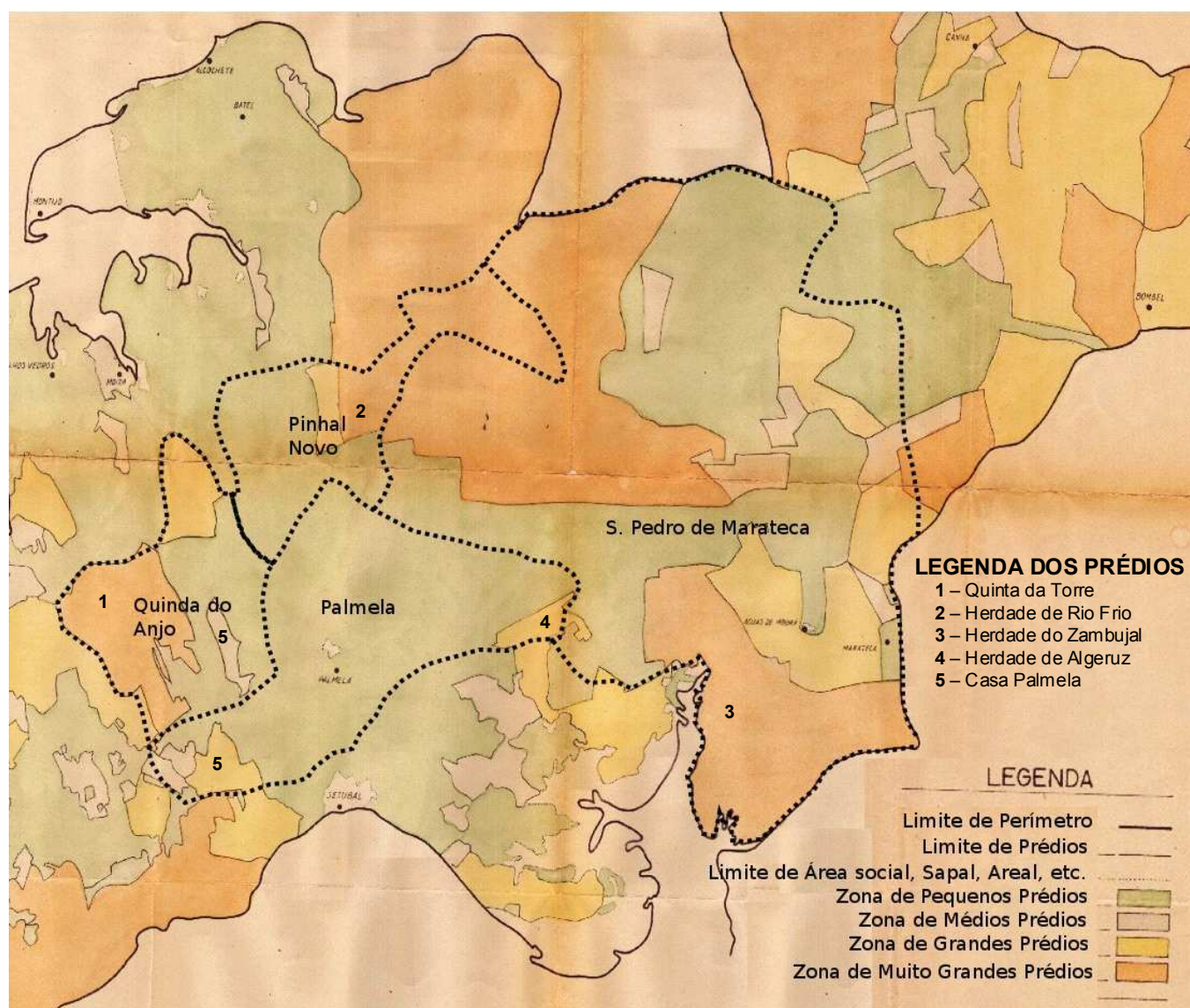
Mapa 5 – PALMELA – REDE DE ESTRADAS CONSTRUÍDAS OU A CONSTRUIR - 1951



Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951)



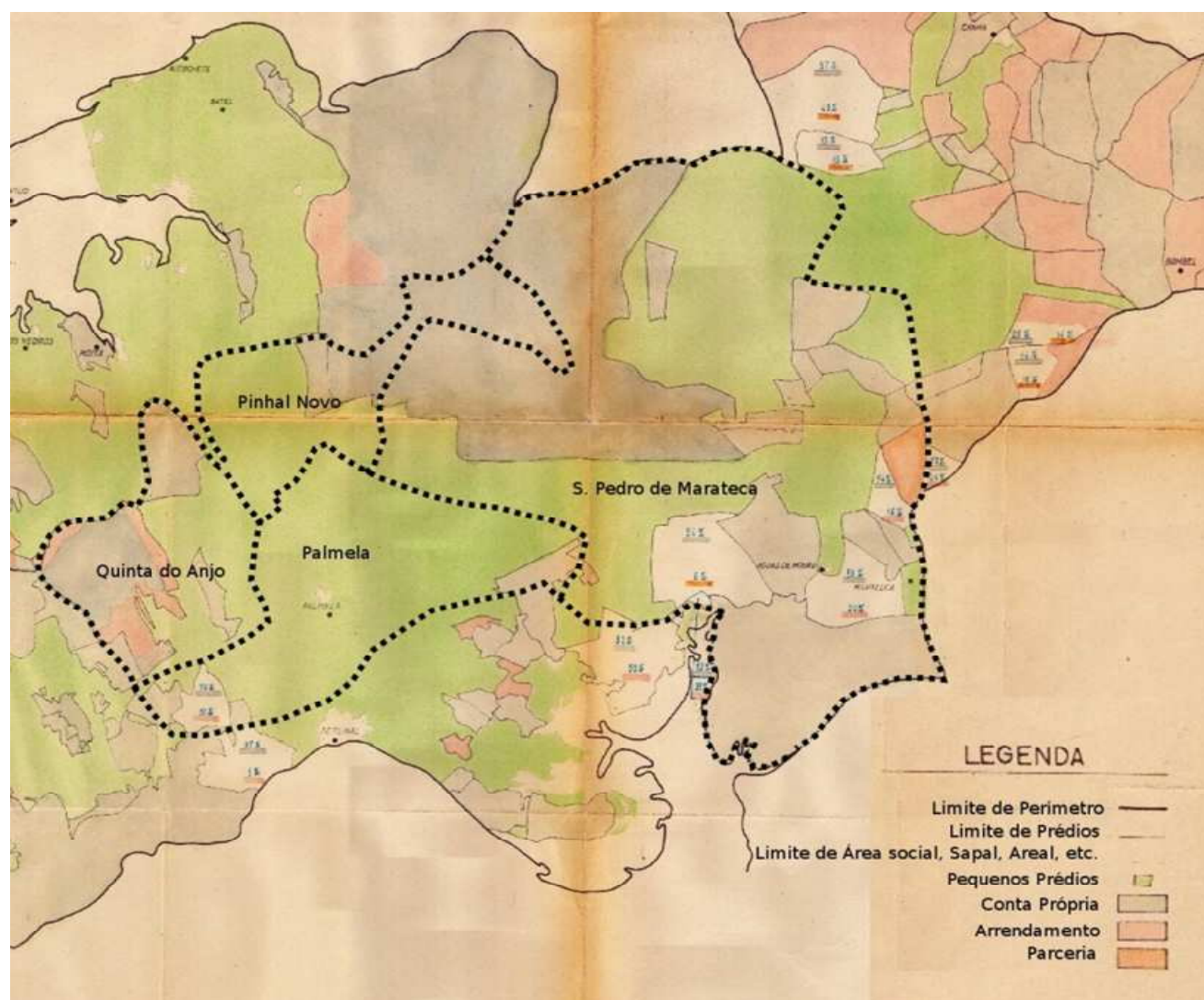
Mapa 6 – PALMELA: DIVISÃO PREDIAL – 1948



Adaptado de “Carta de Divisão Predial – Perímetro I”,

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948)

## MAPA 7 - DIVISÃO PREDIAL E FORMAS DE EXPLORAÇÃO - 1948

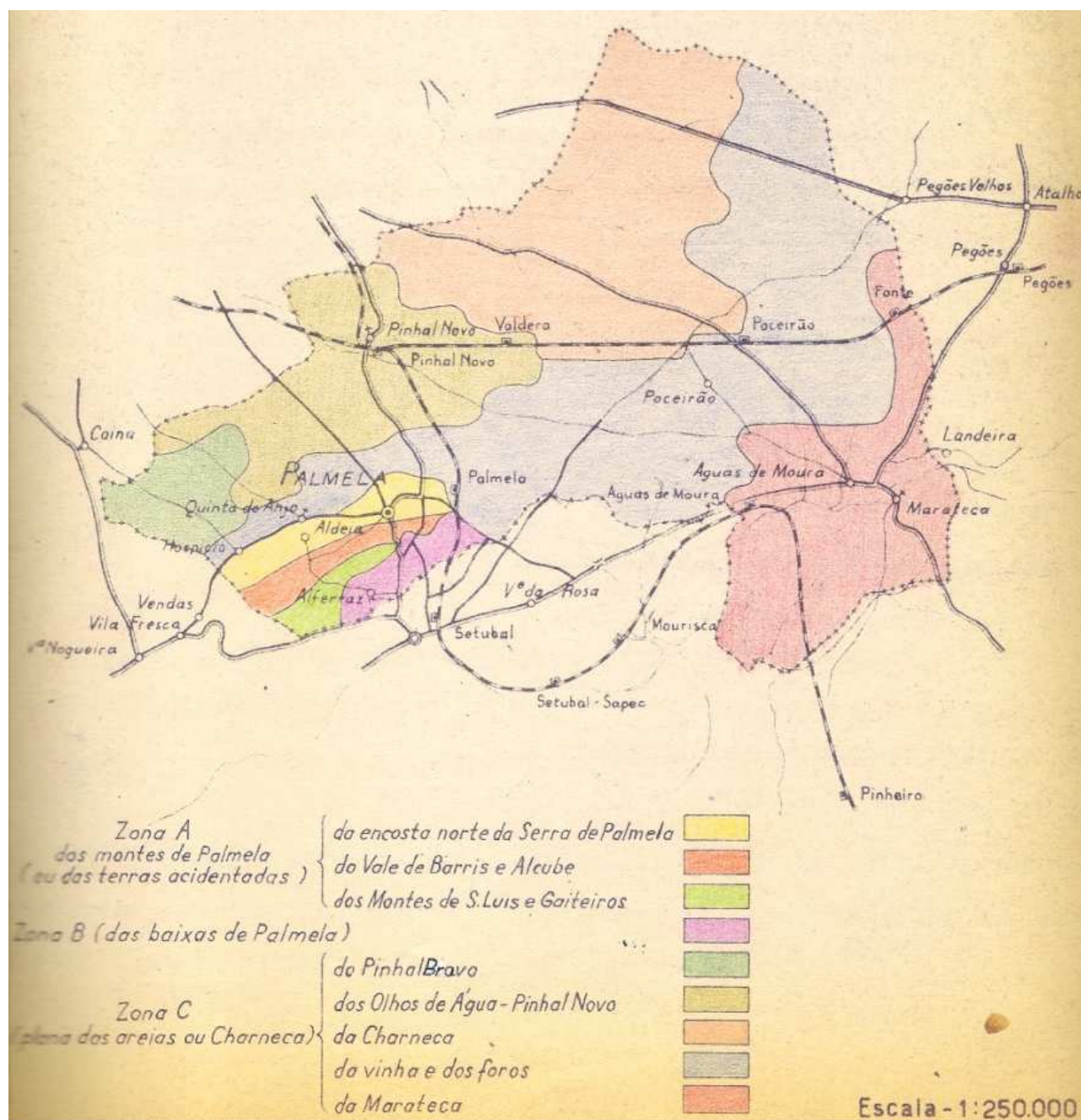


Adaptado de “Carta de Divisão Predial – Perímetro I”.

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948)



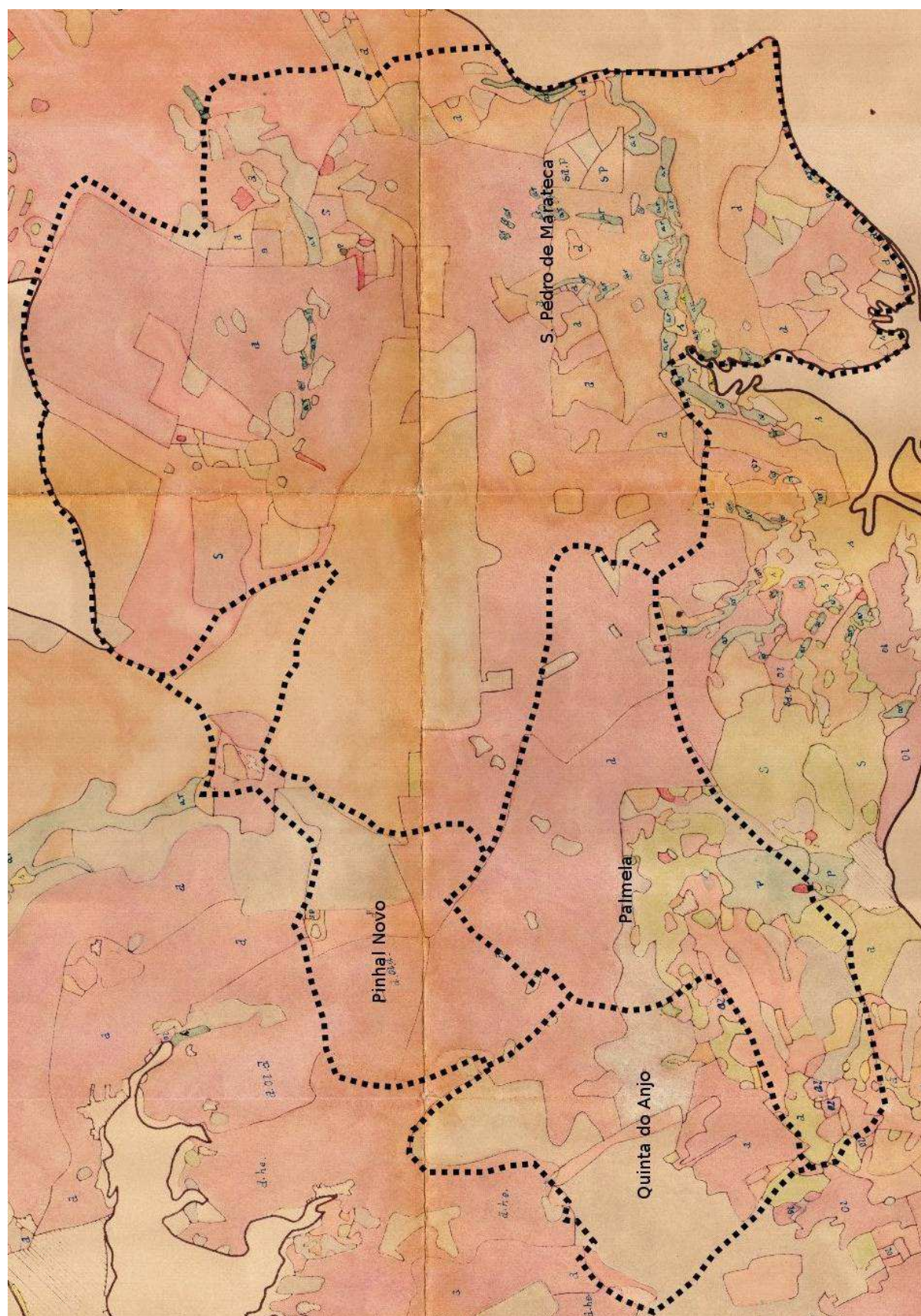
MAPA 8 – MAPA DE PALMELA – ZONAS AGRÁRIAS - 1951



Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951)



MAPA 9 – PALMELA: MANCHA DE CULTURAS, 1948































Adaptado da Carta: “Perímetro I Mancha de Culturas”.

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948)



LEGENDA - MAPA 9 – PALMELA: MANCHA DE CULTURAS, 1948

	Terra campá (Cultura arvence)		Vinha dispersa e Cult. Hort. Extensiva
	Regadio - Arroz		" e Olival disperso
	" - Horta		" e " " e Cult. Hort. Exten.
	" - Pomar		Olival com Sobro
	" - Horta e Pomar		Sobro com Pinhal
	Vinha		" disperso com Pinhaç
	Vinha dispersa		Incultos
	Olival		Sapal
	Olival - disperso		Areal
	Montado de Sobro		Salina
	" de Sobro disperso		Lagoas e Ribeiras
	" de Azinho		Área Social
	Pinhal		
	Eucaliptal		
	Vinha com Olival		
	Vinha com Sobro		

## ANEXO II - QUADROS

### Quadro 1 – Concelho e Palmela: Fertilidade da Terra, 1948

Boa fertilidade		Média Fertilidade		Má fertilidade		Areal, área social, sapal, etc		Área total
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	
2.982,72	6,5%	35.161,70	76,6%	7.725,72	16,8%	40	0,1%	45.910,20

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948:92)

### Quadro 2 – Concelho de Palmela: Distribuição Predial - 1948

Pequenos prédios (até 60 ha)		Médios prédios (de 60 a 250 ha)		Grandes prédios (250 a 1.000 ha)		Muito grandes prédios (mais de 1.000 ha)		Área social, sapais, areais, etc		Total
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)
22731	50%	1470,5	3%	5061,7	11%	16607	36%	40	0,1%	45910,2

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948: 109)

### Quadro 3 - Concelho de Palmela - Formas de Exploração, 1948

	Conta própria		Renda		Parceria		Total
Médios prédios (de 60 a 250 ha)	1.455,50	99,0%	8,00	0,5%	7,00	0,5%	1.470,50
Grandes prédios (250 a 1.000 ha)	4.502,77	89,0%	226,43	4,5%	332,50	6,6%	5.061,70
Muito grandes prédios (mais de 1.000 ha)	15.296,50	92,1%	1.240,00	7,5%	70,50	0,4%	16.607,00
<b>Totais</b>	<b>21.254,77</b>	<b>91,9%</b>	<b>1.474,43</b>	<b>6,4%</b>	<b>410,00</b>	<b>1,8%</b>	<b>23.139,20</b>

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948:119)

### Quadro 4 - Crescimento da População no Território de Palmela, 1864 a 1960

	Palmela (total)	Freg. Marateca	Freg. Palmela	Freg. Pinhal Novo	Freg. Quinta do Anjo	População de Portugal	% da população portuguesa residente em Palmela
1864	6.172					4.286.995	0,14%
1878	6.921					4.698.984	0,15%
1890	8.277					5.102.891	0,16%
1900	10.584					5.446.760	0,19%
1911	12.892					5.999.146	0,21%
1920	13.920					6.080.135	0,23%
1930	18.692	3.120	7.010	5.140	3.422	6.802.429	0,27%
1940	18.692	3.826	7.613	5.670	3.815	7.755.423	0,24%
1950	22.993	4.444	8.492	6.429	3.623	8.510.240	0,27%
1960	23.155	4.573	6.487	7.708	4.387	8.889.392	0,26%

Fonte: (X Recenseamento Geral da População, 1960: 78)

**Quadro 5: Palmela - nº de fogos por lugar, 1911, 1940, 1960**

	Fogos			População Presente		População Residente	Prédios
	1911	1940	1960	1911	1940	1960	1960
<b>Concelho de Palmela</b>	<b>2767</b>	<b>4838</b>	<b>7009</b>	<b>13728</b>	<b>20581</b>	<b>23155</b>	<b>7685</b>
<b>Freguesia da Marateca</b>	<b>271</b>	<b>778</b>	<b>1310</b>	<b>1585</b>	<b>3550</b>	<b>4573</b>	<b>1619</b>
Aqualva	9	19	19	24	69	41	27
Aqualva de Cima (h)	-	43	231	X	234	777	309
Águas de Moura	79	134	229	290	545	779	256
Asseiceira	36	81	227	262	414	791	257
Boa-Vista	3	n	8	12	n	24	8
Fernando Pó	X	X	35	X	X	92	47
Ferrarias (i)	3	6	11	8	20	54	11
Fonte Barreira	35	145	59	253	638	230	81
Forninho	19	52	102	145	240	343	118
Lagoa do Calvo (j)	49	97	141	341	412	517	176
Marateca	4	12	8	33	37	34	8
Marinho	X	X	21	X	X	82	21
Moinho do Castanheiro (l)	X	5	20	X	21	67	24
Moinho Novo	5	n	7	23	n	25	11
Monte Espirra	X	X	13	X	X	46	19
Pernada	X	X	10	X	X	36	13
Pinhal dos Santos	X	X	8	X	X	38	8
Poceirão	X	27	64	X	150	194	108
Reboredo	7	13	19	33	57	71	19
Sacholinha	X	X	8	X	X	35	8
Travassos	X	X	12	X	X	54	16
Zambujal	15	40	41	125	206	193	52
Outros lugares	7	77	..	36	408	..	..
Isolados	..	27	18	..	99	58	22
<b>Freguesia de Palmela</b>	<b>1238</b>	<b>1822</b>	<b>1988</b>	<b>5796</b>	<b>7661</b>	<b>6487</b>	<b>2120</b>
Aires (m)	39	52	123	194	219	447	136
Algeruz (*)	74	140	80	349	591	213	99
Baixa de palmela	21	16	114	106	68	434	116
Barris (n)	80	30	113	452	130	496	115
Batudes	23	37	53	86	156	236	53
Brejo do Assa	26	59	11	105	233	64	11
Cabeço Velinho	X	X	6	X	X	35	6
Cajados	X	170	86	X	717	330	90
Corredora	X	X	6	X	X	19	9
Lagameças	66	73	85	393	308	172	73
Lagoinha	35	53	31	152	224	107	43
Lau	X	X	87	X	X	319	85
Montinhoso	22	17	29	100	69	71	31
Mote Pavor	X	X	12	X	X	40	14

Palhota	X	10	39	X	43	162	42
Palmela	580	764	869	2509	3215	2515	925
Palmela-Gare (o)	X	17	48	X	83	165	53
Pedras-Negras	X	9	8	X	39	20	8
Samouco	X	7	5	X	30	16	5
Serra do Louro (*)	16	8	42	80	35	132	49
Valdera (*) (p)	X	12	7	X	51	18	7
Vale da Abrunheira	X	X	5	X	X	16	5
Vale de Marmelos	11	16	35	54	73	121	35
Vales	15	20	11	71	85	40	11
Venda do Alcaide (*)	X	X	32	X	X	105	32
Volta da Pedra	6	9	32	28	39	167	34
Outros lugares	137	..	..	622	..	..	..
Isolados	87	303	19	495	1253	54	33
<b>Freguesia de Pinhal Novo</b>	<b>723</b>	<b>1373</b>	<b>2429</b>	<b>3839</b>	<b>5588</b>	<b>7708</b>	<b>2617</b>
Abreu Grande	X	X	11	X	X	36	11
Arraiados	43	57	87	234	231	301	96
Brejo do Lobo (*) (q)	20	11	17	97	45	72	17
Carregueira	49	181	119	213	735	353	119
Cascalheira	37	43	188	190	175	631	194
Fonte da Vaca	76	142	169	405	577	600	169
Lagoa da Palha	34	203	253	166	825	803	295
Olhos de Água (*)	41	55	48	232	223	142	48
Palhota (*)	25	30	64	141	122	198	75
Penteado (*)	98	20	29	509	81	97	29
Pinhal Novo	60	215	805	263	873	2423	771
Rio Frio	62	90	110	543	365	403	175
Terrim	3	56	58	11	227	183	58
Valdera (*)	5	26	27	19	106	81	33
Vale do Alecrim	4	22	12	13	100	28	12
Vale da Vila	55	67	172	273	272	510	192
Venda do Alcaide (*)	111	152	244	530	617	760	307
Isolados	..	3	16	..	14	87	16
<b>Freguesia de Quinta do Anjo</b>	<b>535</b>	<b>865</b>	<b>1282</b>	<b>2508</b>	<b>3782</b>	<b>4387</b>	<b>1329</b>
Areias	10	n	27	48	n	104	28
Barra cheia (*)	82	69	34	404	374	236	34
Brejos carreteiros	12	13	24	55	54	73	24
Cabanas	150	260	449	697	1099	1 417	436
Carrasqueira	14	16	21	78	78	79	21
Formas	X	X	10	X	X	41	10
Olhos de Água (*)	X	51	42	X	205	267	42
Penalva (*)	X	X	16	X	X	48	16
Quinta do Anjo	267	380	610	1226	1 604	1934	643
Serra do Louro (*)	X	X	49	X	X	188	55
Isolados	..	76	..	..	368	..	..

- (\*) Sinaliza o lugar que pertença a mais de uma freguesia
- (h) Este lugar também é conhecido por Agualva de Baixo
- (i) Este lugar também é conhecido por Monte das Ferrarias
- (j) Este lugar também é conhecido por Fazendas da Lagoa do Calvo
- (l) Este lugar também é conhecido por Castanheiro
- (m) Este lugar também é conhecido por Bairro Aires
- (n) Este lugar também é conhecido por Barris
- (o) Este lugar também é conhecido por Estação do Caminho de Ferro
- (p) Este lugar também é conhecido por Val da Era
- (q) Este lugar também é conhecido por Brejo dos Macacos

Fonte: (X Recenseamento Geral da População, 1960: 467 a 468)

#### Quadro 6 – Concelho de Palmela - Aproveitamento do solo - Cultura Agrícola, 1948

Área total concelho	45.910,20	Percentagem em relação à área total do concelho	Percentagem em relação à área total da Cultura Agrícola
Terra campá	5.090,87	11,1%	20,4%
Olival	1.079,75	2,4%	4,3%
Olival disperso	167	0,4%	0,7%
vinha	9.730,13	21,2%	38,9%
Vinha-olival	797,87	1,7%	3,2%
Vinha-olival disperso	839	1,8%	3,4%
Vinha dispersa	6.425,00	14,0%	25,7%
Pomar	6,25	0,0%	0,0%
Horta-pomar	364	0,8%	1,5%
Arrozal	510,75	1,1%	2,0%

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948: 126)

#### Quadro 7 – Concelho de Palmela - Aproveitamento do Solo – Cultura Florestal, 1948

Área total do concelho (ha)		45.910,20
Percentagem em relação à área total da cultura florestal	Sobro	51,8%
	Sobro disperso	6,0%
	Sobro-Vinha	0,8%
	Pinhal	37,4%
	Pinhal sobro	36,0%
	Eucaliptal	0,4%
Área total da cultura florestal (ha)		20.509,08
Percentagem em relação à área total da cultura florestal		44,7%

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948: 128)

**Quadro 8 – Concelho de Palmela - Aproveitamento do solo – terras sem aproveitamento agrícola ou florestal - 1948**

Área total do concelho (ha)		45.910,20
Percentagem em relação à área total da cultura florestal	Incultos	22,2%
	Sapal	39,8%
	Salinas	2,4%
	Areal	-
	Lagoas e ribeiras	23,7%
	Área social	11,9%
Área total dos terrenos sem aproveitamento agrícola - florestal (ha)		461,50
% em relação à área total do concelho		1,0%

Fonte: (Plano de Colonização do Perímetro I – Península de Setúbal, 1948:129)

**Quadro 9 – Concelho de Palmela - Produção Agrícola por Cultura, 1944 a 1958**

	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Trigo	9338	10238	11073	9681	8828	9613	13889	13292	12223	16540	16560	11200	12500	20770	19730
Milho	8269	6073	17191	12383	11460	8293	24980	24593	26538	13345	17967	11478	12200	6407	6340
Centeio	1116	1324	2339	3015	2212	2777	3610	3240	3827	3887	8978	2791	3519	3562	3630
Arroz	12387	11765	12752	13993	14741	15362	19664	19672	18690	20419	21604	24057	21276	22381	33836
Aveia	5054	1985	7720	7050	3629	4,827	5203	5583	5912	5840	7456	5173	7291	5468	2674
Cevada	2400	2952	5763	4773	3176	3367	5167	4230	4,149	3549	3,904	2733	3901	1628	1062
Fava	1057	421	3781	2736	2306	625	1341	1050	1080	1312	1181	940	1064	975	3512
Feijão	972	323	1221	1157	1630	1093	1260	1171	1343	1085	798	768	888	357	307
Grão-de-bico	264	227	897	725	825	413	371	370	240	340	272	286	415	349	370
Batata	18923	9462	21793	14709	24971	13700	16251	15621	9647	14690	16160	14983	11222	14550	11995
Vinho	142581	92669	57919	92747	68386	56383	128739	155923	52031	208226	179714	217419	209938	191974	150480
Azeite	1187	1645	31	3432	80	5824	1	5447	548	6075	377	2905	1904	4883	728

Fonte: (Estatísticas Agrícolas, 1944 a 1958)



**Quadro 10 – Distrito de Setúbal – Movimento dos Preços por Cultura, 1944 a 1958**

Escudos	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Trigo	2,6	2,6	2,81	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97	2,97
Milho	2,24	2,5	2,33	2,8	3,1	2,55	2,46	2,52	2,72	2,53	2,27	2,44	2,31	2,38
Centeio	2,07	2,96	2,22	2,32	2,62	2,45	2,28	2,32	2,43	2,4	2,34	2,4	2,36	2,33
Arroz (em casca)	2,26	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,71	2,56	2,56	2,56
Aveia	2,23	1,63	1,22	1,78	2,25	1,82	1,42	1,73	1,81	1,8	1,91	2,5	1,92	3,6
Cevada	2,32	2,21	1,68	1,97	2,27	2,01	1,86	1,94	2,02	1,95	1,95	2,35	2,07	1,94
Fava	4,32	3,02	2,2	2,14	2,79	2,24	1,86	1,89	1,97	2	1,98	2,18	4	4,03
Feijão	6,23	9,65	3,82	3,96	5,54	4,91	3,87	3,31	4,53	5,12	4,03	4,03	4,04	4,25
Grão-de- bico	7,08	8,99	5,4	3,73	4,12	4,08	3,33	3,23	4,5	4,79	4,13	4,12	2,07	2,55
Batata	1,63	2,71	1,3	1,13	1,61	1,29	1,96	1,06	1,13	1,09	1,07	1,06	0,84	1,12
Vinho	1,89	3,85	2,07	2,35	2,39	2,52	2,38	3,43	2,58	1,73	1,75	1,97	2,63	3,32
Azeite	10,49	12,26	11,83	12	11,96	11,92	11,82	11,86	11,73	11,91	12,15	12,23	12,22	12,35

Fonte: (Estatísticas Agrícolas, 1944 a 1958)

**Quadro 11 – Concelho de Palmela - Classificação dos Viticultores por formas de exploração, 1952**

Freguesias	Proprietários		Rendeiros		Proprietários e Rendeiros		Comerciantes		Totais	
	Prod. de uvas (kg)	%	Prod. de uvas (kg)		Prod. de uvas (kg)		Prod. de uvas (kg)			
Palmela	13001051	79,70%	3175860	19,5%	61390	0,4%	79440	0,5%	16317741	47,04%
Marateca	6603340	95,70%	175270	2,5%	116700	1,7%	6000	0,1%	6901310	19,89%
Pinhal Novo	8299155	99,30%	56950	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	8356105	24,09%
Quinta do Anjo	1982403	63,60%	652841	20,9%	468871	15,0%	13300	0,4%	3117415	8,99%
Totais	29885949	86,10%	4060921	11,7%	646961	1,9%	98740	0,3%	34692571	100%

Fonte: (Almeida, 1952:20)

**Quadro 12 – Concelho de Palmela - Número de Cepas e Tipos de Castas, 1952**

Freguesias	Cepas moscatéis		Cepas brancas		Cepas tintas		Totais
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Palmela	48221	0,2%	1606893	7,6%	19518886	92,2%	21174000
Marateca	13256	0,1%	406746	4,6%	8483912	95,3%	8903914
Pinhal Novo	144954	1,3%	1027274	9,5%	9604535	89,1%	10776763
Pinhal Novo sem Santos Jorge	4954	0,1%	255274	3,9%	6294535	96,0%	6554763
Quinta do Anjo	4648	0,1%	297491	6,1%	4540913	93,8%	4843052
totais	216033	0,4%	3593678	6,9%	48442781	92,7%	52252492

Fonte: (Almeida, 1952:27)

**Quadro 13 – Concelho de Palmela - Classificação dos Viticultores por destino imediato das uvas, 1952**

	vinificação	%	venda	%	vinificação e venda	%	Totais	%
Palmela	6842115	41,90%	8837996	54,20%	637630	3,90%	16317741	47,04%
Marateca	3649622	52,90%	2883994	41,80%	367694	5,30%	6901310	19,89%
Pinhal Novo	4598628	55,00%	3749477	44,90%	8000	0,10%	8356105	24,09%
Quinta do Anjo	998541	32,00%	1985174	63,70%	133700	4,30%	3117415	8,99%
<b>totais</b>	<b>16088906</b>	<b>46,40%</b>	<b>17456641</b>	<b>50,30%</b>	<b>1147024</b>	<b>3,30%</b>	<b>34692571</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: (Almeida, 1952:35)

**Quadro 14 – Concelho de Palmela - Viticultores por Freguesia e recurso a Adega, 1952**

Freguesias	Viticultores com adega		Viticultores sem adega		Totais	
	nº	%	nº	%	nº	%
Palmela	207	7,90%	894	34,12%	1101	42,00%
Marateca	109	4,16%	313	11,95%	422	16,10%
Pinhal Novo	106	4,05%	470	17,94%	576	22,00%
Quinta do Anjo	133	5,08%	388	14,81%	521	19,90%
<b>Totais</b>	<b>555</b>	<b>21,18%</b>	<b>2065</b>	<b>78,82%</b>	<b>2620</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: (Almeida, 1952:40)

**Quadro 15 – Concelho de Palmela - Produtores de vinho, por Freguesia e Classes de Produção, 1944**

Produtores	S. Pedro de Palmela	Pinhal Novo	S. Pedro de Marateca	Quinta do Anjo	Total	Classes de Produtores		
500	2	5	3	22	32	447	22,9%	Pequénisimos
1000	21	10	8	46	85			
1000	22	23	14	42	101			
2000	30	26	16	36	108			
2500	38	25	24	34	121			
3000	35	23	20	24	101	438	22,5%	Pequenos
3500	35	32	15	22	103			
4000	28	18	17	17	80			
4500	34	31	9	21	95			
5000	22	13	10	14	59			
7500	115	75	55	52	297	820	42%	Médios
10000	77	67	27	20	191			
15000	112	46	41	27	226			
20000	57	22	19	8	106			
30000	45	28	24	4	101			
40000	31	13	16	4	63	237	12%	Grande
50000	16	4	6	1	27			
75000	13	5	9	3	30			

100000	7	-	2	-	9			
150000	2	-	4	-	6			
200000	1	-	-	-	1			
250000	1	-	2	-	3	7	0%	Muito grandes
300000	-	-	-	-	-			
400000	-	-	-	-	-			
400000	3	1	-	-	4			
<b>SOMA</b>	<b>746</b>	<b>466</b>	<b>340</b>	<b>397</b>	<b>1949</b>	<b>1949</b>	<b>100,0 %</b>	
	<b>38,3%</b>	<b>23,9%</b>	<b>17,4%</b>	<b>20,4%</b>				

Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951:73)

#### Quadro 16 – Palmela – População Activa Agrícola segundo a situação na Profissão, 1950

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Patrões-proprietários	443	33	476	6,7%
Patrões-rendeiros	43	5	48	0,7%
Patrões	2	0	2	0,0%
Isolados proprietários	481	97	578	8,2%
Isolados-rendeiros	47	6	53	0,8%
Isolados	4	0	4	0,1%
Empregados	105	13	118	1,7%
Assalariados	4639	732	5371	76,1%
Pessoas de família	382	17	399	5,6%
Não remunerados	11	2	13	0,2%
<b>Total</b>	<b>6157</b>	<b>905</b>	<b>7062</b>	<b>100%</b>
<b>%</b>	<b>87%</b>	<b>13%</b>	<b>100%</b>	

Fonte: (IX Recenseamento Geral da População, 1953:190)

#### Quadro 17 - Concelho de Palmela - Distribuição Anual da Necessidades de Mão-de-obra, 1940

<b>Meses</b>	<b>Percentagem em relação ao total anual de dias/homem nas culturas de:</b>										
	<b>Trigo</b>	<b>Aveia</b>	<b>Cevada</b>	<b>Centeio</b>	<b>Milho</b>	<b>Arroz</b>	<b>Batata</b>	<b>Feijão</b>	<b>Batata-doce</b>	<b>Vinha</b>	<b>Montado</b>
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	18	26	30	-	-	31	67
Março	29	-	-	-	-	4	29	42	-	-	-
Abril	-	-	-	-	22	-	14	25	-	16	-
Maio	-	31	29	-	35	-	-	19	15	4	-
Junho	18	-	-	29	-	21	27	-	-	-	-
Julho	4	5	4	4	3	28	-	-	17	-	33
Agosto	11	14	13	13	-	-	-	7	17	-	-
Setembro	-	-	-	-	10	3	-	7	8	-	-
Outubro	20	29	31	33	12	8	-	-	-	17	-
Novembro	18	21	23	21	-	-	-	-	43	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-

Fonte: (As Areias Pliocénicas do Sul do Tejo, 1940: 385)

**Quadro 18 – Distrito de Setúbal - Salários Rurais (Homens), 1944 a 1958**

	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
<b>Cereais e Legumes</b>														
Cava ou lavra	22,25	21,70	21,94	20,90	24,79	23,76	23,53	23,95	24,54	29,89	25,35	25,81	26,19	27,92
Sementeira	17,75	19,40	22,11	21,04	23,31	23,21	23,51	23,64	23,82	23,82	24,40	26,26	25,90	28,81
Monda	22,00	23,50	20,55	21,24	23,60	22,79	23,52	23,25	22,50	21,90	21,52	22,26	21,62	25,63
Sacha e amontoa	19,10	24,22	20,93	21,71	27,01	24,75	24,40	26,17	25,14	25,55	25,33	26,69	27,61	31,77
Rega	15,50		20,65	21,14	24,74	24,62	24,79	25,73	24,49	26,31	26,54	25,31	27,09	29,01
Ceifa	19,30	25,41	23,39	22,77	23,50	22,76	23,29	23,53	24,54	28,27	25,91	26,45	26,74	26,69
Colheita	16,70	21,61	21,81	22,84	24,32	24,58	28,48	24,88	25,71	25,15	26,17	27,03	28,17	26,87
Debulha	17,25	24,58	23,75	23,08	25,35	23,89	22,90	23,53	23,16	24,74	24,00	23,81	26,30	24,53
Malha	21,50	26,00	22,49	22,21	25,31	25,86	23,78	24,16	24,36	25,21	27,17	25,38	26,90	25,22
<b>Tuberculos e Bolbos</b>														
Cava ou lavra	22,25	21,70	22,01	21,06	26,65	23,93	24,02	27,66	23,98	25,45	26,19	26,97	27,80	28,82
Sementeira ou plantação	15,85	16,60	22,48	20,33	23,93	24,48	24,03	24,46	24,20	25,90	26,48	26,97	28,90	30,79
Sacha e amontoa		18,00	22,75	22,02	27,00	25,25	26,25	26,05	26,28	26,25	27,71	27,58	30,46	30,01
Arranque		20,50	21,60	21,36	22,58	26,57	26,57	25,97	27,35	26,03	29,49	27,08	29,12	32,16
<b>Vinha</b>														
Plantação	18,00	21,50	23,62	21,43	28,56	25,17	26,17	27,47	23,83	26,83	26,67	26,89	29,22	31,67
Enxertia	20,35		28,73	26,74	28,25	28,42	27,43	29,45	24,65	26,38	28,42	29,41	31,47	30,33
Cava	17,25	20,00	25,28	22,64	25,98	24,46	25,44	24,36	24,53	24,30	24,47	26,20	27,32	28,95
Empa	18,00	19,00	23,35	21,70	22,83	24,44	22,59	21,89	23,07	21,25	21,43	25,56	X	25,50
Poda	16,85	20,05	19,22	20,29	23,87	23,97	23,43	23,83	22,06	22,32	22,64	23,80	24,49	26,49
Tratamentos	18,15	22,85	27,10	22,85	25,06	25,46	25,07	24,94	24,27	25,11	24,91	24,91	26,56	27,79
Vindima	15,30	22,20	19,60	20,82	24,95	24,11	25,17	23,63	24,61	24,13	24,70	27,03	24,95	27,37
<b>Olivais e árvores de frutos</b>														
Plantação			21,24	20,88	28,08	24,53	26,40	27,00	22,85	26,42	27,42	27,58	28,14	29,25
Limpeza ou poda	18,00	20,75	24,10	20,90	25,41	27,61	25,24	25,82	24,40	26,41	25,71	27,35	27,60	22,46
Varejo de azeitona	16,15	18,30	23,01	20,30	24,85	24,50	24,36	21,23	23,94	23,43	24,41	23,16	25,11	23,23
<b>Pinhais, soutos e montados</b>														
Desbastes e cortes			23,73	23,79	28,67	27,67	28,68	28,51	29,82	27,52	27,56	28,55	30,06	32,60
Limpeza de árvores	15,35	20,30	24,06	23,52	21,50	27,31	28,19	27,50	25,96	32,26	28,94	28,02	27,96	27,38
Roça de mato			20,74	21,58	24,27	25,16	26,00	26,80	26,93	26,77	27,44	26,66	27,21	26,46
<b>Trabalhos diversos</b>														
Hortícolas	15,35	20,90	22,02	20,81	24,62	23,28	23,31	23,83	24,01	24,54	24,57	24,98	25,57	28,09
Gerais	15,00	19,60	21,13	20,51	25,40	24,01	24,15	23,73	24,24	24,77	24,66	25,51	26,29	27,55

Fonte: (Estatísticas Agrícolas, 1958)

**Quadro 19 – Distrito de Setúbal - Salários Rurais (Mulheres), 1944 a 1958**

	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
<b>Cereais e legumes</b>														
Sementeira	9,50	10,45	11,48	10,70	14,96	14,41	14,53	14,51	14,38	14,64	13,88	15,45	14,75	17,03
Monda	13,35	13,05	11,88	11,77	13,59	12,95	14,26	12,92	13,12	14,55	14,05	14,03	12,79	15,81
Sacha e amontoa	11,50	13,40	11,23	12,19	16,22	14,38	13,51	15,38	14,00	15,31	13,73	15,38	15,14	17,10
Rega	8,00		11,05	11,33	16,04	15,25	14,78	15,79	14,93	16,24	15,46	15,60	15,81	17,19
Ceifa	11,20	14,71	12,80	12,86	14,98	13,97	13,31	13,51	14,21	16,18	14,97	15,83	15,33	15,04
Colheita	9,00	12,20	11,73	12,11	14,83	X	15,17	14,80	15,00	16,50	15,69	16,34	14,44	15,33
Debulha	10,35	12,85	12,14	11,86	16,00	18,25	12,88	14,40	12,65	15,09	12,39	13,60	14,59	13,71
<b>Tuberculos e bolbos</b>														
Sementeira ou plantação	8,65	9,65	11,80	10,36	14,32	15,20	14,28	15,45	14,80	15,11	15,39	15,58	15,20	16,77
Sacha e amontoa		10,00	12,38	11,28	15,25	14,37	17,50	14,50	15,59	15,63	15,56	16,23	16,42	16,53
Arranque			11,87	11,60	16,33	15,35	16,75	15,95	17,12	14,83	18,57	16,20	17,14	19,46
<b>Vinha</b>														
Tratamentos	9,85	12,20	13,55	12,55	13,29	14,58	13,33	13,92	12,92	14,17	14,38	16,17	17,50	18,63
Vindima	8,95	11,70	10,03	10,90	13,64	12,78	13,47	12,30	13,67	13,52	12,69	15,24	15,09	15,19
<b>Olivais e árvores de frutos</b>														
Apanha	10,25	11,30	12,61	11,03	13,23	11,33	12,96	11,35	11,47	12,61	13,13	13,31	14,66	13,91
<b>Trabalhos diversos</b>														
Hortícolas	8,30	11,00	11,57	10,75	14,67	13,64	13,84	14,07	14,55	14,53	14,13	14,57	14,75	16,52
Gerais	8,35	10,40	11,07	10,67	14,52	13,00	13,80	13,57	13,98	14,28	14,39	14,48	15,49	16,20

Fonte: (Estatísticas Agrícolas, 1958)

**Quadro 20 - Concelho de Palmela - Variação Salarial Mensal por Género, 1951**

Meses	Homens			Mulheres		
	Máximo	Médio	Mínimo	Máximo	Médio	Mínimo
Janeiro	25\$00	20\$00	17\$00	24\$00	18\$00	10\$00
Fevereiro	25\$00	20\$00	18\$00	24\$00	20\$00	12\$00
Março	27\$00	22\$00	18\$00	22\$00	18\$00	12\$00
Abril	27\$00	22\$00	18\$00	22\$00	18\$00	12\$00
Maiο	27\$00	23\$00	20\$00	20\$00	18\$00	12\$00
Junho	26\$00	22\$00	20\$00	20\$00	16\$00	12\$00
Julho	26\$00	22\$00	20\$00	22\$00	16\$00	12\$00
Agosto	26\$00	21\$00	20\$00	20\$00	14\$00	12\$00
Setembro	32\$00	23\$00	20\$00	20\$00	18\$00	16\$00
Outubro	28\$00	22\$00	18\$00	20\$00	16\$00	14\$00
Novembro	24\$00	20\$00	17\$00	20\$00	16\$00	12\$00
Dezembro	25\$00	20\$00	17\$00	18\$00	12\$00	12\$00

Fonte: (Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Palmela, 1951:99)

**Quadro 21 – Distrito de Setúbal – n.º de População Activa e Desempregada por Concelho, 1950**

	<b>População activa</b>	<b>População desempregada</b>	<b>% de População desempregada</b>
<b>Distrito Setúbal</b>	<b>136.483</b>	<b>6.784</b>	<b>5,0%</b>
Palmela	9.214	130	1,4%
Alcácer do Sal	11.656	124	1,1%
Alcochete	3.562	20	0,6%
Almada	16.806	1.303	7,8%
Barreiro	12.422	498	4,0%
Grândola	8.882	371	4,2%
Moita	7.435	398	5,4%
Montijo	12.127	220	1,8%
Santiago Cacém	12.618	1.325	10,5%
Seixal	8.527	437	5,1%
Sesimbra	5.997	48	0,8%
Setúbal	22.951	1.567	6,8%
Sines	3.441	343	10,0%
<b>Portugal</b>	<b>3.196.482</b>	<b>91.970</b>	<b>2,9%</b>

Fonte: (IX Recenseamento Geral da População, 1950)

## ANEXO III – ICONOGRAFIA

### 3.1 - HABITAÇÃO



Foto 1 – Casal, Concelho de Palmela, 1953. Autor: Maria da Conceição Ribeiro Antunes.

Fonte: (Antunes, 1953)



### 3.2 – ADEGAS E ARMAZÉNS



Foto 2 – “*Um dos armazéns desta importante casa*”, Adega Venâncio da Costa Lima, Quinta do Anjo, 1931. Autor: não identificado.

Fonte: (Portugal Exportador, 1931)



Foto 3 – “*Um trecho da grande adega*”, Adega Venâncio da Costa Lima, Quinta do Anjo, 1931. Autor: não identificado.

Fonte: (Portugal Exportador, 1931)



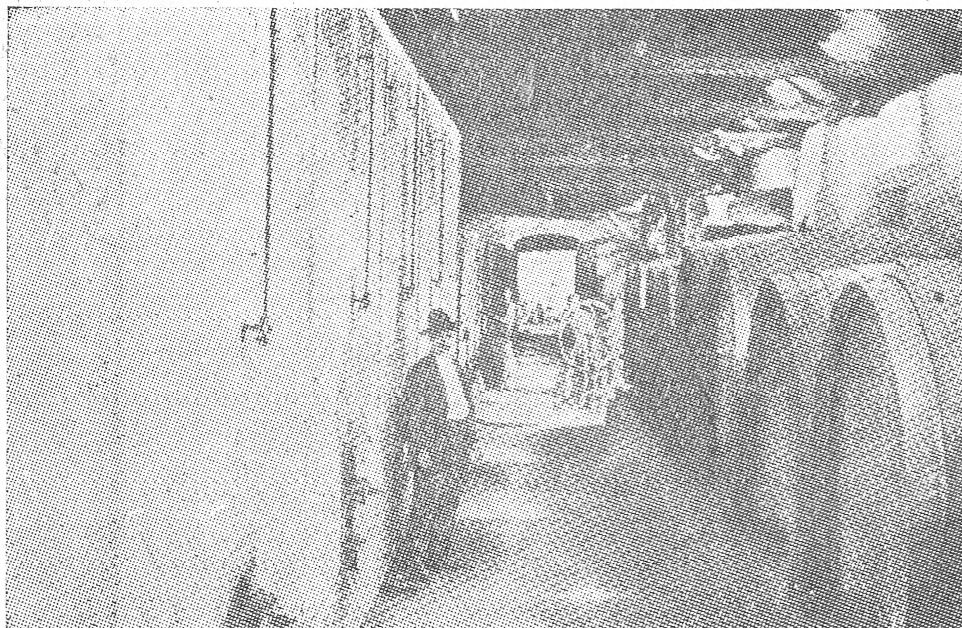


Foto 4 – “*Um aspecto da adega*”, Armazém de vinhos de António da Costa Quaresma e José Martins Quaresma, Quinta do Anjo, 1931. Autor: não identificado.

Fonte: (Portugal Exportador, 1931)



Foto 5 – “*Um do modernos mecanismo de vinicultura*”, Armazém de vinhos de António da Costa Quaresma e José Martins Quaresma, Quinta do Anjo, 1931. Autor: não identificado.

Fonte: (Portugal Exportador, 1931)

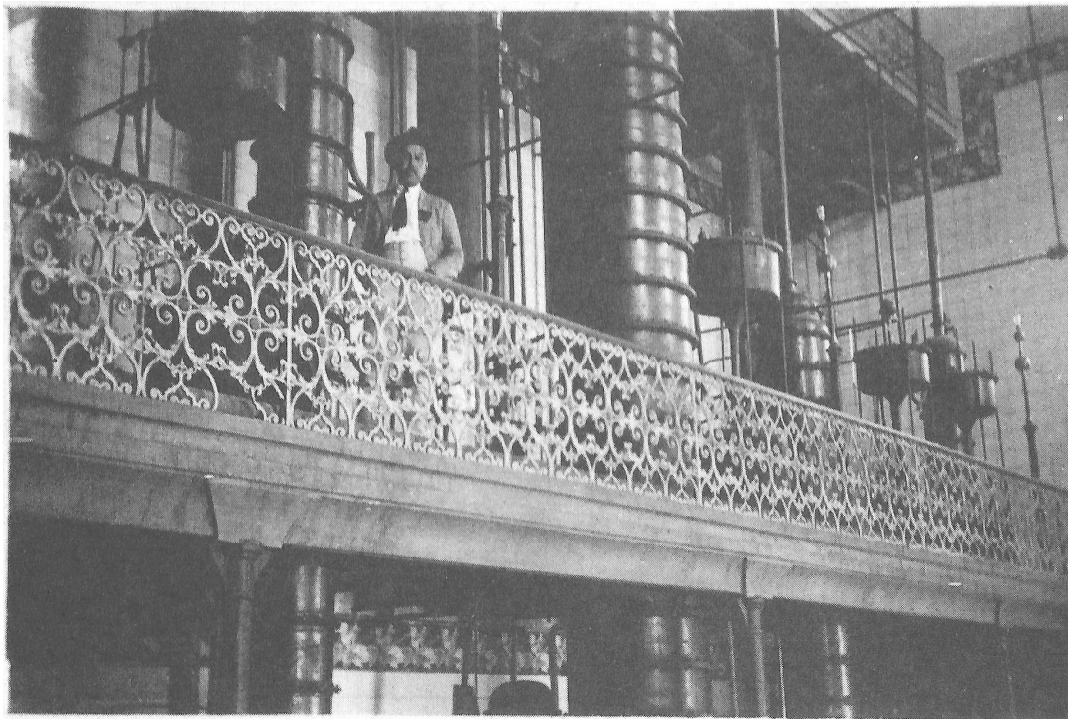


Foto 6 – Casa da Destilação, Adega da Herdade de Rio Frio, Pinhal Novo, Palmela, 1932.  
Autor: não identificado.

Fonte: (Cabrita, 2006)

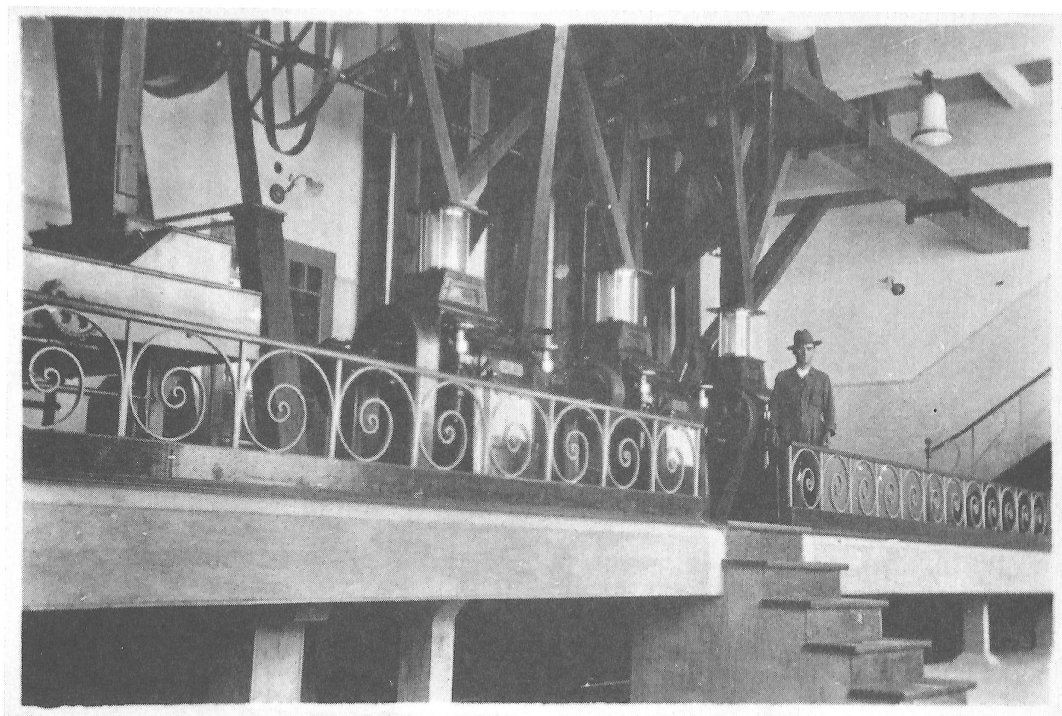


Foto 7 – Peneiras, Condensador e Filtros, Adega da Herdade de Rio Frio, Pinhal Novo, 1932.  
Autor: não identificado.

Fonte: (Cabrita, 2006)

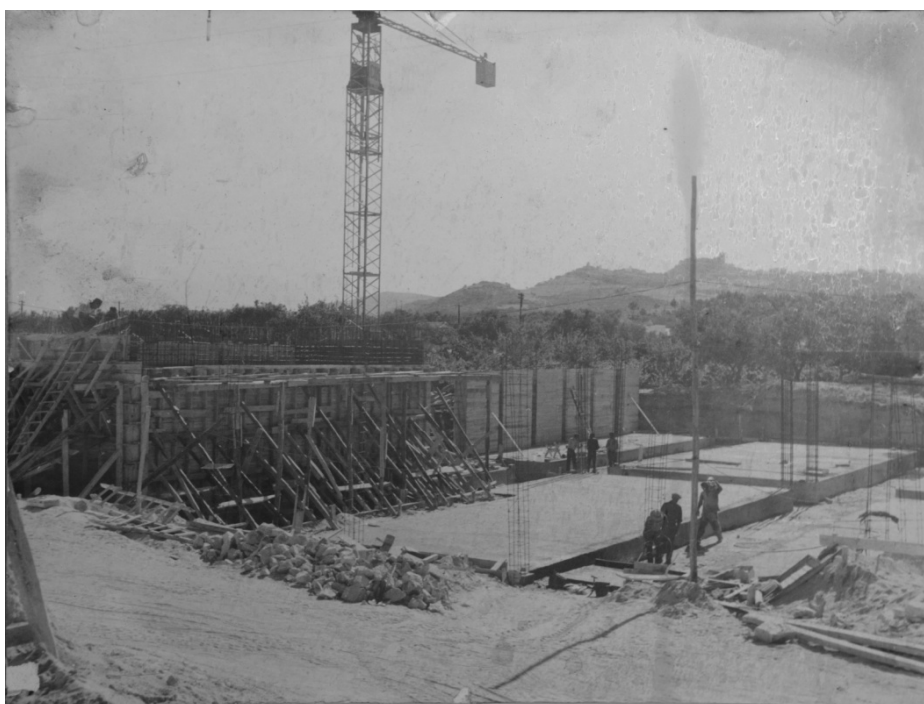


Foto 8 - Construção da Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, Palmela, 1957. Autor: não identificado.

Fonte: Colecção da Adega Cooperativa de Palmela, 2008.



Foto 9 - Transporte do Vinho na Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, Palmela, Década 50, séc. XX. Autor: não identificado.

Fonte: Colecção da Adega Cooperativa de Palmela, 2008.



### 3.3 – Viticultura



Foto 10 - Mobilização da Terra, 1953-1954. Autor: Jacinto Augusto Pereira.

Fonte: (Pereira, 1953-1954)



Foto 11 - Empa das Videiras, Palmela, 1953-1954. Autor: Jacinto Augusto Pereira.

Fonte: (Pereira, 1953-1954)





Foto 12 – “Grupo de “Caramelos” fazendo a sua refeição duante um periodo de repouso nos trabalhos da cava da vinha”, Pinhal Novo, 1953. Autor: Maria da Conceição Ribeiro Antunes.

Fonte: (Antunes, 1953)



Foto 13 - Sulfatar a Vinha, Palmela, 1953-1954. Autor: Jacinto Augusto Pereira

Fonte: (Pereira, 1953-1954)



Foto 14 - Transporte da água para o Sulfato, Palmela, 1953-1954. Autor: Jacinto Augusto Pereira

Fonte: (Pereira, 1953-1954)



Foto15 - Rancho da Vindima, Palmela, 1945. Autor: Ruy Emygdio Guedes Salgado

Fonte: (Salgado, 1945)



Foto 16 - Pesagem das uvas com balança de Pilão, Palmela, 1945. Autor: Ruy Emygdio Guedes Salgado.

Fonte: (Salgado, 1945)

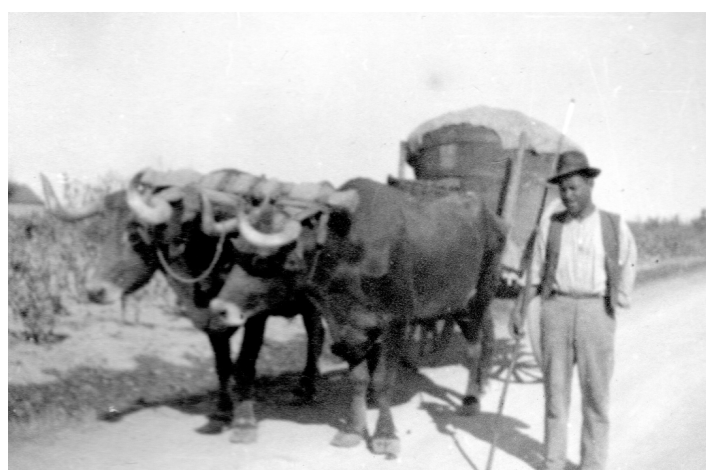


Foto 17 - Transporte das uvas, Palmela, 1945. Autor: Ruy Emygdio Guedes Salgado.

Fonte: (Salgado, 1945)





Foto 18 – Chegada à Adega, Palmela, 1945. Autor: Ruy Emygdio Guedes Salgado.

Fonte: (Salgado, 1945)

### **3.4 – Condições de Vida dos Ranchos**



Foto 19 - Toca de um casal, Águas de Moura, década de 40, séc. XX. Autor: Maria Porfina Fernandes das Neves.

Fonte: (Neves, 1947)



Foto 20 - Palhota de um casal, Águas de Moura, década de 40, séc. XX. Autor: Maria Porfina Fernandes das Neves.

Fonte: (Neves, 1947)



Foto 21 - Palheiro, Águas de Moura, década de 40, séc. XX. Autor: Maria Porfina Fernandes das Neves.

Fonte: (Neves, 1947)



Foto 22 – “O “Quartel” de Rio Frio, e alguns dos “Ratinhos”, que nele habitam”, Pinhal Novo, 1953. Autor: Maria da Conceição Ribeiro Antunes.

Fonte: (Antunes, 1953)



Foto 23 - Interior de um Quartel, Águas de Moura, década de 40, séc. XX. Autor: Maria Porfina Fernandes das Neves.

Fonte: (Neves, 1947)



Foto 24 - Interior de um Quartel, Águas de Moura, década de 40, séc. XX. Autor: Maria Porfina Fernandes das Neves.

Fonte: (Neves, 1947)

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1 - FONTES ESCRITAS

#### 1.1 – ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

*Casa Palmela, correspondência de Henrique Huz Mouchet, Lisboa, 1º de Julho de 1855, IANTT, ACP, Microfilme, 5672, Caixa 115, fol., 276 e 277.*

*Mapa Geral dos rendimentos de todos os bens e propriedades em Portugal Casas de Palmela e Póvoa, organizado em 31 de Agosto de 1854, IAN/TT, ACP, Microfilme 5672, Caixa 115, fol.242.*

*Relação de Bens de que se compõem o morgado da Fonte do Anjo, instituído por Francisco Coelho Cardoso e sua Mulher Ana Mendes, do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela. D. Domingos de Sousa Holstein, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol.905.*

*Correspondência de Venâncio da Costa Lima, para o Governador Civil de Setúbal, 12 de Junho 1933, IAN/TT, AUN, MC - 127 A, 44, fols 175 e 176.*

#### 1.2 - BIBLIOTECA NACIONAL

ADÃO, Cabral (1953), *Flores do Rio Azul*, Setúbal: Edições da Tipografia Simões.

CAMBOURNAC, José C. (1942), *Sobre a Epidemiologia do Sezonismo em Portugal*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

Catálogo da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930), Lisboa: Fama Publicidade.

CORVO, João de Andrade (1881), *Da Água para as Regas*, Lisboa: Editora Empreza Commercial e Industrial Agrícola.

*Cultura do Arroz em Portugal e sua influencia na Saúde Publica apresentada a sua Excelência o Sr. Ministro dos Negócios do Reino, pela Comissão creada por portaria de 16 de Maio de 1859 (1860), Lisboa: Imprensa Nacional.*

FRANCO, António Porto Soares (1938), *O Moscatel de Setúbal*, Lisboa: Editorial Império.

*Memória da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1857), tomo II, parte I, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

“Monographia do Concelho de Setúbal”(1911), *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, Décimo anno, n.º 1, Lisboa: Imprensa Nacional.

*Portugal Exportador*, Revista Comercial, Industrial e Turística, n.º 5, 1931

Relatório acerca da Arborisação Geral do Paiz (1868), Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias

Secretariado de Informação Nacional (1953), *O Pensamento de Salazar. O Plano de Fomento, Princípios e Pressupostos*, Lisboa.

União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal (1944), *É Preciso Poupar Sulfato de Cobre!* Lisboa: Sociedade Astória, lda.

### **1.3 – BIBLIOTECA DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA**

“A Importância económica da cultura do arroz no Distrito e Setúbal, pelo Ex.mo Engenheiro Agrónomo Afonso Gago da Silva, dos Serviços Técnicos da Comissão Reguladora do Comercio do Arroz” (1949), in *Setúbal e os problemas da sua Economia*, Ciclo de Conferencias promovido pelo Grémio do Comercio de Setúbal, Setúbal: Edição do Grémio do Comercio de Setúbal.

AMADOR, Lúcia Maria Cesteiro (2002), *Ameaças e Oportunidades do Montado de Sobro na Península de Setúbal*, Relatório do Trabalho Final do Curso de Engenharia Florestal, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

MAGALHÃES, José Miranda (1965), *Dos Ranchos Migratórios*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

MORAIS, Paulo (1889), *Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Lisboa: Imprensa Nacional.

NEVES, Maria Porfina Fernandes das (1947), *Subsídio para o estudo da Orizicultura, níveis de vida, região do vale do Sado*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

#### **1.4 – BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE ÉVORA**

ALMEIDA, Edomeu Graciano da Cruz (1952), *Contribuição para o estudo duma Adega Cooperativa na Região do Moscatel de Setúbal*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

ALVIM, António Joaquim de São Paio de Sousa (1953), *Custos de Produção da Uva e do Vinho na Região do Moscatel de Setúbal*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

CALDAS, Eugénio Queiroz de Castro (1943), “Aspectos do Habitat Rural na Mancha Pliocénica ao Sul do Tejo”, in *Problemas de Colonização, I – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, Lisboa: Ministério da Economia.

MASCARANHAS, Henrique Alvos Pires de (1944), *Empresa Agrícola Familiar nos Brejos da Península de Setúbal (subsídios para o estudo económico-agrícola)*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

PEREIRA, Jacinto Augusto (1953-54), *Vinhos e Vinhas da Região Demarcada do Moscatel de Setúbal*, Relatório de Fim de Curso, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

VACAS, Francisco José Louro (1955), *A Cultura do Arroz no Vale do Sado*, Relatório Final do Curso, Évora: Escola de Regentes Agrícolas de Évora.

#### **1.5 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS - BIBLIOTECA DA AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL –**

AZENHAS, Joaquim Abrantes (1950), *Estudos de Solos Florestais, Caso do Montado de Sobreiro e do Pinhal em Manchas Graníticas (da serra de Sintra) e Pliocénicas (Do Rio Frio)*, Relatório Final do Curso de Engenheiro – Silvicultor, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

BARBOSA, João da Maia (1955), *Contribuição para o Estudo Fito-Sociológico dos Pinhais de Azeitão*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Silvicultor, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

LUPI, José Samuel (1961), *Estudo Económico Comparativo do Montado Alinhado e Disperso da Herdade de Rio Frio*, Relatório Final do Curso do Engenheiro Silvicultor, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

MARCELINO, A. Marques da Cruz (1964), *Contribuição para o estudo Fitogeográfico do concelho de Palmela*. Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

PEDRO, José Gomes Pedro (1941), *A vegetação natural e semi-natural da Península de Setúbal. Subsídios para um ensaio de ecologia agrícola e florestal*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

#### **1.6 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS - ARQUIVO DO INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO I.P.**

*Boletim dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica do Comércio e da Indústria* (1937), n.º 3, Lisboa.

GREGÓRIO, António Lopes (1943), *Relatório da Campanha de Assistência Técnica na Área da União Vinícola dos Moscatéis de Setúbal*.

SALGADO, Ruy Emygidio Salgado (1945), *Campanha de Assistência Técnica, Região Vinícola do Moscatel de Setúbal*, Relatório do Regente Agrícola.

*Segunda Memória sobre os Processos de Vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do Continente do Reino* (1868), Lisboa: Imprensa Nacional.

União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1952, 1954 e 1955*.

União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Orçamento Ordinário da Receita para o ano Económico de 1953 e 1954*.

#### **1.7 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS – BIBLIOTECA DA TAPADA DA AJUDA**

*Inquérito Agrícola e Florestal, Concelho de Palmela* (1951), Lisboa: Plano de Fomento Agrário.

*As Areias Pliocénicas do Sul do Tejo, seu Estudo Económico e Social* (1940), Lisboa: Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia.



*Causas Determinantes da Crise da Lavoura, XIII Região Agrícola - Setúbal (1958)*, (Relatório em cumprimento da circular da D.G.S.A n.º 139 – 6/MCP/” de 28 – 8 – 1958), Lisboa: Junta de Colonização Interna.

*Contributo para a Humanização dos Ranchos Migratórios (1956)*, Lisboa: Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia.

*Inquérito aos Colonos da Quinta da Torre, Concelho de Palmela e de Setúbal (1953)*, , Lisboa: Junta de Colonização Interna , Ministério da Economia.

*Inquérito Económico – Agrícola à Região de Pegões, Aspecto Geral, Técnica Cultural (1939)*, Lisboa: Junta de Colonização Interna , Ministério da Economia.

*Inquérito Económico – Agrícola à Região de Pegões*. Monografias de explorações agrícolas na sub-região de Pegões Velhos Craveira do Norte, Pontal, Fonte e Lagoa do Calvo (1939), volume V, Anexo 4, , Lisboa: Junta de Colonização Interna , Ministério da Economia

*Plano de Colonização do Perímetro 1, Península de Setúbal (1948)*, , Lisboa: Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia.

*Reconhecimento dos Baldios do Continente (1940)*, Vol. II, Lisboa: Imprensa Portugal – Brasil.

SUSPIRO, Manuel Ferreira (1951), *Níveis de Vida e Alimentação do Rural de Coruche*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

## **1.8 - ARQUIVO DA EMPRESA CASA VENÂNCIO DA COSTA LIMA – QUINTA DO ANJO**

*Relatório de Contas*, Grémio da Lavoura, 1945, 1946, 1948.

*Memória Explicativas da Administração da Câmara Municipal de Palmela, nos anos de 1937 a 1945*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

## **1.9 - MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**

*Estatutos do Sindicato Agrícola do Concelho de Palmela*, Setúbal: Tipografia REIS &CORREIA, sd.

*Memória Explicativa da Administração da Câmara Municipal de Palmela, nos anos 1937 a 1945 (1945)*, Setúbal: Tipografia do Sado.

CAMPOS, Maria Leonor (2005), Exposição Temporária “*O Centenário de D. Gregorio Gonzalez Briz - 1904.2004*”, Museu Municipal/Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha, Câmara Municipal de Palmela. (policopiado)

CAMPOS, Maria Leonor Campos (2005), “*A Herdade de Algeruz: História e Património – 1846.1986*”, Palmela: Câmara Municipal de Palmela. (policopiado)

*Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal* (1996), Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

### **1.10 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA**

ANTUNES, Maria da Conceição Ribeiro (1953), *Contributo para o Estudo das Migrações Internas na Península de Setúbal*, Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

### **1.11 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

VIII Recenseamento Geral da População, 1940.

*IX Recenseamento Geral da População, 1950.*

*X Recenseamento Geral da População, 1960.*

*Estatística Agrícola, 1958.*

### **1.12 – HEMEROTECA DE LISBOA - PERIÓDICOS**

*A Voz de Palmela*, 17 de Março, 1955.

*Diário de Notícias*, 28 de Novembro, 1944.

*Gazeta Setubalense*, 9 de Novembro 1873.

*O Distrito de Setúbal*, 23 de Fevereiro e 2 de Novembro de 1955; 18 de Março de 1953, 6 de Agosto de 1966 (Numero Comemorativo dos 40 anos de Revolução Nacional).

*O Setubalense*, 12 de Maio de 1937.

## **2 - CARTOGRAFIA**

### **2.1 - ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO**

*Carta Agrícola de Portugal*, Folha de Setúbal, 1:50.000, levantada e construída na Direcção de Estatística e Carta Agrícola do Reino em 1892 e 1893, Direcção Geral de Engenharia, 1897.

### **2.2 - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO**

*Carta dos Arredores de Lisboa*, 1:20.000, 1901 a 1904 (79, 74, 65, 69, 75, 70).

*Carta Militar de Portugal*, 1:25:000;1936 a 1942 (443, 445, 454, 444).

### **2.3 – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA TAPADA DA AJUDA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

*Península de Setúbal, Perímetro I, Divisão Predial e Formas de Exploração*, Junta de Colonização Interna, 1948, 1:100.000.

*Península de Setúbal, Perímetro I, Distribuição Predial*, Junta de Colonização Interna, 1948, 1:100.000.

*Península de Setúbal, Perímetro I, Culturas*, Junta de Colonização Interna, 1948, 1:100.000.

## **3 - FONTES ORAIS**

### **3.1 - MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA – ARQUIVO DE FONTES ORAIS**

Agostinho Pires Júnior, 87 anos, Trabalhador Rural, Fernando Pó, Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Álvaro de Carvalho Cardoso, 81 anos, Vitivinicultor, Casa Humberto Cardoso, Palmela; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela; 2007.

Aníbal Cardoso Sanheiro, 58 anos, Podador, Lagameças; Entrevista a Cristina Prata e Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela, 2002.

António Fernandes, 73 anos, membro da Direcção da Adega Cooperativa de Palmela, Palmela; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2007.

Aníbal Martins Reis, 75 anos, Produtor de Vinho, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Deolinda Cardoso, 61 anos, Trabalhadora Rural, Agualva de Cima; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Diogo Xavier Demécio, 76 anos, Produtor de Vinho, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Luís Relvas Serafim, 58 anos, Trabalhador Rural, Algeruz; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Fernando Matos, 79 anos, Trabalhador Rural, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Flório Bragadeste Ferreira, 83 anos, Comerciante e Viticultor, Palmela, Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2007.

Fernando Crespin, 65 anos, Trabalhador Rural, Palmela, Entrevista a Teresa Sampaio/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Horácio dos Santos Simões, Vitivinicultor, 80 anos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

Jaime Augusto, 90 anos, Adegueiro, Palmela (Adega do Roque); Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal, 2009.

Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Joaquim Manuel da Costa, 76 anos, Analista de Vinhos, Azeitão; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2008.

Joaquim Silva Cardoso, 74 anos, Enxertador, S. Pedro de Marateca; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002.

José do Vale Martins Quaresma, 77 anos, Produtor e Armazenista de Vinhos “Casa Quaresma”, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

José Luís Eusébio, 87 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2002

Salvador Caldeira, 79 anos, Tronqueiro, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2009.

Vasco Machado, 85 anos, Trabalhador Rural e Comerciante, Palmela, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2007.

#### 4 – ESTUDOS

ALMEIDA, Maria Antónia Figueiredo Pires de Almeida (2004), *A Reforma Agrária em Avis, Elites e Mudança num concelho Alentejano 1974-1977*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

ALVES, Cristina Paula Vinagre (2004), *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela, as Visitações de 1510 e de 1534*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para obtenção do grau de mestre em História Medieval e do Renascimento, Porto.

ALVES, Jorge Fernando (2001), *Indústria da Pasta e do Papel em Portugal, O Grupo Portucel*, Lisboa: Portucel SGPS, S.A.

AMIAN, Aurora Gámez (2004), “Bibliografia de história sobre la vitivinicultura aparecida entre 1998 – 2002”, in *Douro, Estudos & Documentos*, n.º 17, Porto: Faculdades de Letras do Porto.

AMARAL, João Maria Barreto Ferreira do (1948), *Os Novos Caminhos da Indústria Portuguesa*, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

AMARAL, Luciano (1993), *O País dos Caminhos que se Bifurcam: Política Agrária e Evolução da agricultura durante o Estado Novo (1930.1954)*, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

AMARAL, Luciano (1994), “Agricultura e Política Agrícola, o país que nós perdemos”, in *História de Portugal* (coord. Fernando Rosas), Vol. 7, Lisboa: Editorial Estampa.

AMARO, Pedro, (1996) “A Protecção das Plantas”, in *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

BAPTISTA, F. Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Edições Afrontamento.

BAPTISTA, F. Oliveira (1996), “Declínio de um Tempo Longo”, in *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

BAPTISTA, F. Oliveira, (2004), “Espanha Portugal, um século de questão Agrária”, in *Mundo Rural, Transformações e Resistências na Península Ibérica*, Lisboa: Edição Colibri.

- BASTO, E. A. Lima (1933), “Industrialização da actividade agrícola. Condições e Vantagens do seu estabelecimento”, in *I Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa: AIP.
- BASTO, E. A. Lima (1936), *Inquérito Económico-Agrícola. Alguns Aspectos Económicos da Agricultura em Portugal*, vol. IV, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- BARROS, Henrique de (1954), *Economia Agrária*, III, Lisboa: Sá da Costa.
- BARROS, Henrique de (1975), *Os Grandes Sistemas de Organização de Economia Agrícola*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- BASTO, E. Lima (1934), *Inquérito Económico Agrícola*, Lisboa: Universidade Técnica.
- BERNARDO, A. C (1952), *As Rotações na Cultura do Arroz: Subsídios Para o Estudo Económico na Região do Vale do Sado*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- BESSA, Daniel (1988), *O Processo Inflacionário Português, 1945-1980*, Porto: Edições Afrontamento.
- BLOCH, Marc (1993), *Introdução à História*, Porto: Porto Editora.
- BRAUDEL, Fernand (1992), *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano*, Lisboa: Teorema.
- BRITO, J. Pais, (1996), “Coerência, Incerteza e Ritual no Calendário Agrícola”, in *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974), *Materiais para a História da Questão Agrícola em Portugal, séc. XIX – XX*, Porto: Editorial Inova.
- CABREIRA, Thomaz (1920), *A Política Agrícola Nacional*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CABRITA, José António Cabrita (1998), *Entre a Gândara e a Terra Galega*, Pinhal Novo: Junta de Freguesia de Pinhal Novo.
- CABRITA, José António (2006), *Rio Frio, retrato de uma grande Casa Agrícola*, Pinhal Novo: Colecção Origens e Destinos.
- CALDAS, E. de Castro (1947), *Formas de Exploração da Propriedade Rústica*, Lisboa: Sá da Costa.
- CALDAS, E. de Castro (1957), *Industrialização e Agricultura*, Lisboa: INE.
- CALDAS, E. de Castro, LOUREIRO, M. Santos (1963), *Níveis de Desenvolvimento*

*Agrícola no Continente Português*, Lisboa: Centro de Estudos de Economia Agrária.

CALDAS, E. de Castro (1964), “Aspectos da Resistência ao Desenvolvimento da Agricultura”, in *Análise Social*, n.º 7-8.

CALDAS, E. de Castro (1991), *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa: INIC.

CALDAS, J. de Castro (2001), *Terra e Trabalho*, Lisboa, Celta.

CANELAS, Vítor (1999), *Património Natural do Concelho de Palmela*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

CAMBOURNAC, Francisco José C (1942), *Sobre a Epiemiologia do Sezonismo em Portugal*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

CAMBOURNAC, Francisco José C. e PITTA SIMÕES, José Manuel (1944), “Sobre a Alimentação dos Ranchos Migratórios na Região de Águas de Moura (Comunicação apresentada ao Congresso de Ciências Agrárias em 15 de Dezembro de 1943) ”, in *Lisboa Médica*, ano XXI, vol. XXI, Lisboa.

CINCINATTO COSTA, Bernardino Camillo (1900), *Portugal Vinicole*, Lisboa: Comissão de Lisboa Organizadora da Representação Portuguesa na Exposição Universal de Paris.

COELHO, António Borges (1998), *O Tempo e os Homens, Questionar a História III*, Lisboa: Caminho.

CORRÊA, António Augusto Mendes (1949), “*A Alimentação do Povo Português*”, in Revista do Centro de Estudos Demográficos, n.º 6 (separata), Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Centro de Estudos Demográficos.

DUQUE, Rafael (1940), Conferências II, *As Subsistências e a População*, Lisboa, Editorial Império/Propaganda da União Nacional.

FAUSTINO, Vitor Manuel Fontinhas Alves (2006), *Mosquitos, Arroz, Sezões. A erradicação da malária no Vale do Sado*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

FERNANDES, Margarida (2006), *Terra de Catarina, Do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupação e Terras e Relações Sociais em Baleizão*, Lisboa: Celta.

FERREIRA, M. Cavaleiro de (s.d), *O Caso da Expropriação da Quinta da Torre* (análise do Decreto Lei n.º 39.914), Lisboa: Gomes & Rodrigues.

FIGUEIREDO, Filipe Eduardo de Almeida (1908), *A Terra, Apontamentos de Geologia Agrícola*, Lisboa: Livraria Clássica.

FONSECA, Hélder Adegar da (1985), “Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no Final do Antigo Regime. Alguns aspectos”, in *Revista Portuguesa de História*, 22.

FONSECA, Hélder Adegar da (1996), *O Alentejo no século XIX, Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FORTUNA, António Matos Fortuna (1995), *Extinção e Restauração do Concelho, Um Combate Singularmente Duro*, Monografia de Palmela 3, Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela.

FORTUNA, António Matos (1997), *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

FORTUNA, António Matos (2001), “A Mudança da Vinha para outras bandas da “Outra Banda”, in *Enciclopédia dos Vinhos de Portugal, Os Vinhos da Península de Setúbal*, Lisboa: Chaves Publicações.

FORTUNA, António Matos (2005), *Quinta do Anjo, Terra Singular, Palmela*, Câmara Municipal de Palmela: Coleção Estudos Locais, Palmela.

FREIRE, Maria Dulce (1996), “Vinho”, in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. Fernando Rosas e J.M Brandão de Brito, vol II, Lisboa: Bertrand Editora.

FREIRE, Maria Dulce (1997a), «Retrato(s) de um país vinícola», in *História*, Edipress/Projornal, Ano XIX (Nova Série), N°35/Outubro.

FREIRE, Maria Dulce (1997b), *Produzir e Beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, dissertação para obtenção do grau de Mestre em História dos Séculos XIX-XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FREIRE, Maria Dulce (1999), «Propaganda vitícola no Estado Novo. A bebida nacional», in *História*, Publicultura S.A, Ano XX (Nova Série), N°10/Janeiro.

FREIRE, Maria Dulce (2006), «Trabalhar nas vinhas do Douro e do Ribatejo em meados do século XX», in Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (coord.), *O Douro contemporâneo*. Actas do encontro realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5 e 6 de Maio 2006, GEHVID, Porto.

FREIRE, Maria Dulce (2006), «Que fazer com esta terra? Itinerários de modernização da agricultura em Portugal (décadas de 50 a 70)», in Manuel Loff, Maria da Conceição M.



Pereira (org), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras do Porto (30.9-1.10.2004), Porto, Editora da Universidade do Porto.

FREIRE, Maria Dulce Freire (2004), «Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado», in *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica no século XX*, Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.

GARRIDO, Álvaro (2005), “Conjunturas Políticas e Economia”, in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Volume III, O Século XX, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

GERMANO, Maria Adelaide (2000), *Regime Florestal: Um Século de Existência*, Lisboa: Direcção Geral de Florestas (DGF).

GIRÃO, José António Girão (1980), *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-1973): uma perspectiva*, Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian. Inst. Gulbenkian de Ciências.

GIRÃO, A. de Amorim Girão (1941), *Atlas de Portugal*, Coimbra.

GODINHO, Paula Cristina (1998), *Memórias da Resistência Rural no Sul Couço, 1958-1962*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia.

GOMES, Mário de Azevedo; BARROS, Henrique de ; CALDAS, Eugénio de Castro (1945), «*Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as duas guerras Mundiais*», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1.

GRAÇA, Quartin (1942), *Imagens do Portugal Agrícola, Produção, Técnica, Organização*, Lisboa.

GRAÇA, Quartin (1945), *Problemas da Vida Rural*, Lisboa: Biblioteca Rural.

HESPANHA, Pedro (1994), *Com os Pés na Terra, Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*, Lisboa: Edições Afrontamento.

LAINS, Pedro (1994), “*O Estado e a Industrialização em Portugal: 1945 – 1990*”, in *Análise Social*, n.º 128.

LAINS, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso, Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

LAINS, Pedro (2004) “Vinho Novo em garrafas Velhas: Crescimento Agrário em Portugal, 1850-1950”, in *Análise Social*, n.º 170.

LEAL, Ernesto Castro; LEAL, Adília Castro Leal; PENA, Horácio ; MOURO, Carlos Mouro, (1998), *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela, Conjunturas e Símbolos (1855 – 926)*, Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, Caderno Locais.

LICHNOWSKY, Príncipe (1844), *Portugal recordações do anno de 1842*, Lisboa: Imprensa Nacional.

LOPES, Sara Mónica (2003), *De Baldio a Colonato, A Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria (1925-1950)*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa

LOUREIRO, João José Mimoso; NUNES, Maria Noémia da Fonseca; BOTELHO, Orlando Ferreira (1982), *Monografia Hidrológica do Rio Sado*, Évora: Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral Dos Recursos e Aproveitamento Hidráulico, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

LUCAS, José Maria Brandão (1996), “Da Ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização”, in *Portugal Contemporâneo, 1910 – 1958*, Lisboa: Edições Alfa.

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama Machuqueiro (2005), *A Casa Palmela e o Desafio Liberal: Estratégias de Afirmação*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, secção de século XIX, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

MARQUES, Alfredo (1988), *Politica Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As Duas Estratégias do Estado Novo no Período do Isolamento Nacional*, Lisboa : Livros Horizontes.

MARTINS, Conceição Andrade (1990), *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

MARTINS, Conceição Andrade (1991), “A Filoxera na Viticultura Nacional”, in *Análise Social*, 112 – 113

MARTINS, Conceição Andrade (1992), “Opções Económicas e Influências Políticas de uma família Burguesa Oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, in *Análise Social*, 16-117.

MARTINS, Conceição Andrade (1998), “José Maria dos Santos, Contributos para a História da Associação Central da Agricultura Portuguesa”, in *Lavoura Portuguesa, 1997-1998*, Associação Central da Agricultura Portuguesa.

MARTINS, Conceição Andrade (2002), (co-organização com Nuno Gonçalo Monteiro), *A Agricultura, História do Trabalho e das Ocupações*, Oeiras: Celta.

MARTINS, Conceição Andrade (2007), *Importância das empresas familiares para a História Económica e Social : o Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca Suc* (em col com Ana Fernandes Pinto e Rita Almeida de Carvalho), 2º Congresso Internacional de Arquivos Empresariais. Arquivos de Empresa fontes para a História económica e social, Lisboa, Núcleo de Estudos de História Empresarial.

MARTINS, J. Silva (1973), *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Vol I, Lisboa: Prelo.

MARTINS, Oliveira (1925), *Portugal Contemporâneo*, 1925, Tomo II.

MARTINS, Oliveira, (1959), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães Editores.

MATTOSO, José (1997) *A Escrita da História, Teoria e Métodos*, Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (1997), *Portugal, O Sabor da Terra*, Lisboa: Círculo de Leitores.

MORAIS, Castelo de (1940), “O Vinho”, in *Riqueza de Portugal, Os Vinhos Portugueses*, Lisboa: Editorial Império.

NETO, Maria Margarida Sobral Neto (1982), “A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do século XIX”, in *Revista Portuguesa de História*, 19.

NETO, Maria Margarida Sobral (1991), *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a Região e Coimbra (1700-1834)*, 2 vols, Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra

PEREIRA, José Pacheco Pereira (1983), *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Lisboa: Publicações Europa América.

PEREIRA, Maria Conceição (2007), *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937 – 1986)*, Dissertação apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa.

PEREIRA, Mário; ESTÁCIO, Fernando (1968), *Produtividade do Trabalho e da Terra no Continente*, Lisboa: FCG/CEEA.

PEREIRA, Miriam Halpern (1979), *Política e Economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Horizonte.

PEREIRA, J. Campos (1915), *Economia e Finanças. A Propriedade Rústica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PEREIRA, Mário; ESTÁCIO, Fernando (1996) *Produtividade do Trabalho e da Terra no Continente*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CEEA

PEREIRA, Pedro (1937), *A Batalha do Futuro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Clássica.

PEREIRA, Sara Alexandra (2004), *A Colonização Interna durante o Estado Novo, o exemplo da Colónia Agrícola de Pegões*, dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, para obtenção do grau de mestre em História Regional e Local, Lisboa.

*Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal* (1996), Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

QUEIRÓ, Afonso (1960), *A Expropriação da Quinta da Torre, Inconstitucionalidade do receito 2.º do art. 1.º do Decreto – Lei n.º 39 917*, Lisboa: Oficinas Gráficas de Albano Tomás dos Anjos.

QUINTAS, Maria da Conceição (1992), *Setúbal nos Finais do Século XIX*, Lisboa: Caminho.

RADICH, Maria Carlos (1996), *A Agronomia no Portugal Oitocentista, uma Discreta Desordem*, Lisboa: Celta.

RADICH, Maria Carlos; ALVES, A.A. Monteiro (2000), *Dois Séculos da Floresta em Portugal*, Lisboa: Celta.

RAU, Virgínia Rau (1965) “A Grande Exploração Agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média”, in *Revista de História*, Separata do n.º 61, São Paulo, Brasil.

REDOL, Alves (1995), *A Fanga*, Lisboa: Caminho.

REIS, Batalha (1940), “Política da Qualidade”, in *Riqueza de Portugal, Os Vinhos Portugueses*, Lisboa: Editorial Império.

REIS, Jaime (1979) “Latifúndio e progresso técnico: difusão da debulha mecânica no Alentejo (1860 – 1930)”, in *Análise Social*, 71.

REIS, Jaime, (1984) “O Atraso económico português em perspectiva Histórica (1860-1913)”, in *Análise Social*, 80.

REIS, Jaime (1987) “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração”, in *Análise Social*, 99.

RIBEIRO, João Reis (2002), “A Restauração do Concelho de Palmela”, in *Histórias e Cantinhos da Região de Palmela*, Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela.

RIBEIRO, Orlando (1970), *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrânico*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

RIBEIRO, Orlando (1989), “Evolução e Distribuição da População”, in *Geografia de Portugal III, O Povo Português*, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando (1996), *A Arrábida, Esboço Geográfico*, Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

RIBEIRO, Orlando (1998a), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando; LISBOA, J. (1998b), *As Transformações do Povoamento e das Culturas na área de Pinhal Novo*, Pinhal Novo: Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Colecção Origens e Destinos, n.º 1.

ROBALO, João Lopes (2009), *José Maria dos Santos: projectos e Realizações, Contributos para a História Local de Palmela*, Lisboa: Edição do Autor.

ROCHA, Maria Manuela (1991), “Níveis de Fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo. Monsaraz, 1800-1850”, in *Análise Social*, 112-13.

RODRIGUES, Manuel (1987), *Os Baldios*, Lisboa: Caminho.

ROSAS, Fernando (1990), *Portugal entre a Paz e a Guerra, Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesas (1939-1945)*, Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, Lisboa.

ROSAS, Fernando Rosas (1994) “A lenta agonia do Salazarismo”, in *História de Portugal, O Estado Novo*, vol. 7, Lisboa: Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando Rosas (1994) “As Mudanças Invisíveis do Pós – Guerra”, in *História de Portugal, O Estado Novo*, vol. 7, O Estado Novo, Lisboa: Editorial Estampa.

ROSENDO, Maria Teresa (2001), (Coord.); CRUZ, Irene; LUCAS, Isabel, *Memórias do Instituto de Malariologia de Aguas de Moura – da Luta Anti-Paludica ao Museu*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Museu Municipal, 2001.

SALAZAR, António de Oliveira (1959a), *Discursos, 1938-1943*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora.

SALAZAR, António de Oliveira Salazar (1959b), *Discursos, 1952-1958*, vol. V, Coimbra: Coimbra Editora.

SALAZAR, António de Oliveira (1961), *Discursos, 1928-1939*, Volume Primeiro, Coimbra: Coimbra Editora.

SAMPAIO, J. A (1944), *O Arrendamento e a Parceria, Causas de Depauperamento das terras Alentejanas*, Beja.

Teresa Sampaio (2009), *A Apropriação do Apelativo Caramelo na Construção Identitária de Pinhal Novo*, Dissertação apresentada ao Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, para obtenção do grau de mestre em Antropologia: Património e Identidades.

Setúbal e os Problemas da sua Economia, Ciclo de Conferencias promovido pelo Grémio do Comércio de Setúbal (1949), Setúbal: Edição do Grémio do Comércio de Setúbal.

SERRÃO, José Vicente (2000), *Os Campos da Cidade, Configuração das estruturas fundiárias da Região de Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas ISCTE.

SIMÕES, Orlando (2003), “A Vinha e o Vinho em Portugal: Contributos para o Desenvolvimento Local e Regional”, in *Portugal Chão*, org. José Portela e João Castro Caldas, Oeiras: Celta Editora.

SIMÕES, Orlando (2006), *A Vinha e o Vinho no Século XX*, Oeiras: Celta Editora.

SOARES, Fernando Brito (2005), “A Agricultura”, in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Volume III, O Século XX, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

VASCONCELLOS, João de Carvalho e (1960), *De Sapal a Arrozal (Estudo da Vegetação na Zona do Sado)*, Lisboa: Ministério da Economia, Secretaria de Estado do Comercio, Comissão Reguladora do Comercio do Arroz.

VALENTE, Cardoso V. (1957), *O Caso da Quinta a Torre, Expropriação das Terras Arrendadas, o seu valor*, Scarpa.

VENTURA, António (1984), *A Importância das Fontes Jornalísticas na História Local – Portalegre no Século XIX*, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia.

VENTURA, António (1984), *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.